

# Inscrições Digitais

encontros entre linguagens, trabalho e tecnologias

**Daniel Abs (Org.)**

# Inscrições Digitais

encontros entre linguagens, trabalho e tecnologias

**Daniel Abs**

Organização

**Grupo de Pesquisa Contextos Digitais**

[ufrgs.br/contextosdigitais](http://ufrgs.br/contextosdigitais)



UFRGS, Porto Alegre, setembro de 2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Escola de Administração  
Grupo de Pesquisa Contextos Digitais

## **Organização**

Daniel Abs

## **Autores**

Alexandre Rocha da Silva – Carlise Scalamato Duarte – Daniel Abs

Ieda Rhoden – Ione Bentz – Lucia dos Santos Garcia

Nísia Martins do Rosário – Simone Bicca Charczuk – Vilene Moehlecke



Publicado sob licença

Creative Commons Atribuição – Não Comercial CC BY-NC 4.0

© dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca da Escola de Administração/UFRGS)

---

I591 Inscrições digitais : encontros entre linguagens, trabalho e tecnologias [recurso eletrônico]  
/ Organização Daniel Abs. – Porto Alegre: UFRGS. Grupo de Pesquisa Contextos  
Digitais e Desenvolvimento Humano, 2023.  
188 p. : il., digital.

ISBN 978-65-00-83341-6

1. Contexto digital. 2. Trabalho e tecnologia. 3. Psicologia social. I. Título  
II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Pesquisa Contextos Digitais e  
Desenvolvimento Humano. III. Abs, Daniel (Org.).

CDU: 316.6

---

## **Grupo de Pesquisa Contextos Digitais**

### **Conselho Científico**

Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva (in memoriam) – FABICO/UFRGS

Profª. Dra Carlise Scalamato Duarte – UFSM

Prof. Dr. Daniel Abs – EA/UFRGS

Profª. Dra. Julice Salvagni – EA/UFRGS

Profª. Dra. Patricia Jantsch Fiuza – PPGTIC/UFSC

Prof. Dr. Rafael Grohmann – Universidade de Toronto

Prof. Dr. Ramaís de Castro Silveira – IFRS

Profª. Dra. Rosana Córdova Guimarães – EA/UFRGS

Profª. Dra. Sara Malo – Universitat de Girona

Profª. Dra. Simone Bicca Charczuk – FACED/UFRGS

### **Colaboradores do Grupo de Pesquisa Contextos Digitais 2023**

Arthur Weinmann Tietze, Bruno Bortolini, Bruno Trindade,  
Guilherme Franzon, Gutíelis Vargas, Lucia Garcia, Luciano Martinez,  
Marina Guerin, Rayra Roncatto Rodrigues, Renan Camargo,  
Rodrigo Weber da Fontoura

### **Capa e Editoração**

Grupo de Pesquisa Contextos Digitais

Plataforma de IA para gerar imagem: Midjourney.



# sumário

<b>Apresentação</b>	8
1 Semiótica e Pragmatismo <i>Alexandre Rocha da Silva</i>	10
2 Sobre os desafios da pesquisa <i>Ione Bentz</i>	40
3 Novos sentidos para o trabalho sob o contexto digital <i>Lucia dos Santos Garcia</i>	58
4 Degustando entendimentos sobre o ócio <i>Ieda Rhoden</i>	76
5 Conversas cartográficas <i>Vilene Moehlecke</i>	96
6 Comunicação, corpo e mundo digital <i>Nísia Martins do Rosário</i>	114
7 Corpos digitais que dançam <i>Carlise Scalamato Duarte</i>	126
8 A “mania” de ser professor e o tempo pandêmico <i>Simone Bicca Charczuk</i>	148
9 A pesquisa sobre o digital: expansões, dispersões e convergências <i>Daniel Abs</i>	166
<b>Sobre os autores</b>	182



# apresentação

Durante os anos de 2020 e 2021 estivemos todos envolvidos com a pandemia da COVID-19 e tivemos que nos reinventar como professores, pesquisadores, amigos, pais e em um âmbito maior como civilização. Na esteira das tentativas de normalidade que empregamos, começamos a realizar seminários online com convidados no Grupo de Pesquisa Contextos Digitais da UFRGS. Alguns desses seminários permaneceram gravados e em uma sugestão do Alexandre Rocha da Silva, começamos a transcrever a aula que ministrou para nós. Foi sugestão também dele que fizéssemos o mesmo processo com os outros convidados e, ao fim, transformássemos em livro. No meio desse trabalho, Alexandre nos deixou. Cedo demais. Eu tomei a tarefa de terminar a revisão do seu capítulo e peça, desde já, que debitem somente a mim quaisquer inconsistências encontradas. O primeiro capítulo é dele, como deve ser, e apresenta uma bela aula de semiótica a partir de como a própria semiótica o produziu.

Sempre tive um prazer especial em encontros que prorizam a liberdade do convidado, em se expressar e em dizer o que entende como relevante de ser ouvido. Assim foram conduzidos esses seminários, e muito me satisfiz perceber que conseguimos manter o tom coloquial como uma linha de escrita para todos os autores ao revisarem seus manuscritos, e comporem seus capítulos. Processo esse que possibilitou que algumas liberdades permanecessem. Como resultado, todos os textos são ensaísticos e traduzem, de alguma forma, aquilo que sempre nos escapa numa aula e, portanto, fulgura em ideias, e que em um texto



trabalhado à exaustão muitas das vezes acaba sendo aprisionado e excluído.

Como aspecto transversal, todos os capítulos traduzem a excelência de cada autor nos seus temas de trabalho. Cada capítulo é fruto de anos de pesquisa, do cotidiano do ensino e da vivência no corpo de cada tema. Toma-me de honra compartilhar com cada um dos autores esses momentos e, termos, em conjunto, esta obra onde algumas dessas vivências caíram em palavras. Como deve ser.

Que sejam feitas boas leituras!

Daniel Abs

Porto Alegre, setemro de 2023.

# Semiótica e Pragmatismo

Alexandre Rocha da Silva

*In memoriam*

Boa tarde a todas, a todos e a todes! Espero que estejam todos bem, em casa, se cuidando. Eu agradeço ao Daniel pelo convite para essa conversa informal sobre semiótica. Tenho acompanhado o grupo de vocês de longe e penso que seja bastante promissor. A pesquisa não se faz sozinha, não é verdade? Portanto, é importante que, desde o início da graduação, comecemos a formar coletivos, pois a produção de conhecimento é, e vamos discutir isso um pouco a partir de Peirce, uma produção necessariamente coletiva. É tão coletiva e tão pouco relativista que muito do que se pensa precisa ser validado coletivamente. Caso contrário, muitas das nossas opiniões podem acabar sendo descartadas, para o lixo da história, se não forem construídas e validadas coletivamente. Quero expressar que é um prazer para mim falar sobre semiótica, que é uma das coisas que mais gosto desde o início da minha graduação, e é maravilhoso poder estar aqui com vocês e fica o convite para os que gostarem disso para se aventurarem. O Barthes tem um livro que se chama “Aventura Semiótica”, e é uma aventura que vale a pena. Sintam-se convidados para os congressos da área e outros fóruns para continuarmos essas discussões.

A conversa que vamos ter precisa ser livre, plural e sem condição. Jacques Derrida, filósofo francês, escreveu um livro que chama "A Universidade sem Condição", extremamente relevante para os tempos atuais no Brasil, considerando os debates sobre representatividade e paridade que vamos ter no conselho universitário. Mas, o que significa "universidade sem condição" para Derrida, um filósofo conhecido por explorar relações paradoxais e brincar com múltiplos sentidos das palavras? "Sem condição" significa uma universidade sem condição. Mas sem condição do que? Sem condição de ser aquilo que ela prometeu ser. No seu surgimento a universidade toma uma perspectiva enciclopedista, um espaço de todo o conhecimento. Ela não tem condição de ser isso, ela é sem condição porque o conhecimento se produz em diferentes lugares, desde a fila do ônibus até o espaço da universidade. O outro sentido de sem condição, que é o sentido nobre trazido por ele, é o sem condição que vai na direção da liberdade. O pensamento na universidade precisa ser incondicional. Não é possível ter barreiras, não é possível ter censura nem ideológica e nem de escola sem partido. É um lugar em que a gente precisa poder dizer o que quiser, dizer com a maior liberdade possível e precisa estar preparado para receber as respostas que virão. Isso implica dizer que todo o pensamento é perigoso e é violento. Não tem pensamento sem violência. Charles Peirce dizia que para a gente é absolutamente tranquilo quando as coisas estão assentadas. Porém o pensamento envelhece se ele for tranquilo o tempo inteiro. Quem produziu efetivas transformações no mundo foram pensadores que foram violentos em relação ao seu tempo e aos seus colegas, que não aceitavam

mediação e nem aquela ideia absurda, que se trabalha no espaço da convivência social, mas não se deve trabalhar na universidade, de que podemos chegar a um acordo. Não há acordo. No pensamento, só há dissenso. Os acordos são temporários e valem para uma determinada coordenada espaço-temporal. Então, o que serve para alguns espaços em termos de democracia, na minha opinião, não serve para universidade, não serve para o pensamento. Ele precisa ser violento. Toda grande criação do pensamento parte de um dissenso e da afirmação desse dissenso, que não é sinônimo de defesa intransigente quando o dissenso é uma bobagem, como por exemplo, alegar que a Terra é plana. Todos nós sabemos que a Terra não é plana. Então, esse tipo de opinião acaba relegado ao esquecimento. Não é um dissenso, é simplesmente um erro. O que quero propor é que nossa conversa seja livre. Podem perguntar e podem discordar. Nem a teoria semiótica nem eu somos mensageiros de qualquer verdade absoluta. O pensamento semiótico, como qualquer outro, só evolui quando confrontado com oposições, ou seja, com a presença do outro, e quando falo em oposição, o que eu falo é alteridade. Nenhum pensamento se desenvolve sem alteridade, então que nosso diálogo seja da ordem da alteridade.

Eu entrei na faculdade lá nos anos 90 para fazer jornalismo. E no segundo semestre eu descobri uma disciplina que chamava semiologia. Aquele semestre mudou completamente a minha perspectiva de futuro. Aqueles textos eram textos muito difíceis para mim naquele momento. Eu tinha uma professora que transformava poesia de Camões em equação matemática. Eu não entendia absolutamente nada do que ela estava

falando. Mas eu percebia que ali havia uma beleza indescritível. Uma beleza a ser conquistada. Uma beleza a ser decifrada. Uma beleza a ser fruída. E desde aquele momento eu me apaixonei pela beleza da semiótica, pela beleza do poema transformado em equação matemática e pela professora que eu já sei que vocês lerão, que é a Ione Bentz.

Agora, sobre a semiótica: embora o pensamento semiótico tenha origens nos gregos, a semiótica como a conhecemos foi consolidada entre o final do século 19 e início do século 20, com duas perspectivas principais. Uma delas é oriunda do pragmatismo, a partir da filosofia lógica, desenvolvida por Charles Peirce, e a outra provém do pensamento francês, a partir da linguística, desenvolvida por Saussure, com influências de Hjelmslev, Roland Barthes e Greimas. Não vamos nos aprofundar muito nesses autores hoje, mas é interessante saber que, apesar de a semiótica ter sido estabelecida como disciplina no início do século 20, ela atingiu seu auge nos anos 50 e 60, entrando em decadência nos anos 70. Nos anos 80, ela vira congresso de brasileiros no exterior como diz Umberto Eco. Há, então, um período em que ela foi muito valorizada, mas gradativamente foi perdendo sua importância. Hoje, a semiótica está ressurgindo, principalmente nos estudos de cognição e em campos como o marketing. Contudo, sinto que, como dispositivo de produção intelectual, suas potencialidades ainda não foram suficientemente exploradas, e isso explica seu declínio nas últimas três décadas.

O contexto intelectual desse auge do pensamento semiótico tem suas raízes, por exemplo, no pensamento de Claude Lévi-Strauss, um dos

principais antropólogos do século 20 e um dos fundadores do estruturalismo. Ele considerava a semiótica como o pensamento estrutural e defendia sua importância no contexto do materialismo. Eu sempre ressalto isso, especialmente quando me deparo com plateias que têm preconceitos contra a semiótica. Aqui no Brasil, ela foi uma das poucas áreas das ciências humanas a receber financiamento para seu desenvolvimento, já que, sendo uma teoria formal, não parecia ameaçadora aos olhos dos militares da época. Isso é só uma aparência, claro, pois no espaço da forma, dentro da estrutura proposta por Lévi-Strauss, se o marxismo e o materialismo histórico tiverem desdobramentos relevantes no século 20, esses se darão no âmbito do estruturalismo. Outro pensador, mas é um poeta – Maiakovski – que era um genial poeta do tempo do formalismo russo, da união soviética, ele dizia: "Não há revolução sem forma revolucionária". Ou seja, não se faz revolução vestindo um terno Armani, mesmo que venhamos da classe operária como metalúrgico. Para haver revolução, as formas precisam mudar. Este ponto é crucial, porque nos mostra que o pensamento não é sobre conteúdo, mas sobre formas de expressão. A revolução, para pensadores como ele, vem da transformação das formas de expressão. Para eles, é preciso fazer uma revolução na forma. Roland Barthes, em seu livro "Aula", discute a natureza da língua e afirma que ela é pior que autoritária ou despótica; a língua é fascista, pois a língua faz falar, nos seus termos. A forma da língua é que nos faz falar; não é a gente que fala, a gente fala pela forma da língua. Algumas páginas depois dele dar esse susto na gente: ainda que seja fascista, se trocarmos uma vírgula de lugar, talvez

façamos uma revolução. Assim, no pensamento semiótico, o palco da disputa política é o espaço da forma, da língua, do signo. É todo o espaço de produção de formas.

Continuando, na revolução pós-estruturalista, principalmente nos anos 80, quando Deleuze e Guattari começaram a explorar elementos ligados à linguística que fundamentou a semiótica no início do século, eles propuseram que a linguagem é, antes de tudo, uma questão política, mais do que uma questão de linguística. Isso porque, com a virada estruturalista e os pensamentos de Lévi-Strauss e Lacan, o foco da pesquisa mudou para o conjunto de regras que fundamentam a língua, em vez das expressões individuais das pessoas. Após estudar semiótica, torna-se um desafio conversar casualmente, até em um boteco, sem analisar as forças que moldam o discurso das pessoas. Quando vemos monstruosidades na liderança do país, a questão não é somente sobre quem ocupa o cargo, mas sobre que realidade permitiu a existência de tal figura. E quais são as semelhanças estruturais entre essa figura e todos nós? Pois, apesar de todas as diferenças, compartilhamos a condição humana. Em uma análise semiótica mais específica, discuti com meus alunos sobre a figura de Bolsonaro antes mesmo de ele emergir na cena política. Tenho um texto sobre isso. Nos anos 70, durante a ditadura militar, várias forças políticas operavam no Brasil, principalmente junto às comunidades menos favorecidas. Tínhamos o movimento sindical organizando trabalhadores, movimentos populares atuando nos presídios, nas periferias, e a igreja progressista. Essas forças, não institucionalizadas devido às restrições da ditadura, estavam dispersas, mas atuavam

efetivamente. A atuação da Igreja progressista, dos sindicatos e dos movimentos populares teriam que dar origem a alguma coisa, e elas deram origem a algo como o Lula. O Lula existe porque ele foi expressão de uma estruturalidade dispersa que o tornou possível. Desde a ascensão da social-democracia nos anos 90, com Fernando Henrique Cardoso, movimentos sociais e populares começaram a ser cooptados pelo Estado e com a vitória do Lula eles viraram Estado, perdendo sua dinâmica original. Eu perguntava para os meus alunos: quem realiza esse trabalho hoje? Quem está nos presídios? Quem está fazendo o trabalho popular? Fundamentalistas de igrejas evangélicas e outras entidades de direita, principalmente em áreas menos privilegiadas. Percebi, então, que esse cenário poderia propiciar o surgimento de figuras políticas como Bolsonaro. Então, o que estou querendo explicar é que, se a linguagem é um caso de política antes de ser um caso de linguística, é porque é nesse espaço não manifesto, nesse espaço estrutural, que devemos procurar explicações para os eventos que vivenciamos. A semiótica, nesse contexto, é uma teoria que, mesmo iniciando a partir de textos manifestos ou da imagem de figuras públicas como Bolsonaro ou Lula, não tem como objeto de estudo essas figuras em si, mas as estruturas e maquinações que possibilitaram sua emergência. Há um deslocamento importante aqui, distanciando-se de análises estritamente baseadas em conteúdo e considerando as relações entre diferentes formas. Na psicanálise, há uma frase utilizada para explicar a cadeia significante de Lacan. Algum de vocês já estudou psicanálise? Mais ou menos? Bom, essa cadeia significante estabelece e molda nosso regime de comunicação. Lacan argumentava



que sempre que chegamos a um acordo, é porque a cadeia significante se deslocou, e há outras coisas que precisam ser desvendadas, tornando-a infinita e interminável. Mas o que quero dizer é que temos uma frase para elucidar a cadeia significante. Ela diz assim: "Ai, assim não podemos continuar vivendo" – "Ai, assim não podemos continuar" – "Ai, assim não podemos" – " Ai, assim não" – "Ai, assim" – "Ai". A cadeia significante vai mudando a construção do conteúdo. Se mudarmos nosso corpo da posição que está e o colocarmos em outra posição é outro conteúdo que se forma. O conteúdo não vem antes; só para os crentes, pois eles precisam justificar a existência de um conteúdo – Deus. Para quem não é crente, Deus é consequência de como organizamos nossa cultura. Ele é um produto de nossa criação e não algo que estava lá antes, pronto para ser descoberto. Logo, nossa pesquisa não deve olhar para trás, buscar uma origem ou Deus. Ela deve explorar como as formas se organizam para criar significados. Essa é uma distinção crucial que a semiótica fez já no século 19, um século voltado ainda para a descoberta do absoluto. Nesse contexto intelectual, a semiótica, desenvolvida nos anos 50, tem forte conexão com movimentos vanguardistas. Não existiria semiótica sem os movimentos de vanguarda, de um lado pelos formalistas russos, exemplificados por Maiakovski, de outro pela poesia concreta.

Quando observamos a poesia concreta, como a de Haroldo de Campos, o que chama atenção é a materialidade concreta da letra. Ao destacar a materialidade da letra, ele mostra que aquilo que consideramos transparente, como a palavra 'casa', não é apenas um instrumento para designar algo fora dela. A palavra, em si, possui uma materialidade que é

relevante para nós. Assim, a experiência com o concretismo e as vanguardas do século 20 se articula com a semiótica, uma vez que ambas exploram a experiência do signo e a materialidade capaz de criar mundos. É interessante notar que o ápice do desenvolvimento da semiótica ocorre nos anos 50 e 60, juntamente com as fortes influências das vanguardas, mas entra em decadência nos anos 70 e 80, coincidindo com o declínio desses movimentos vanguardistas. Portanto, a decadência da semiótica corresponde à decadência do pensamento de vanguarda e marca o retorno robusto das pesquisas em ciências sociais, especialmente no Brasil, com uma abordagem mais focada no conteúdo. Quando menciono "perspectiva conteudista", refiro-me, por exemplo, às análises de recepção que ganharam destaque por um tempo. Nelas, as vozes e opiniões das pessoas eram levadas como verdades estruturais. Mas, na semiótica, mesmo quando fazemos entrevistas, não nos interessamos apenas pelo que é dito; queremos entender o que estrutura essas vozes, o que fundamenta o modo como elas se apresentam. É um lugar diferente de operação teórica. Desde os anos 80, especialmente com o fim da ditadura, começamos a trabalhar como se fazia no século 18, levando as vozes como são apresentadas como verdades. Na minha visão, o que parecia ser um avanço com o declínio da semiótica nos anos 80, na realidade, é um grande retrocesso para a ciência. Abandonou-se a análise da forma, da cadeia significativa, da produção, para se acreditar inocentemente nas palavras do outro, como se a palavra não fosse estruturada pela linguagem e pelos mecanismos ideológicos que produzem os sujeitos. Essa é uma das

interfaces importantes da semiótica com as artes, especialmente as artes de vanguarda.

A semiótica, além da relação com as vanguardas artísticas, tem uma forte ligação com a ciência, muitas vezes entrando em embates com campos como as ciências sociais e algumas perspectivas da antropologia. No contexto europeu dos anos 50, as ciências humanas eram relegadas a um plano inferior, enquanto áreas como biologia, física e matemática eram priorizadas. O estruturalismo procurou reivindicar um status científico e a linguística é uma expressão disso. A linguística ao apresentar métodos rígidos foi possível chegar a um conjunto de oposições formais que qualquer língua pode ter. Aprendemos muito com essa perspectiva científica. Mas essa perspectiva tinha junto a ela um tipo de linguagem que era hermética. Os textos dessa época são frequentemente difíceis de ler, pois precisavam se impor as vezes como argumento de autoridade. É comum os alunos preferirem ler interpretações e comentários desses textos ao invés dos originais, alegando uma compreensão mais fácil. Mas é essencial entrar em contato direto com os textos de Adorno, Marx e outros pensadores, pois comentaristas não possuem a riqueza e profundidade dos originais. Comentaristas podem auxiliar, mas o confronto com o texto original é incontornável para uma compreensão genuína. Com Peirce é mais difícil. Peirce escreveu 98.000 páginas, e fez isso sem computador! Ler seus escritos pode ser complicado devido à sua desorganização, por isso é essencial os comentaristas para ajudar a organizar. Entretanto, entrar em contato direto com uma determinada textualidade e uma determinada materialidade é que nos transforma.

Comentador costuma atenuar a violência. Porém tem comentadores muito bons. Deleuze foi um grande comentador de Bergson e transformou a interpretação de sua obra.

Na Europa, havia uma busca por uma ciência rigorosa, tanto em seus métodos quanto no relato destes. Peirce, no século XIX nos Estados Unidos, argumentava que a ciência não proclama verdades absolutas, mas sim supera erros, evoluindo constantemente em sua compreensão do mundo. Ele defendia que um verdadeiro cientista é aquele que, quando confrontado com um fenômeno desconhecido, é capaz de mostrar a sua sistematicidade, sem rejeitá-lo a priori. A ciência deve estar aberta a investigar e entender todos os fenômenos, inclusive aqueles que ainda não compreende. A ciência tem um compromisso de discutir metodicamente os mecanismos utilizados para resolver problemas concretos, independentemente de sua origem. Entendendo isso, percebe-se que, no século 19, Peirce, que levantou essas questões, enfrentou muita resistência e foi muitas vezes expulso dos lugares por onde passava, pois seus pares científicos possuíam uma visão mais restritiva da ciência. O debate ainda persiste hoje, especialmente quando confrontado com ideias fundamentalistas ou sem base científica, como as teorias da Terra plana. Peirce, por outro lado, não era um relativista, mas sim um proponente da evolução do conhecimento científico. Ele entendia que o que sabemos hoje pode ser superado amanhã e que o conhecimento atual é o máximo que a comunidade científica pode afirmar no momento. O fundamentalismo, muitas vezes, está enraizado na crença em verdades absolutas e incontestáveis. Quando a ciência adota um discurso de

autoridade e se fecha para novas possibilidades, acaba por agir de forma tão fundamentalista quanto aqueles que critica. No contexto da crítica semiótica, a ciência do século 19 e os estudos semióticos têm algo em comum: ambos estavam frequentemente à margem dos discursos predominantes. Eles eram preocupados com os detalhes, com os elementos muitas vezes ignorados pela maioria. Historicamente, campos como comunicação, televisão, cinema e rádio eram marginalizados no meio acadêmico. O foco predominante estava em grandes obras literárias e artísticas. Foi Barthes um dos primeiros na França a analisar aspectos da cultura popular, como estrelas de Hollywood, propagandas de massa e capas de revista. Essa abordagem, agora comum, era incomum há cerca de 50 ou 60 anos atrás. Assim, conceitos que hoje são tidos como naturais, são, na verdade, resultados pragmáticos e concretos do pensamento estrutural e do modo como a semiótica trabalhou.

A semiótica sempre teve interesse no que é chamado de inconsciente ou no avesso do manifesto. O sentido manifesto é muitas vezes menos relevante do que o sentido inconsciente que o estrutura. A semiótica possui pelo menos três fases, organizadas de maneiras diversas pelos autores, com a primeira fase marcada pela descoberta do signo no século 19. O foco principal, nessa fase, é na noção de que não temos acesso direto ao mundo; sempre há um signo intermediando nossa relação com ele e nossa interpretação dele. Nós constantemente traduzimos o mundo em signos e sempre em um determinado aspecto. O que conhecemos de alguém ou de qualquer outra coisa é limitado pela nossa capacidade de traduzir em signos. O ápice da semiótica é entender que

nosso conhecimento do mundo é sempre mediado. Não temos acesso direto às coisas como elas realmente são. O ato semiótico é um ato de pensamento da tradução. A gente se transforma em signo. Então, se não podemos traduzir algo em signo, ele não tem existência semiótica concreta. Essa foi uma das questões propostas por Peirce. Essa ideia desafia concepções anteriores de conhecimento, que viam o acesso ao conhecimento – e até mesmo a Deus – como uma experiência de intuição direta. No entanto, na perspectiva semiótica, não existe intuição direta, só existe mediação. Tudo o que sabemos é porque fomos capazes de traduzir. Se não conseguimos expressar algo, seja por escrito ou por outra forma, na verdade, não sabemos aquilo. Então, quando escrevemos um texto e dizemos: “Professor, eu escrevi esse texto, mas eu sei mais, eu poderia ter feito melhor.” Não poderia. O texto que a gente faz é o máximo que a gente consegue fazer. A gente só coloca a hipótese de que poderia ter feito mais por falta de realismo. O que o Peirce traz no século 19 é que tudo o que a gente sabe é o que a gente conseguiu escrever. O que temos na mente e não colocamos no papel, a gente não sabe, pois a vida existe na tradução das coisas em signo, seja o signo na nossa cabeça, seja o signo no papel, seja o signo em imagem. Acreditar que poderíamos ter feito mais ou conhecido mais é uma ilusão; o que conseguimos expressar é o limite do nosso conhecimento e compreensão. Imagina propor isso no século 19, para universidades dominadas por cientistas dogmáticos ou por teólogos! Foi revolucionário. Saussure, ao propor que a linguística era uma ciência que pensava língua na sua sincronia, ou seja, no aqui e agora, independentemente de sua história, provocou um caos.

Ele propôs que o estudo científico da língua deveria analisar como o sistema da língua funciona no presente, e não como ela evoluiu. Ele alegou que entender as diferenças de sons que produzem palavras diferentes dá cientificidade para o estudo da língua, não sua história. Saussure argumentava que não explicamos o português por sua evolução do latim, mas por como ele funciona agora. Isso, no início do século 20, provocou uma grande virada linguística, modificando para sempre o modo como entendemos a língua. Assim como Freud, ao descobrir o inconsciente, alterou nossa percepção da mente humana. No entanto, ambos, ao tentarem estruturar suas descobertas, caíram na armadilha de tentar enquadrar a realidade em seus esquemas teóricos. Freud, por exemplo, tentou estruturar a mente humana em esquemas que nem sempre se aplicavam a cada individualidade. O mesmo ocorreu com a semiótica, que após a fase de descoberta, nos anos 50 e 60 buscou produzir modelos estruturais. O modelo de conotação e denotação de Barthes e o modelo de narrativa de Greimas são exemplares na semiótica, contribuindo significativamente para o entendimento de diversos campos como literatura, teatro, artes, política e ciências sociais. Esses modelos são extraordinariamente ricos, mas como Derrida salientou em 1966, quando começa a fase pós-estruturalista da semiótica, quando ele diz que o modelo perdeu o seu vínculo com o sentido primeiro da descoberta, tornando-se um esquema obsoleto, utilizado de forma repetitiva para fazer com que todos os fenômenos se encaixem nele. É o envelhecimento do modelo. Greimas, com seus modelos potentes, desenvolveu o quadrado semiótico para encontrar oposições centrais em textos literários.

Porém, após a descoberta inicial, repetir constantemente o modelo que reduz tudo à oposição entre vida e morte, revela uma falta de produtividade. Esse modelo foi revolucionário nos anos 50, mas precisou de uma reavaliação na fase pós-estruturalista que começou em 1966 com Derrida, com o texto "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências sociais". Derrida em sua fala, argumentou que o estruturalismo e a semiótica estavam, de certo modo, obsoletos e propôs uma reinvenção desses conceitos, realocando a política como fundamento primário, inclusive da linguística, em vez de modelos gerais linguísticos. Isso indica uma mudança de foco da semiótica dos anos 50 e 60, que estava predominantemente preocupada com os sentidos da gramática nas linguagens verbais. Por exemplo, se eu disser, "Nós foi ao cinema", vocês saberiam do conteúdo da mensagem que eu fui ao cinema, mas também saberiam que eu não estou usando a língua corretamente. Esta consciência vem do entendimento do sistema gramatical. Este sistema, então, se torna o local de produção do conhecimento, não necessariamente a expressão individual. Vocês sabem duas coisas sobre mim nesse exemplo; a informação de que fui ao cinema e a forma incorreta com a qual eu conjugo verbos. O objeto de estudo então da semiótica é esse sistema de regras. Derrida, Deleuze, e Foucault propõem que este sistema de regras, o objeto de estudo da semiótica, é uma criação de um sistema ainda mais abstrato ainda que eles chamavam de virtualidade e criação. Há um espaço criativo que forma tanto as regras quanto as falas, sendo a fala uma atualização da regra. Ao ouvir alguém, queremos entender o sistema que produz o que ela diz. Esse sistema também foi formado em outra



instância, considerada por eles como criadora. A virada pós-estruturalista move-se de uma instância de modelo para uma instância de criação. Derrida critica a linguística de Chomsky, argumentando que o problema não está na sua abstração excessiva ao tratar só da língua e não da expressão, mas sim na falta de abstração suficiente para entender um processo ainda mais abstrato, que é o processo da criação, o qual forma a regra que assumimos como universal. Portanto, a crítica pós-60 é uma crítica a uma ideia de sistema, uma ideia de sistema que já é um produto e não a origem da nossa expressão.

A semiótica é o estudo dos signos propriamente dito e é assim ensinada. Se você optasse por estudar semiótica, adentraria em conceitos como signo, conotação, denotação, significação, entre outros. Contudo, a semiótica só tem sentido se ela vier acompanhada do estudo do pragmatismo, do estruturalismo e do formalismo. Eu participo de muitas bancas e as vezes as pessoas usam Roland Barthes, porque ele escreve muito bem e cada frase que a gente lê dele tem vontade de citar. Essas pessoas usam frases do Roland Barthes para fazer uma reflexão cuja forma é do século 18. Para ler o Roland Barthes é preciso ler com a mente do estruturalismo, ou seja, se não entender a lei do estruturalismo a gente não vai decifrar o Roland Barthes. O pensamento dele é possível por causa do estruturalismo. O pensamento de Peirce é possível dentro do universo do pragmatismo. Venho defendendo – e aqui falo por mim – que a semiótica precisa ser pensada no universo do pragmatismo, portanto, ela é o próprio pragmatismo, no universo estruturalista, portanto, ela é o estruturalismo, no universo do formalismo, porque ela

é formalista. Acho importante essa contextualização inicial sobre os panoramas artísticos e históricos da semiótica no universo epistemológico do pragmatismo, estruturalismo e do formalismo, pois são chaves que nos permitem fazer uma leitura semiótica não ingênua. Quando questionados sobre a semiótica, podemos simplificar dizendo que ela estuda as linguagens, os sistemas das linguagens e suas traduções. Ela estuda as linguagens verbais, visuais, musicais etc., analisando quando é, pragmaticamente falando, mais produtivo utilizar cada uma. Se pedisse a vocês para apresentarem o espaço em que estão, uma fotografia seria mais econômica e informativa que um texto descritivo. Uma foto revelaria cores, barbas, roupas e outros detalhes sem necessidade de palavras. Imaginem o número de palavras necessárias apenas para descrever o nariz de alguém! No entanto, o verbal tem suas vantagens, como a capacidade de estabelecer relações causais com grande economia de palavras. "Penso, logo existo" são apenas três palavras que estabelecem uma relação complexa, ainda que controversa, e que são eficazes. Claro, é possível expressar essa ideia através de uma grande ilustração ou história em quadrinhos, mas o verbal é mais econômico. Estudamos os sistemas da linguagem verbal e não-verbal para entender suas regras e economias comunicativas. Mas o mais importante é compreender como uma linguagem é capaz de traduzir a outra. As relações entre linguagens não são necessariamente coerentes; muitas vezes, os melhores resultados surgem dos choques entre elas. Godard, em um de seus últimos filmes, "Adeus à linguagem" explorou esse conceito. Há uma cena onde várias pessoas falam ao mesmo tempo em diferentes idiomas, tornando

impossível entender o que está sendo dito. Esse texto é intraduzível; são muitos significados e vozes colocados ao mesmo tempo. Uma crítica à dublagem. Essa cena não pode ser dublada e não pode ser traduzida por legenda. E o cinema tem esse aspecto: quando dublado ou legendado, perde-se as relações originais de som e imagem.

A semiótica estuda linguagem e a tradução entre diferentes formas de linguagem. Mas, traduzir não é simplesmente encontrar equivalências. Tradução é, essencialmente, recriação. O que é traduzido nunca é idêntico ao original. Como Augusto de Campos sugeria, não existe tradução, mas transcrição. Traduzir poesia, por exemplo, é diferente de traduzir texto comum. Chico Buarque tem uma canção famosa, “O que Será?”. Foi traduzida para o francês, não por sinônimos, mas pela sonoridade, mantendo a melodia e o ritmo da versão original, em vez de suas relações semânticas. A música foi assim apresentada ao público francês mais pelo seu som do que pelo significado de suas palavras. Toda tradução envolve uma escolha política, é uma decisão que resulta em uma nova obra. Na visão da semiótica, o que fazemos senão traduzir constantemente? Borges também reiterava que escrever é uma forma de traduzir, de reinterpretar infinitamente, de ‘roubar’ de outros. Para a semiótica, não existe um pensamento intrínseco; tudo é extrínseco. Quando as pessoas se preparam para escrever sobre algo, frequentemente introspectam, como se tentassem descobrir algo lá no fundo. Mas, interiormente, não há nada; o que está ‘dentro’ é apenas uma dobra do que está ‘fora’. Va para a biblioteca, vá para o mundo, se relacione com ele, se relacione com as palavras, escreve coisas que essas coisas vão se

constituir lá dentro. Imagine defender essa visão no século 19! Outra perspectiva, principalmente concebida na União Soviética, posiciona a semiótica como um estudo da cultura, com o objetivo de descrever todos os códigos que estruturam diferentes culturas. Iuri Lotman, na União Soviética, desenvolveu tal conceito em seus volumes de “A Semiosfera”. Ele argumentava que não possuímos pensamentos; ao contrário, estamos neles. É o pensamento que nos estatui, não o contrário. Há uma relação dialética entre nós e o mundo dos signos; nós só nos construímos ao transformar um signo em outro. Essa é a única inventividade possível para nós. Villa-Lobos, quando estava na Europa, era frequentemente questionado sobre suas composições complexas e complicadas. Ele respondia que não era sua música, mas a música do Brasil, incorporando os sons dos trens, ventos, águas e pássaros brasileiros. Villa-Lobos não criava a música; a música criava Villa-Lobos. Segundo Roland Barthes, um autor só existe após sua obra; ele não é a origem da obra. Antes de se tornar autor, é essencial entrar nas malhas da escritura para produzir um texto e se depois de escrito, alguma diferença fizer, ele vira autor. Sem "O Capital", Marx não existiria; ele é um produto de sua obra, não o contrário. Ao falar semiótica, é crucial lembrar desta inversão: o autor é resultado de sua obra.

Na França, a semiótica é concebida como a teoria dos processos de significação. Significação é a operação que resulta da relação entre o significante e o significado, entre um plano de expressão e um plano de conteúdo. Se considerarmos denotação e conotação, uma pomba branca denota simplesmente uma pomba. Mas se for solta pela janela pelo Papa,

ela conota um símbolo da paz. Neste contexto francês, estuda-se a cultura como um conjunto de processos de conotação ou de metalinguagem. Na metalinguagem, novos significantes são adicionados. Se perguntar sobre semiótica, a resposta, "teoria dos processos de significação", acrescenta novos termos para explicar o conceito original. Portanto, toda comunicação ocorre nas relações entre conotações e metalinguagens, entre desenvolvimentos significantes e de conteúdo. Na perspectiva semiótica, isso é estudado de maneira amoral. Umberto Eco, em "Os Limites da Interpretação", narra a história de um escravo medieval encarregado de entregar vinte figos e uma carta a outro senhor. Quando o escravo come alguns figos pelo caminho e entrega o cesto para o senhor, que lê a carta e vê que faltam figos. O escravo é castigado e mandado de volta. No meio do caminho, o escravo tem fome e olha para aquela carta delatora. Ele esconde a carta delatora atrás de uma pedra. Come os figos, pega a carta e coloca no cesto. Mais uma vez ele é flagrado e castigado. É mandado novamente, mas dessa vez ele não come os figos. No entanto, ele pega a carta e a coloca em um altar e a transforma numa deusa, pois a carta é capaz de vê-lo mesmo atrás da pedra. Essa narrativa ilustra uma série de processos de significação muito interessantes. O escravo que não entende o que era a carta, o escravo ao compreender como a carta funcionava acredita que ela enxergava, o escravo que acredita que não só a carta enxergava como decifrava coisas mesmo escondida, então ela vira uma deusa. Ao observar o escravo percebemos que é um processo ingênuo semelhante à nossa relação com as crenças religiosas. Atribuímos significados semióticos a essas crenças, mesmo que possamos explicá-las

cientificamente. A semiótica, portanto, não analisa os procedimentos religiosos com moralismo ou ressalvas, mas reconhece sua existência e impacto em nossas vidas. Glauber Rocha explorava esses aspectos intrínsecos da cultura brasileira, sugerindo que os críticos nunca entenderiam completamente o Brasil sem compreender sua religiosidade e os processos de significação que dão forma a ela. De um ponto de vista semiótico, divindades e santos possuem existência concreta, influenciando nossas vidas, moralidades e ações, independentemente de sua existência física. A semiótica se preocupa com os efeitos que esses elementos culturais produzem em nosso espaço cultural. A existência de deuses é tão concreta quanto a da carta do escravo; ambos são artefatos culturais que geram efeitos materiais concretos em nossas vidas.

Outra perspectiva considera a semiótica como ciência geral dos signos, atrelada ao pragmatismo. Surgiu no final do século 19 o Clube Metafísico em Massachusetts, que buscava compreender como garantir a democracia em cidades imensas e diversas como Chicago. Eles acreditavam que a comunicação, o debate e o diálogo eram essenciais para estabelecer um consenso entre as vontades individuais dos cidadãos. O desafio era deslocar o paradigma da época, centrado na consciência individual, para focar nas relações intersubjetivas e comunicativas. Em vez de buscar significados na mente de um indivíduo, eles procuravam entender as relações intersubjetivas e comunicativas entre diferentes indivíduos. Este deslocamento proposto pelo Clube Metafísico trouxe consigo diversas consequências e características para os Estados Unidos. A palavra "pragmatismo" foi usada pela primeira vez por Charles Peirce

em um texto intitulado "Como Tornar Claras as Nossas Ideias". Ele usou essa palavra, mas ela não tinha o peso que passou a ter depois. Embora Peirce tenha introduzido o termo, foi William James, mais associado à psicologia, quem popularizou o conceito de pragmatismo. James chegou até a escrever um livro chamado "A Vontade de Acreditar", onde argumenta que, se uma crença produz efeitos concretos, então ela é verdadeira. Peirce não concordava com isso nesses termos, mas concordava com essa ideia de produção, que já estava no seu texto. A primeira diretriz do pragmatismo é o seu caráter anti-fundacionista. Tradicionalmente, a filosofia, sobretudo antes e durante o século 19, com filósofos como Hegel, buscava encontrar a verdadeira essência das coisas, muitas vezes tentando provar a existência de Deus ou a naturalidade da natureza. Peirce chegou a um meio acadêmico saturado de pessoas convictas sobre as origens e essências das coisas e disse que isso não era ciência. Segundo ele, a ciência não pode provar origem, essência, ou Deus, e é muito mais movida pelas expectativas futuras do que pelos "fantasmas" do passado. De forma simplificada, ele sugeria que, se tivéssemos uma festa hoje a noite com a presença de alguém que desejamos muito encontrar, nossas ações seriam motivadas mais pela antecipação desse encontro futuro do que por qualquer receio ou expectativa baseada em experiências passadas. Vamos simplificar: eu escolhi minha roupa para hoje à noite pensando nos efeitos que desejo criar com ela, não considerando a história do vestuário. As ações presentes são melhor explicadas pelos efeitos que produzem do que pelas intencionalidades ou essências pretéritas que elas possam vir a ter. Logo,

a tarefa do cientista é estudar o significado das coisas como um efeito material, pragmático e concreto. O primado do pragmatismo não está na busca fundamental por Deus, essências, ou verdades, mas sim na identificação material das consequências. O que é Cristo? A igreja vai tentar explicar seu significado na Trindade, sua relação com Deus e o Espírito Santo e sua santidade. Um pragmático dirá que Cristo está nos efeitos que conseguiu produzir, seja através da guerra santa, de Roma, do papa, ou da solidariedade entre as pessoas. Há uma pluralidade de Cristos, pois os significados de Cristo estão nos efeitos que ele foi capaz de produzir, e não na vontade dele de ser Deus ou sagrado. George Bush, ao invadir o Iraque, poderia ter as melhores intenções de libertar o país de Saddam Hussein, mas o que realmente produziu foram mais tirania, guerra e doença. De acordo com Deleuze, boas intenções deveriam ser severamente punidas, pois o que realmente importa são os efeitos produzidos, não as intenções. Isso é algo que podemos entender com facilidade hoje, mas no século 19, dominado por pensamentos totalizantes, como os de Hegel, isso era absolutamente revolucionário. Em semiótica, defende-se que o significado não é nada mais do que os efeitos produzidos por uma ação. E o terceiro ponto importante é o falibilismo: a ciência é ciência justamente porque ela é capaz de se autocorrigir. Quando algo acontece, não podemos fugir da realidade desse acontecimento. O cientista vai investigar como aconteceu e vai explicar as regras desse fenômeno, os procedimentos. Se esses procedimentos puderem ser replicados metodologicamente, então o acontecimento é traduzido como ciência. Se não puder ser replicado,



ainda não é ciência. A primeira função de um cientista é estar atento ao mundo e aos acontecimentos. Quando alguém, como Olavo de Carvalho, afirma que a Terra é plana, ele está brigando com o acontecimento. Não que a Terra não tenha sido percebida como plana na Idade Média, com consequências práticas – por exemplo, os navios não navegavam além de um certo ponto, temendo monstros e quedas. Mas a Terra continuou insistindo sobre a nossa verdade científica, e a ciência se corrigiu. A semiótica não é pós-moderna pois ela não acha que são todas as opiniões que valem, do ponto de vista da ciência. As opiniões científicas válidas são aquelas que correspondem a determinados fatos e que podem replicar esses fatos metodologicamente. Se não puder replicar, não é ciência. As verdades da ciência são provisórias, mas não são relativas. Se alguém diz, "Para mim, a Terra é plana", lamento, mas essa opinião não tem fundamento na comunidade científica. O pragmatismo de Peirce dá muito poder à comunidade científica, porém essa comunidade não é de iluminados. A comunidade científica é composta por inteligências que produziram conhecimento sobre determinados assuntos, e esse conhecimento não volta atrás. Alguém pode gritar que a Terra é plana e pode até haver uma votação democrática, mas a Terra vai continuar não sendo plana. Não é uma questão de democracia nem de opinião, é uma questão de investigação. Se querem mudar, que apresentem testes empíricos que comprovem que a Terra é plana.

Outro aspecto crucial do pragmatismo é a mediação, como uma crítica ao conhecimento imediato intuitivo. Nada existe que não seja mediado pelo signo. A nossa grande limitação é que jamais

conseguiremos tocar as coisas, ou a si mesmo, sem traduzi-las em signos. Mas isso também é uma grande riqueza, pois cada vez que traduzimos algo em signo, esse algo se transforma. O signo é uma construção e, paradoxalmente, uma limitação, no sentido de que não podemos experienciar as coisas diretamente. Toda tradução em signos cria algo novo. Assim, cada teoria é também uma construção. Analisar a sociedade sob essa perspectiva é revelador. Nos afasta do relativismo pós-moderno e nos envolve na criação de um mundo relacionado à maneira como traduzimos as coisas. Assim, precisamos refletir sobre por que traduzimos o mundo de uma forma e não de outra. Como seria se traduzíssemos a vida de outro jeito?

A pragmática é falível, se autocorrige e se transforma. Para Charles Sanders Peirce, a verdade transcendental está na comunidade, não nas opiniões individuais. Diferentes mentes podem começar de diferentes pontos, mas um processo de investigação rigoroso levará a conclusões semelhantes. A inteligência e o pensamento, do ponto de vista da semiótica, não são individuais, são da ordem do mundo, das forças do mundo – as forças do mundo atuam sobre nossas mentes, e nossas mentes são uma força do mundo. Peirce, estudando a transformação das linguagens no século 19, já percebia tendências que observamos hoje, como a convergência de linguagens para formas mais matemáticas, que é a mais abstrata das linguagens. A semiótica estuda as linguagens também em termos de seu devir, ou seja, a que elas tendem. Peirce, com formação em química e influência dos pais matemáticos, estudava botânica, literatura, ciência, arquitetura, sempre teve a lógica como centro de suas

preocupações. A lógica é o tipo de proposição que procura discutir as adequações do uso dos signos em relação à realidade, e está interessada em discutir o valor referencial de uma dada proposição, se é verdadeira ou se é falsa. Mas eu dizia para vocês que Peirce não está interessado só nessa estrutura lógica formal. Ele está interessado em saber como é que a lógica se transforma. Como é que a lógica pode tratar da criação? A criação entra na lógica? Na história dos estudos lógicos e mesmo da filosofia analítica alemã, não entra. Tudo o que está fora do esquema lógico fica de fora, porque não é pertinente ao esquema autorreferenciado da lógica. Peirce, no entanto, vai dizer que não mesmo! Vai dizer que está no coração da lógica o acaso. Ele disse isso no século 19. As pessoas se voltaram todas contra ele! Imagina os lógicos, donos da verdade, não conseguiam aceitar. E ele dizia: há uma continuidade entre o acaso e a lei, que é o sinequismo. O acaso é o tiquismo. Se começa de um acaso, e esse acaso tende a produzir uma lei. O que ele está querendo dizer? Uma novidade qualquer que aparece para a gente, ela não deve ser pensada na oposição à lei. A novidade integra a lei. A novidade é da lei. Quando a gente entra em relação com alguma coisa que a gente não está acostumado, qual a primeira coisa que a gente faz? Por exemplo, a gente começa a se aproximar daquela pessoa, conhece aquela pessoa, e assim ela parece com aquela outra pessoa. Esse “ela parece com aquela outra” é o início de uma lei. É uma lei qualitativa, ainda. Mas essa lei, se for cientificamente trabalhável, ela tem que sair do nível da qualidade e chegar no nível do símbolo, ou seja, chegar num nível de consensualidade simbólica. E esse símbolo não é fechado. O símbolo, ele é mutante. Ele é o máximo que a

gente sabe a respeito de uma experiência casual. O século 20 foi pródigo que desenvolver isso, ainda que os lógicos não aceitem até hoje. Peirce dizia que as coisas diferentes acontecem, só que elas se transformam em lei e a lei não se opõe a elas. Logo, Peirce é um anti-cartesiano. Não existe pensamento versus emoção. Uma emoção só existe se ela for capaz de produzir pensamento.

Peirce apontava para a necessidade de a ciência avançar, reconhecendo que nossos hábitos e regras mudam quando coisas diferentes acontecem. No pensamento de Marx e em obras como "Império" de Antonio Negri, é discutido a ideia de uma força não lógica que move o mundo, uma força de multidão, de potência da multidão, que é sempre desconforme com as regras, mas toda regra é uma reação a essa força. A classe operária, todas essas pessoas que fazem parte da multidão, sempre brigaram por mais abertura, mais liberdade, mais espaço, mais justiça etc. Essa justiça, esse espaço que eles criaram precisava compatibilizar a força irracional dessas vontades, com uma certa organização habituada, que permite a manutenção civilizada das nossas vidas. Para o período do colonialismo, a forma da monarquia absoluta era a forma que continha esses movimentos, ao mesmo tempo que era efeito desses movimentos. A Isabel, de Espanha, tinha poder de matar, tinha poder de exilar, tinha poder de prender. Porque ela era o poder soberano. Ora, do colonialismo da Isabel para o imperialismo americano, ou russo, houve diferenças. Os americanos não podem mais matar, pelo menos dentro da lei. O imperialismo não podia mais matar. Os presidentes dos Estados Unidos tinham muito menos poder do que Isabel. A Isabel não

se transformou no presidente dos Estados Unidos por bondade dela. O colonialismo se transformou em imperialismo, porque essas forças do tiquismo, latentes, forçaram transformações. Qual o significado do tiquismo, da diferença, da sensação, do acaso? Na regra que ele é capaz de produzir! Então a força operária que produziu os reis absolutistas contra o poder feudal, é a mesma força que produziu o Bush contra a Isabel. A ONU tem muito menos poder que as potências europeias, e do que Isabel. Logo, ao longo da história, as formas simbólicas dos governos – colonialismo, imperialismo, governo da ONU – são expressões da transformação cujo agente é o acaso. É o incomensurável, o que não é medido, o que não tem identidade. Os símbolos governamentais, como formas de governo, são consequências diretas dessas experiências com a diversidade, que continuam a impulsionar a transformação dos símbolos e das leis que regem as sociedades. O símbolo não é oposto à sensação; ele é, na verdade, o desenvolvimento razoável da sensação. O Lula surgiu depois de um conjunto de sensações dispersas na sociedade brasileira e ele se apresentou como símbolo disso. Bolsonaro surgiu como símbolo de um conjunto de forças da sociedade brasileira, desses horrores do fascismo que a gente está vendo aí, mas que estava disperso por todos os cantos. E há um conjunto de expressões muito interessantes que estão aparecendo. Pensem as mulheres que ao longo da história vêm apanhando o tempo inteiro em silêncio. Nos últimos 40, 50 anos, aqui no Brasil, isso começou a mudar. Vejam que aqui, nos anos 70, não tinha o divórcio. O cabeça do casal era o homem e a mulher ali obedecia. Elas, no entanto, lutaram e ocuparam espaços. Elas, hoje, têm mais direitos do que tinham antes.

Era melhor para o homem antes. E hoje, com os novos fascismos, o que dizem os homens? Dizem que lugar de mulher é em casa. Até a ministra da mulher, do governo Bolsonaro, diz que lugar de mulher é em casa. Por que que eles estão dizendo isso? Não era muito melhor para eles se eles não precisassem dizer? Se eles pudessem manter a estrutura que as mulheres apanhavam caladas? Hoje, no entanto, eles precisam dizer. A fala desse governo e a fala da Damares são expressões simbólicas da força que tem, e que teve o movimento feminista, que obrigou os homens a colocarem a sua cara na TV para dizerem: elas devem voltar a apanhar. Porque para eles era muito melhor não dizer nada e só bater. Percebiam então que a semiótica estuda as formações simbólicas nessa relação. As pessoas, em geral, ao ouvirem essas falas pensam que estamos retrocedendo. No entanto, a fala desse governo é expressão de que nós avançamos. Ninguém que tem poder fala do seu próprio poder, senão quando está frágil. Evidentemente que esse não é um progresso definitivo, e tudo pode piorar.

---

*N. do organizador: Alexandre nos deixou em 07.08.2021 com a tarefa incompleta deste capítulo. Havia o desejo e o acordo dele de publicarmos o material. No entanto, em muitos momentos foi difícil tomar a decisão, por outro, do que manter, retirar ou revisar. Quais formas deveriam ser mantidas na fala eloquente dele e quais deveriam (pois ele assim o faria) ser reorganizadas?*

*Jamais saberemos. Tomei algumas decisões necessárias, entre elas a de não acrescentar referências bibliográficas, mesmo as que ele cita na sua fala, todas de fácil acesso nas redes. Na revisão, tomei o ônus da tarefa de organizar frases e tentar manter ao máximo suas expressões, e nesse momento conto com a boa vontade do leitor, solicitando que as possíveis inconsistências sejam debitadas somente ao meu trabalho. Se há erros na condução da forma, tenho a esperança de que seu pensamento reste vivo escapando por entre as palavras.*

# Sobre os desafios da pesquisa

Ione Bentz

Este texto é o registro de uma fala que devia responder à questão lançada como desafio, qual seja ,conhecer o pensamento dos pesquisadores sobre o fazer da pesquisa acadêmica no contexto da pós-graduação stricto sensu, no Brasil. Portanto, é sobre isso que falaremos, de um modo um tanto informal, em tom ensaístico e de conversa entre pesquisadores de diferentes níveis de experiência. Estruturei o texto em blocos, sem subtítulos, apenas neles sinalizando uma mudança de assunto, com o objetivo de estabelecer uma certa ordem de leitura.

❖ Quando me convidam para opinar sobre pesquisa, ressalto três pontos: primeiro, iniciei minha atuação como pesquisadora e docente de pós-graduação stricto sensu no final dos anos setenta, década em que fiz minha formação de mestrado e doutorado; segundo, meus posicionamentos se consolidaram no período de lá até hoje, uma vez que continuo em atividade. Pude assim acompanhar as mudanças que ocorreram, desde a vigência de padrões que considero mais rigorosos, até a prática de parâmetros mais flexíveis em termos de temáticas, paradigmas epistemológicos e metodologias. Considero inevitáveis e positivas as mudanças, uma vez que dizem de uma sociedade, de uma cultura sempre em transformação. O importante é explorar as oportunidades que se apresentam e tirar delas o melhor proveito; terceiro, sempre que convidada a me posicionar, reafirmo que, embora tenha acumulado experiência, tenho vindo uma outra época, como um viajante no



tempo, não gosto de que minhas opiniões tenham o tom do discurso de autoridade, pelo contrário, é um compartilhamento que estimula o desenvolvimento dos saberes em seu processamento crítico. Tenho sempre a expectativa de um diálogo em pé de igualdade, todos movidos pela intenção de ampliar o conhecimento. As pessoas não detêm todo o saber. Com o passar do tempo, as figuras do catedrático, do ancestral, do todo-poderoso, do mestre, transformaram-se. Lacan, por exemplo, desmontou essa crença com o seu "abaixo o discurso do mestre". Hoje, não se aceita o discurso do mestre, mas se propõe uma troca de experiências que ajudam a ressignificá-las, algumas mais consistentes ou mais abrangentes, mas todas resultantes de sentidos, consensos, mas, sobretudo, de dissensos. Todo esse patrimônio se constrói no tempo e no percurso de peripécias de pesquisa, feito para atravessá-lo.

❖ Passei bastante tempo pensando em como começar essa nossa conversa. É curioso que, desde que entrei numa sala de aula nos idos de março de 1959, eu nunca mais dela me afastei. Então, para quem sabe fazer as contas, é bastante tempo, tempo que poderia ser estéril e degradante, não fora a manutenção sempre viva da curiosidade, das mudanças culturais, dos processos de produção de conhecimento, enfim, de tudo que nos afeta dia a dia como pessoa e como sociedade. Em especial, houve uma particular atenção, para as novas perspectivas epistemológicas, para as metodologias capazes de responder às necessidades ou desejos da sociedade. Afinal, é essa conexão com o mundo exterior que nos legitima como pesquisadores. Ontologia e Epistemologia, entrelaçadas, formam o substrato do que somos como pessoa, professor ou pesquisador. É nosso patrimônio.

❖ Guardadas as minhas motivações particulares, conversar significa garantir a agentividade entre os parceiros do diálogo. Para tanto, duas decisões iniciais: balanceamento entre conhecimento científico, formal, organizado e o saber que emana das práticas e vivências de cada um de nós. Essa agentividade recíproca e reflexiva nem sempre esteve pautada. Houve época em que cabia ouvir e absorver; hoje, cabe escutar e falar, processar as informações criticamente e devolvê-las aos parceiros como novos estímulos para novas discussões e, assim, sucessivamente. É o que distingue a informação do conhecimento. De relevância, portanto, o que nossos parceiros de conversa pensam, esperam ou desejam saber, ou , simplesmente o que lhes move a curiosidade. Para tanto, lancei algumas perguntas e as tornei guias nesse processo. E mais, estabeleci uma conexão entre a curiosidade de vocês e os temas que me inquietam, mais precisamente aqueles que surgiram de minha participação em bancas de dissertação e de tese, entre outras experiências. Atuais, portanto, renovados, alguns, persistentes e outros sinalizando ações futuras.

❖ Nossas curiosidades e inquietações operam em diferentes temporalidades. Às vezes, esses desafios demoram um pouco para surgir, e demoram outro tanto para frutificar. Emerge, então, a relevância do tempo: o tempo da gestão, do mercado, da execução, da ação, esse rápido, direto, linear; e o tempo da pesquisa, esse lento, preguiçoso, difuso e feito de idas e vindas sugeridas pela natureza de nossa curiosidade e pelas condições de elaboração do conhecimento esperado. Os tempos de conhecer e de aprender variam entre as pessoas, pois obedecem a outras instâncias que não as marcas cronológicas ou mesmo psicológicas.

A categoria ‘tempo’, inclusive, atua como criadora de espaços, como um tempo que não é presente, nem futuro, nem passado. O único tempo é aquele que existe, aquele que é presente. Esse é o único tempo com o qual podemos operar. O presente, sendo o único tempo que temos, é o tempo real, o tempo vivido, o tempo virtual ou consciente. Portanto, falar em cenários futuros é sempre uma tautologia. Essa flexibilização no conceito de tempo é extremamente útil para compreender o processo de produção do conhecimento. Inclusive, essa questão pode articular a diferença entre informação e conhecimento. Enfim, precisamos nos dar tempo e, de modo prático, organizá-lo nos limites propostos externamente, sempre, contudo, com a firme disposição de transgredir-los em prol do conhecimento e da aprendizagem. A propósito, uma palavra sobre esse binômio. Conhecimento e aprendizagem são processos, e é preciso que essa caracterização seja levada a sério. O que significa ser um processo e não um produto? Qual a duração de um produto nessa querela? É preciso reconhecer os elementos que se organizam processualmente e garantir-lhes diversidade de arranjo e diferenciação entre os elementos contemplados. Inovação e criatividade são dois termos correntes no nosso cotidiano, mas que carecem de ser revitalizados e, antes de tudo, exercitados para que se renovem os saberes.

❖ Falar em diversidade e diferenciação evoca falar das relações que devem pautar o diálogo entre as áreas de conhecimento. Impensável afirmar que os campos devem fechar-se em suas especificidades, em guetos isolados, sem diálogo com as demais áreas, ou, melhor, com as realidades que cercam cada uma de nossas ações. A essa relação Morin chama transdisciplinaridade, cunhada por ele como religação de saberes.

Sobre esse tema, Nicolescu desenvolveu um artigo que merece ser lido. Tal reflexão nos leva a perguntar com quem dialogamos. Com quem conversa a administração? Será relevante para ela esse diálogo em tempos de hiperespecialização? Sabem os que desenvolvem estudos nessa área, em que bases esse saber se alicerça? Trata-se de uma área consolidada cuja base epistemológica dominante é o pragmatismo. Nem sempre a graduação resgata esses fundamentos, até por não considerá-los relevantes, o que, a meu juízo, é central para a construção teórico-metodológica. Sob a égide da ação e da prática, é desconsiderada a indissociabilidade entre teoria e prática. Nesse cenário, despontam como expoentes Charles Sanders Peirce e William James, fundador e desenvolvedor, respectivamente, do paradigma que marca a prática científica hegemônica e emergente, essa última tão bem trabalhada por Boaventura dos Santos. Esse pragmatismo propõe a dimensão mental do conhecimento, a formação de crenças e hábitos e a produção permanente da cadeia de significantes, ou seja, a semiose. Por que destacá-lo? Por ser hegemônico na área em que vocês transitam. Que se preste atenção à indissociabilidade entre teoria e prática!

❖ Religação de saberes e pensamento complexo remetem à teoria da complexidade. O paradigma do milênio é a teoria da complexidade. Esse paradigma científico resalta princípios das ciências básicas, da natureza, para tratar a realidade como simbiose entre as ciências humanas e sociais e a biologia, vejam-se os textos de Maturana e Varela; e a física, pelas revoluções de Eistein, por exemplo. Resgata-se pelos princípios hologramáticos, analítico e recursivos uma totalidade de partes dela indissociável que precisa ser respeitada. Assumir essa perspectiva

epistemológica nos compromete com a formulação de metodologias que possam orientar, de modo sistemático, nossas pesquisas. Antes de tudo, porém, é preciso reconhecer que o pensamento complexo produz uma ruptura radical em relação às teorias vigentes, expressa, de modo simples na negação das dicotomias. Esse modo de ver o mundo (ontologia) requer o reconhecimento de que não se trata de fazer arranjos parciais ou adaptações canhestras nas práticas de pesquisa vigentes, mas de subvertê-las em nome de uma nova ordem, de um novo aporte teórico-metodológico. Tal compreensão permite que se faça a crítica da modernidade tão necessária nessa altura do terceiro milênio.

❖ Nesse percurso de investigação, aparece não apenas a relevância metodológica de buscar semelhanças e diferenças, ou de propor novas relações entre os elementos na constituição de um sistema, mas também de pensar sobre os paradoxos. A afirmação que o importante seria eliminar os paradoxos talvez não seja procedente, até porque a sua presença pode manter vivo o debate que nos leva ao conhecimento. As transformações no processo se alimentam dos contrastes, das dualidades, dos contrapontos que nos levam a novos insights ou a temporárias certezas. Importante, portanto, que eles sejam estimulados. Enfim, não queremos eliminar o paradoxo, mas mantê-lo vivo, porque o conhecimento vem da manutenção dos dilemas, dos paradoxos e das operações processuais que fazemos ao nos movermos de um lado para o outro, de forma mutante, dinâmica e disciplinada.

❖ Antes de prosseguirmos nessa conversa, acho oportuno retomar as perguntas que fiz a vocês para que pudesse direcionar minha fala a seus

interesses ou curiosidades, questões tanto mais importantes, quanto a abrangência do tema ‘pesquisa’. As questões que vocês enviaram e que inspiraram essa fala podem ser assim resumidas: a primeira, diz respeito ao desafio da escrita e, para desenvolvê-la, remeto ao texto de Ítalo Calvino sobre as seis propostas propostas para o próximo milênio. Não é um texto novo e tenho certeza de que vocês o conhecem. Se não conhecem, será uma oportunidade de fazê-lo; se conhecem, será instigante, de qualquer forma, retomá-lo. A segunda questão trata da escolha da carreira, sem dúvida, um momento decisivo na vida dos jovens estudantes. Embora se saiba que não se tratam de escolhas definitivas, cristalizadas, envolve o desenvolvimento de esforços e a alocação de um tempo que parece desperdiçado, se equivocada a escolha. Escolhas e tempo, dois termos de alta voltagem, com desdobramentos em relação à liberdade, autonomia, ontologia, história de vida, idiossincrasias, ou, simplesmente, o que quero e em que tempo quero chegar aos meus objetivos. Essa perspectiva é um tanto mais complexa, mas procede como ponto de partida. Tal processo é pautado pelas transformações culturais, em diferentes épocas e em instâncias diversas. Eu, jovem, por exemplo, vivi os tempo em que a escolha da profissão não era nossa prerrogativa. Cabia aos pais indicar os melhores caminhos de realização profissional, em geral ligada ao potencial de sustentabilidade financeira ou de enriquecimento que certas profissões representavam e, ainda representam, embora a realização pessoal, a satisfação ou vocação sejam considerados, em nossos tempos, o elemento definidor da escolha da profissão. Para as mulheres, esse espaço era, se não reduzido, inexistente. Vivi a escolha feita pelos meus pais e, em sendo mulher, o caminho era cursar o magistério. Foi o que aconteceu e, nesse caso

específico, a escolha foi bem sucedida: como professora, e depois, pesquisadora, obtive realização em diversas instâncias, tanto que nunca abandonei a profissão. Percebam que a escolha, quando vem de fora de nós – que não é o caso de vocês, que têm hoje espaço para suas escolhas – tem um significado diferente em cada caso. E o mais importante, em qualquer dos casos, o importante é que se pode mudar de caminho. Em caso de insatisfação ou equívoco, questione-se o porquê de ali permanecer, se por inércia, ou por falta de coragem. Vida e trabalho estão entrelaçados. Como ser feliz (tanto quanto pode o ser humano ser) em cenário de discordância/dissociação entre o viver e o fazer. A razão pela qual se continua no caminho escolhido é crucial. Ao traçar um esboço simplista para o futuro e a carreira, é fundamental considerar: é o que eu quero fazer? Esse fazer preenche as minhas expectativas de vida? Viver a vida e ser pesquisador significa vivenciar o que se faz como um todo. É preciso estar sempre muito atento ao grau de satisfação com o que se faz e à natureza das vicissitudes que se apresentam. Temos compromisso com a felicidade que construímos para nós e para os que nos cercam. Há muitas pessoas que são pesquisadoras, artesãs, pessoas com ‘alma’ de pesquisador, mas que precisam, pelas circunstâncias, trabalhar em empregos estranhos a sua vocação. Quando possível, não divida, não separe, faça da vida um todo, um processo contínuo de fruição. Turbulências, indefinições, desafios são parte da trajetória. Não existem valores absolutos, ou estratificações de estados de alma. Trabalhamos, sim, com graus de satisfação que se alternam em intensidade e qualificação e que seguem o fluxo da vida. A obtenção da riqueza ou o ideal do ganho fácil andam na mão e na contramão da realização pessoal, do sustento financeiro, da estabilidade e do prazer. Não divida o viver e o fazer. Ser dividido é ser

partido. O processo é dinâmico e de uma totalidade na qual as partes não se distinguem. Complexidade, sim, presente. Nossas escolhas são permeadas por contextos e circunstâncias sobre os quais não temos todo o domínio. Mas a ideia é que as escolhas sejam feitas de modo mais livre e autônomo, não delegando a outrem as decisões que, se acertadas ou não, são prerrogativa nossa. Escolher é o mote; escolher em pesquisa, sejam escolhas referentes à epistemologia, a metodologias ou a temáticas. Dizia um colega pesquisador ao ser perguntado sobre o que é pesquisa. Respondia, sem titubear : Pesquisar é tomar decisões! Por favor, entendam bem, essa fala é teórica, até porque é essa a natureza da nossa reflexão; estou sempre falando teoricamente, porque a única maneira de pensar é teorizando, conceituando. Importante é acreditar na indissociabilidade entre teoria e prática. Se as teorias não fossem capazes de produzir novas práticas, estas se extinguiriam por exaustão. Práticas são construções, processos heurísticos, experiências que podemos inaugurar a cada momento, propondo novas técnicas ou colocando novos limites para o nosso saber. Então é essencial se convencer de que há sempre mais a fazer, muito mais a descobrir. As experiências particulares de cada um são circunstanciais e situadas. Falar sobre elas é sempre teorizar. Algumas dessas reflexões podem parecer subjetivas, românticas ou moralistas. São, sim, de certa forma, no sentido de que o cenário referido é aquele em que somos protagonistas, somos sujeitos, no mínimo integramos a ecologia da subjetivação, tal como proposta pela ecosofia de Guattari.

❖ As duas últimas perguntas são muito interessantes: O que tem lido? Para onde tem olhado? "O que tem lido" é uma pergunta clássica, mas "para onde tem olhado" é um modo diferente de auscultar. Esse olhar é



múltiplo, dinâmico, ultrapassa fronteiras. Esse olhar pode encontrar-se numa simples cena do cotidiano, num programa de TV, ou no tratado de Bergson sobre o tempo, por exemplo. Essa reflexão se conecta à qualidade do pesquisador de não ser preconceituoso. Não apenas temas nobres e saberes clássicos devem chamar pelo seu olhar; há um espaço rico ocupado pelo cotidiano da sociedade. Esses termos tem relevância no conjunto das práticas sociais. Portanto, a condição primeira é: leia muito, mas olhe muito e tente ver, descobrir, porque você encontrará estímulos em todos os saberes, em todas as esferas de relações. A rua é, também um palco de conhecimentos, um palco de experiências. As bibliotecas que frequentamos são as de múltiplas ciências, registros de mídias, ‘fatotecas’ que organizam no tempo as ocorrências cotidianas e as ‘laboratotecas’, repositórios de experiências em ebulição. A obra de De Certeau nos dá uma amostra de estudo da cotidianidade no livro *A prática de cada dia*. As demais falas que integraram nosso diálogo sobre pesquisa aparecerão a seguir sob forma não encadeada, ensejando registrar as linhas de fuga e certa redundância, decorrentes ambas desse diálogo transcrito.

❖ O tempo do pesquisador é lento e difuso; segue fluxo das idas e vindas da reflexão, das linhas de fuga que conectam questões correlatas, por vezes não pensadas, inicialmente. O tempo do executivo é linear, rápido, direto ao ponto. Tratam-se de duas práticas distintas que precisam respeitar suas exigências. Essa diferença precisa ser levada em conta na organização dos cronogramas de pesquisa e na gestão do tempo do pesquisador. Também lhe é concernente colaborar para a promoção de boas políticas públicas para financiamento da pesquisa e propugnar para a realização de pesquisas que respondam aos problemas ou desejos da

sociedade. O pesquisador não é um ser isolado, mas profundamente inserido na ordem socio-política da comunidade em que vive. Portanto, nosso compromisso vai um pouco além de fazer uma boa pesquisa do ponto de vista científico.

❖ Qual é o lugar da arte em relação à ciência? Uma mesma origem e dois destinos diferentes. Ítalo Calvino nos ajuda a equacionar, a um tempo, arte e literatura, vale dizer, arte e escrita. Essa fala remete a uma das perguntas iniciais sobre o ato de escrever. Qual a preocupação que devemos ter com a escrita diante dos desafios contemporâneos, estimulados pela digitalidade? Os desafios apontados por Ítalo Calvino pedem nossa atenção. As informações formam a base, a essência, o caldeirão. Gosto da metáfora do caldeirão, pois nele colocamos tudo o que está a nosso alcance, processamos, criticamos e produzimos. O que resulta deste caldeirão de informações, transformadas em conhecimento é nossa própria biblioteca. Esse processo pode ser intuitivo, por que não? O cidadão comum lê o espaço, percebe que há indícios de chuva e se organiza para enfrentá-la, por exemplo. Em termos gerais, não há pré-condições para o saber, embora haja diferenças em seu processo. Há um processamento para transformar a informação em ação. O que defendo é a transformação da informação em conhecimento, em produção de conhecimento. E quando falo em produzir conhecimento, não abro mão do adjetivo novo, embora semanticamente gasto. Não se trata de transformar para o mesmo, para o já conhecido, mas para um lugar diferente, para o mundo das possibilidades e também do impossível. O que não existe ainda pode vir a existir. Nesse sentido é possível lembrar a questão das metodologias. A metodologia não trabalha com a produção

da informação, trabalha com o processamento do conhecimento. A informação é um aspecto relevante que a integra, mas não é o principal. Os desafios de Calvino pontuam a relação da arte com a literatura. Existe um ponto de origem comum entre ciência e arte. A comunidade científica, a maior parte do tempo, se esforça em separá-las, quando não demonizando a arte. Mas ciência e arte estão no mesmo lugar de descoberta, de criação, do 'eureka'. O que as distingue são os procedimentos metodológicos que orientam as atividades científica e artística e que, se mescladas, nos processos metodológicos, trazem benefícios à investigação. Não é incomum, físicos citarem poemas e poetas referirem a física. Desse movimento, nascem novas metodologias.

❖ A digitalidade já inspirou Ítalo Calvino em 1985. O espaço da web, o espaço digital, embora trabalhe com sistemas e desenhe regularidades ou algoritmos não é um espaço estéril, de pura segmentação e ordem. Não é um espaço que pode ser compreendido por dualidade, apenas. A arte é a parceira por excelência, da imaginação, da autonomia, da inspiração e da plasticidade. Resta agregá-la ao acervo principal da pesquisa. A pesquisa se nutre da curiosidade, da dúvida, do questionamento permanente sobre tudo que chega a nós como verdade posta ou mesmo preferencial. Presente na primeira idade, o hábito de fazer perguntas alimenta o fazer do pesquisador. Buscar ou não respostas unívocas, ou trazer à lume várias possibilidades de soluções/interpretações é o que realimenta, de modo contínuo a investigação. O que de pior poderia acontecer às pessoas é não terem dúvidas, pois, mesmo não sendo pesquisadores, são elas que impulsionam o conhecimento, motivam a busca de informações e promovem articulações rumo a entendimentos,

senão a respostas. Em resumo, se você não é curioso, talvez a pesquisa não seja para você. Os projetos quase sempre começam já com as respostas antecipadas e o processo de pesquisa se torna uma brincadeira de preencher o caminho que vai da premissa inicial até o ponto já reconhecido de chegada. Pesquisar é tomar decisões, já se disse aqui. Pesquisar é descobrir. Se não tenho dúvidas, se tenho certezas, sim, tenho um problema. Entretanto, no quesito dúvidas, há um ponto importantíssimo de equilíbrio que oscila entre o relativismo e as verdades plenas, ambos imobilizadores e esterilizantes. A soberba, por outro lado tem um efeito devastador. A soberba cega. Fazer perguntas e reconhecer que há muito a saber e outro tanto a propor, é fundamental. Logo, implica reconhecer o valor dos saberes reconhecidos e colocar-se como parceiro na construção de novos saberes, coletivamente, sim. A colaboração estimula o avanço do conhecimento. O reconhecimento de que não há limites para o conhecimento humano ajuda a colocar o pesquisador no cenário coletivo da produção de conhecimento seja ou não sistemático e organizado. Há sempre algo novo para aprender e descobrir. E mais uma questão que também não é tão simples é a coragem de ousar. Muitas vezes não ousamos por medo. Precisamos ter a coragem de propor o que não sabemos, de acabar com os fantasmas que habitam nossa mente e colocá-los à prova, na prática de pesquisa. Procedimento intrínseco a esse movimento é a prática do pensamento crítico, por vezes ausente do nosso cotidiano nos tempos de hoje. A crítica é essencial e estamos carentes dela. Acostumamo-nos com elogios e evitamos confrontar e sermos confrontados. No entanto, confrontar exige argumentar e pressupõe que o questionado contra-argumente. Exige uma réplica em que se contra-argumente, sucessivamente, alimentando a

elaboração de sínteses e a afirmação ou negação das premissas envolvidas. Sim, criticar, publicamente, é fundamental.

❖ Debater é desconfiar, ser curioso, duvidar, tensionar argumentos. Tenho uma regra de ouro: evite ser o 'doutor de corredor'. Nada de debates calorosos nos corredores após um seminário de coletivo silencioso. O local ideal para expressar opiniões e discutir ideias é onde temos pares dispostos a fazer o mesmo. O grupo de pesquisa é um lugar por excelência para isso. Nas bancas de avaliação, nos seminários e nos eventos percebe-se que o silêncio impera. A impressão que se tem é de que houve um acordo de escuta e não de troca, uma anuência surda ao que se diz ou se escreve como ação recíproca. O aluno passa anos trabalhando em uma tese, por exemplo, e, ao final, apenas agradece pelas críticas, ao invés de defender suas ideias. A discussão é uma prática que se desenvolve no seu curso e que dá ensejo à expressão de outras competências de percepção e produção de mensagens. Temos que compreender que as práticas/experiências não são simplesmente dadas, mas que precisamos entendê-las, interpretá-las, processá-las e transformar a informação em conhecimento.

❖ Informação e conhecimento: os dados – O dado, por si só, não vale nada, se não operamos com ele na produção do conhecimento. Existe um equívoco comum, principalmente entre as pessoas mais bem informadas: acreditar que a quantidade de dados que possuímos é suficiente. Não é verdade. O indivíduo pode tornar-se uma enciclopédia de informações, mas se não conseguir integrar essas informações na produção de conhecimento, de nada adiantam. A aprendizagem e a

produção de conhecimento são feitas por nós, sujeitos. A experiência e a experimentação têm uma forte influência cultural. Bourdieu fala de hábitos, práticas culturais que refletem nossas crenças que usamos para produzir conhecimento. Demorou um tempo para entendermos o movimento que orienta esse processo, que afetamos e somos afetados, que somos cultura e produzimos cultura, que afetamos o conhecimento e somos afetados por ele. Essa convicção traz implicações de ordem da ontologia e da epistemologia e dessa para implicações metodológicas.

❖ O foco aqui é a geração e a produção de riqueza, bem como o fruto dessas ações. Assim, a ética, sobretudo a ética política, está sempre atrelada a essa narrativa. Reservei um espaço para a estética porque acredito que é um conceito que precisa receber mais atenção de todos. A estética se desprende há muito da história do belo, daquelas velhas noções, sabe? Hoje, a estética é a sensorialidade, a fruição, a plenitude do ser humano pesquisador, que é tanto ciência quanto arte, razão e sensibilidade.

❖ A proposta que fica para vocês é reconhecer na visualidade o primado da era digital, as facilidades, as emoções, as sensibilidades e os conhecimentos que ela produz, e conjugá-los em relação a outras formas de aquisição de conhecimento. É pelo potencial de abstração que a consciência humana tem que podemos pensar, sem desenhar, embora a competência para desenhar e pensar sejam aptidões interessantes a desenvolver. Lembro do cineasta Jabor, responsável por grande parte dos filmes da Globo, um dos nomes do então novo cinema brasileiro. Quando o setor de cinema fechou, ele se transformou em cronista, com

espaço de fala no Jornal Nacional. Suas falas eram desenhos, eram falas de cineasta. Eu ouvia e desenhava o pensamento dele. É superinteressante essa possibilidade de pensar no formato do desenho e de desenhar no do pensamento. Então, não é uma questão de exclusão, mas de processamento, de uso, de equilíbrio, de aproveitar-se desses desafios que Ítalo Calvino colocou como a serem superados.

❖ Lembro mais aqui a exatidão e o cuidado, que são premissas da ciência dominante, e essa atenção para imagens incisivas e cpmccisovas. Mas também ressalto a falta de cuidado com a língua natural, seja o português, o inglês, enfim. A língua é a primeira base ideológica que nos baliza, e o computador ainda luta para reproduzir a sua dimensão semântica, até porque é um sistema de significação e comunicação polissêmico, em especial em suas dimensões semântica e pragmática. Está longe de esgotar a criatividade humana na produção de metáforas novas e do uso dos signos. É a semiose em trânsito, parodiando o título do livro de Otávio Paz, Signos em trânsito. O cuidado com a escrita e a escolha das palavras deve ser o princípio de quem quer comunicar o que pensa, pesquisa ou produz. É uma escolha, como peneirar o grão de ouro minúsculo na totalidade da areia. Não é à toa que a gente entra em pânico diante de uma página em branco, e, às vezes, leva horas para encontrar a palavra certa para a expressão do melhor de nosso pensamento ou descobreta. Parece que a era digital deixou de lado essa arte de tratar as palavras que é um verdadeiro artesanato. A referência à literatura é a melhor dentre as artes da expressão verbal. É onde se encontram o ficcionista, poeta, escritor, artista, enfim, todos que buscam as melhores

formas de expressar sua emoção, pensamento ou argumentos. É o fazer estético sempre.

❖ A digitalidade, então. Pensemos que a digitalidade talvez seja definida pelo limite das palavras, pela objetividade, ligeireza excessiva e superficialidade. Vamos mais adiante com essa ideia? Não é só a rapidez que traz o tempo como cenário. Fico no dilema entre a leveza e a rapidez. A ideia contemporânea é: Quer se comunicar? Quer tornar o conhecimento acessível? Então, torne leve o que é pesado. Mas como se faz isso? Deforme para simplificar, pois, deformando o conceito, ele é mais facilmente entendido? E você não tem compromisso nenhum com a verdade, teoria ou precisão. O importante é que a pessoa entenda, seja lá o que for. Será esse o caminho? Vejam, a rapidez e a superficialidade podem ser margens tênues entre o que é fundamental e o que é trivial. O diverso, pelo diverso, pode cair na trivialidade, ou na uniformidade pseudorelevante. Eu não estou trabalhando com a noção de simples como errado, mas como um conhecimento simples em relação ao complexo. O conhecimento simples é emergencial, enquanto explorar as camadas de conhecimento que dão complexidade a qualquer fenômeno humano torna a abordagem complexa. Enfim a complexidade não está na realidade, está no aparelho teórico metodológico com que a abordamos, ou na ontologia com que a traduzimos.

Nesse ponto do texto, chegamos ao epílogo de uma conversa informal sobre temas relacionados à produção de conhecimento, à atividade de pesquisa e ao processo de aprendizagem. Compartilhei a experiência de vida, considerando-a não exemplar, nem mais significativa que outras, até porque cada um de nós vive suas próprias experiências e as



significa, subjetivamente, em contextos próprios e intransferíveis. Assim, nossos textos, guardadas as diferenças, falam sobre nós explícita ou implicitamente. Tão relevante é o dito, quanto o não dito, que o diga a semiótica. Escrever é um ato de exposição, é um convite à revelação dos significados arquitetados pela sua mente e que se oferecem às múltiplas interpretações. A semiótica não é uma teoria da verdade, mas da representação da interpretações sugeridas pelas linguagens à leitura.ens. Somos o que fazemos, o que pensamos, o que sentimos, o que expressamos; somos também sua negação.

#### Referências

- BERGSON, H. Matéria e memória. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOAVENTURA, S. S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2015.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo: Difel, 2012.
- CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DE CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JAMES, W. Pragmatismo. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- MATURANA, H; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano. São Paulo: Pala Athena, 2001.
- MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_ Método 4. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- PAZ, O. Signos em rotação. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PEIRCE, C. S. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2010.

# Novos sentidos para o trabalho sob o contexto digital

Lucia dos Santos Garcia

Nesta noite, em que agradeço a oportunidade de dialogar com os integrantes do Grupo de Pesquisas Contextos Digitais, gostaria de compartilhar algumas leituras com foco nas tensões colocadas sobre o trabalho na transição tecnológica que atravessamos. Pretendo, então, navegar sobre alguns autores que se debruçam sobre o processo de produção e o mercado de trabalho, a partir dos enfoques da teoria das organizações, da sociologia e da economia, procurando reter pontos de suas ideias que considero promissores para o progresso de minha pesquisa e que teriam potencial utilidade para a trajetória do Grupo.

Iniciarei focalizando as questões articuladas por Patrícia Findlay e Paul Thompson (2017) no artigo “Contemporary work: Its meanings and demands”, de 2017. Estes dois autores se dedicam ao trabalho no âmbito da Teoria das Organizações, atentos, portanto, às mutações do processo de produção. Na sequência, buscarei fazer conexões entre os apontamentos feitos por estes autores, os acúmulos sistematizados da pesquisa do trabalho e as ponderações sobre o desafiante quadro trazido pelo contexto digital.

O debate sobre o conteúdo/substância ou o sentido do trabalho, associado à mudança tecnológica em curso, não é recente, já se colocara profundo e amplo desde a década de 1970. As discussões ganharam impulso com a erosão do fordismo, entretanto, foram atualizadas e,

gradualmente, tomaram conotação de urgência com a aceleração do digital, na virada para os anos 2000 e, posteriormente, nos eventos que emergiram com a Grande Crise de 2008–2009. O artigo de Findlay e Thompson se debruça sobre esta última etapa, daí sua importância e frescor.

No Brasil, a abordagem da resignificação do trabalho na fase contemporânea do avanço digital conta com muitas referências panorâmicas, mas também com duas publicações que mergulharam detidamente no tema, o que é explicitado em seus respectivos títulos: refiro-me ao “Os sentidos do trabalho”, artigo Estelle Morin (2001) e ao livro de Ricardo Antunes (2015), de estrondosa repercussão, “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.

De acordo com Findlay e Thompson, para satisfazer com mais acerto a busca pelo significado do trabalho, deveríamos constituir um quadro mais largo de entendimento sobre o papel da atividade laboral sob as condições em que é exercida hoje. Literalmente, precisaríamos explicitar e confrontar duas ordens de expectativas – a colocada sobre o trabalhador (o que o trabalho espera de nós) e aquela esperada pelas pessoas que trabalham (o que nós desejamos como resultado do esforço laborativo). Na sequência do texto, fica esclarecido e ressaltado o tipo de trabalho a que se referem os autores, pois, especificamente eles tratam da versão laboral remunerada e exercida sob a modalidade do emprego, descrita nos termos de um vínculo contratual e formalizado.

Nesta perspectiva, a “demanda do trabalho” teria suas raízes mais profundas na estrutura econômica e nas expectativas de crescimento ou acumulação de capital, desdobradas em orientações para a gestão da força de trabalho. Desta forma, no digitalismo da atualidade, os autores

européus sugerem que deveríamos identificar as novas tendências de gerenciamento, suas formas de monitoramento e como se situam as estruturas de compensação do trabalho formadas neste contexto. Precisamente, quais os tipos de trabalho estão surgindo? Qual desafio, do ponto de vista da formatação e da execução das atividades, os trabalhadores estão sendo assujeitados? Quais são as exigências e como se define a qualificação exigida? Enfim, o que está sendo requerido da força de trabalho empregada, cognitiva e fisicamente? Por outro lado, quando a ótica de análise se desloca para as necessidades ou desejos do trabalhador, visto que os autores vislumbram a relação de emprego, busca-se o “sentido” no apego da força de trabalho a sua inserção ou atividade, no nível de comprometimento e engajamento deste contingente às rotinas da atividade executada e a identidade que este vínculo possa proporcionar.

Em resumo, neste artigo, os pesquisadores traçaram uma agenda relativa às mudanças contemporâneas do emprego, que é uma forma explícita e formal de subordinação, cujas bases e evoluções foram historicamente determinadas. Esta relação sempre foi tensa, buscando-se soluções, acordos e entendimentos sobre o que seria legitimamente cabível aos trabalhadores, como recompensa do esforço e disciplina laboral, e aos contratantes capitalistas, por deterem e organizarem os meios físicos da produção. Para que as revisões destes limites sejam compreensíveis, entretanto, considero a importância tanto da retomada do sentido ontológico que o trabalho tem no desenvolvimento da humanidade, quanto à especificidade capitalista na formatação do emprego e aceleração tecnológica.

## **O sentido ontológico do trabalho e a compreensão não determinística da tecnologia e da economia**

A filosofia e a antropologia nos oferecem um arcabouço, útil e satisfatório, para situar o trabalho no desenvolvimento da humanidade, fundamentando nossa sociabilização e capacidade de gerar conhecimento e cultura. Desta matriz fica ressaltada que, assim como outros seres, nossa espécie depende da natureza para sobreviver; que a partir do meio natural, os humanos saciam sede e fome, obtendo também os elementos capazes de gerar proteção face às intempéries. A questão é que esta dependência nunca nos distinguiu, como apontam estas disciplinas, antes, este ponto explicita nossa generalidade e equivalência aos demais habitantes do planeta, tampouco o esforço que aplicamos na luta por nossa sobrevivência é maior ou mais intenso que o empreendido por outros seres na terra. Também não se pode dizer que exista exclusividade humana nas transformações e adaptações geradas a partir desta busca, uma vez que todas as espécies deixam suas pegadas e se aperfeiçoam em suas respectivas trajetórias evolutivas.

Enumeradas as características responsáveis por nossa generalidade, é na execução consciente das atividades individuais ou coletivas que reside o elemento distintivo do trabalho humano. Dito de outra forma: todo trabalho humano é planejado antes que seja operacionalizado qualquer movimento que vise a manutenção física, construção de abrigo ou elaboração de uma ferramenta. Este planejamento é vislumbrado através da identificação do que se quer/deseja/necessita fazer, da decomposição de ações para o alcance de um objetivo final e na projeção dos resultados pretendidos com a mobilização de energia muscular e cognitiva a ser realizada. Além disto, visto que esta é uma característica

universal que nos identifica e define, o trabalho planejado e exercido está presente e é percebido em tudo que fazemos e somos – desde o esculpir de uma pedra para elaboração de uma lança ou machado, até a programação de um algoritmo (Marx, 2015).

A compreensão do trabalho como faculdade que nos afasta do instintivo e recruta nossa consciência também se desdobra em outras duas noções importantes para que o seu “sentido” seja adequadamente abarcado. Em primeiro lugar, destaca-se o papel central da cognição na atividade laborativa humana, algo que incorpora a superação de desafios e a busca de soluções para viabilizar a execução de tarefas. Isto quer dizer que no transcurso do fazer humano o desvio de obstáculos, a descoberta de novos caminhos, o adensamento de etapas e a construção de ferramentas sofisticam as execuções, requisitando a memória e provocando novas sinapses, que, em síntese, desenvolvem a nossa inteligência. Ao incorporar esta perspectiva, de forma ampla, é possível compreender a trajetória humana como decorrência da história do trabalho, porque o desenvolvimento decorre do lugar ocupado pelo labor em nossa ontologia, em nossa essência. Já, no plano individual, deste enquadramento se depreende que todo trabalho é educativo, pois o desenvolvimento ocorre mesmo para os trabalhadores que nunca tiveram oportunidade, contato ou acesso ao ensino formalizado.

Uma segunda noção do(s) “sentido(s)” do trabalho, nascida no terreno da economia política, diz respeito à compreensão precisa da tecnologia como consolidação do saber humano em objetos físicos, ferramental construído (capital acumulado), e nos modos de aplicar o conhecimento. Desta ótica, uma perspectiva longitudinal deve ser apreendida, para que tenhamos uma visão da trajetória ou histórica do

saber oriundo do trabalho, na qual se perceba a aprendizagem continuada como fonte de cultura, da economia e da tecnologia, expressas na mudança e nos aperfeiçoamentos de instrumentos de trabalho e desenvolvimento das potências ou forças produtivas.

A evolução tecnológica, por sua vez, está inequivocamente repousada no fato do trabalho ser ação desdobrada em dois momentos distintos – o planejamento e a execução. Ao longo da história do trabalho, essas duas ações de natureza segmentada foram, frequentemente, separadas e afastadas.

Ao executar o trabalho coletivamente, o grupo humano absorveu os ganhos da divisão de tarefas e da especialização, que fundamentaram a aceleração do aperfeiçoamento, da destreza e do conhecimento. Com isto, a produtividade e o volume geral de produção se elevaram e vêm, continuamente, crescendo. Na base destes processos está a segmentação de problemas e busca aprofundada de soluções por agrupamentos especializados em saberes particulares, que têm proporcionado o desenvolvimento de técnicas, ferramentas e potenciais produtivos.

Deste avanço tecnológico decorreu o aumento da produção, essencial para que a riqueza fosse suficiente para suprir as necessidades básicas de sobrevivência da humanidade e, além disto, produzir uma sobra ou excedente econômico, o que abriu um novo horizonte de possibilidades que demarcam nossa trajetória. Afinal, esta abundância possibilitou a certos indivíduos ou segmentos populacionais o afastamento do trabalho árduo ligado à produção, seja na agricultura, pastoreio, tecelagem, ou fabricação de ferramentas. Estes indivíduos puderam se especializar em outras funções, como a gestão da comunidade, a defesa do grupo ou como liderança espiritual, por

exemplo. Ou seja, parcelas do grupo puderam se distanciar do trabalho manual e desempenhar um papel diferente na comunidade, o que gradualmente originou outro patamar de divisão da sociedade, primeiro em funções relativas à produção, depois, gradualmente, em classes (Hunt, Sherman, 2000) .

Todas estas considerações foram incorporadas ao conhecimento formalizado e sistematizado décadas atrás e, nesta condição, integraram tantos os itinerários acadêmicos, quanto a formação de parcela dos líderes sociais. Contudo, o afastamento do pensamento universitário de uma visão sistêmica faz com que não seja excessivo reafirmar – a riqueza, nosso padrão de consumo, a cultura, a forma de organização da sociedade em classes têm a mesma origem, assentada no trabalho.

### **O desenvolvimento capitalista e a alienação do trabalho**

O que conecta as indagações de Findlay e Tomphson, feitas no palco contemporâneo, aos fundamentos ontológicos do trabalho é o percurso tecnológico que nos trouxe ao contexto digital da atualidade, um desenvolvimento contínuo, mas substantivamente acelerado no período capitalista. O ganho de intensidade desta marcha se deve a dependência que a lógica de produção capitalista mantém em relação aos ganhos da produtividade do trabalho, o que se expressa em uma relação orgânica e endógena entre avanços técnicos e sustentação do sistema. Contudo, no presente encontro, dedicado ao sentido do trabalho, nosso maior interesse se volta à especificidade assumida pelo afastamento entre planejamento e execução, no capitalismo. Para isto, pelo menos dois pontos, também já muito estudados, devem ser lembrados.



O primeiro deles se refere à segregação do produtor (trabalhador) em relação aos meios de produção. Esta característica que define a particularidade da exploração de classe capitalista, sobre o trabalho e trabalhadores, é dada pelos direitos de propriedade sobre terra, ferramentas e outros instrumentos assumidos pelo empregador, afiançado pelo Estado e aparato jurídico, e, simultaneamente, fonte de uma singularidade e da erosão primeira do “sentido do trabalho”. Como se sabe, nos modos de produção que antecederam o capitalismo, a exploração se caracterizava pela apropriação violenta e institucional do resultado produtivo, porém, este processo não incluía a desapropriação da parcela materializada em ferramentas, da riqueza acumulada de períodos produtivos anteriores (meios de produção) – o que fica claro tanto na escravidão clássica (1ª escravidão), quanto na forma servil de produzir. Para constituir o afastamento fundamental entre produtor e seus meios de trabalho, foi necessário um longo processo para criação e legitimidade, jurídica e policial, dos institutos da propriedade privada e do mercado de trabalho, uma etapa de construção pré-capitalista denominada “Moinho Satânico” pelo antropólogo econômico Karl Polany (2013).

O ponto aqui é que a instalação do capitalismo, consagrada na separação do trabalhador e meios de produção, constituiu uma vulnerabilidade fundamental a qual Karl Marx equiparou à violência envolvida em suprimir de um caracol a sua concha protetora. Encoberta sob muitas camadas, esta situação colocou, formalmente, o produtor em subordinação contratual ao capitalista e o afastou da consciência e deliberação do destino da produção e, principalmente, dos propósitos produtivos – em essência, o sentido coletivo do esforço de transformação

da natureza foi substituído pelo trabalho alienado. Ademais, como é um modo de produção dependente de sua própria expansão, o capitalismo se espalhou para os diversos continentes, requerendo grande aporte ideológico, o que incluiu sua naturalização como forma produtiva, a edificação de uma filosofia da escassez e o aprofundamento de valores ligados ao enaltecimento do individualismo, concorrência e meritocracia. Estes aspectos, importantes para aplacar resistências, colateralmente também provocaram o esmorecimento do senso de coletividade e das esperanças sociais, contribuindo para o processo de esvaziamento do trabalho.

Um segundo ponto que conecta a evolução tecnológica à erosão de sentidos que estamos abordando está relacionado ao grande empenho capitalista envolvido na governança da produtividade da força de trabalho. Literalmente ser dono da bola, autor das regras e figurar de juiz da partida nunca foi condição suficiente para garantir a garra dos participantes e, por conseguinte, do placar deste jogo. Por isto, a gestão capitalista do trabalho subordinado responde por parte substancial do avanço tecnológico, desde as primeiras formas de assalariamento.

Desta forma, o propósito de dominar o volume de riqueza, a partir do controle dos meios de trabalho e do processo de produção, facilmente se voltou à essência do labor humano, seccionado em planejamento e execução. Esta necessidade do capital deu origem ao gerenciamento do processo de trabalho que elevou, sobremaneira, o grau de subordinação laboral, pois, para além de subalternizados por compromissos contratuais (assalariamento), os trabalhadores passaram a se dedicar a tarefas parciais da produção e ritmadas por máquinas, tornando-se apêndices de decisões e programações alheias. Correspondente aos períodos de vigência das 1ª

e 2ª Revoluções Industriais, o mote desta etapa esteve focalizado na substituição motriz do trabalhador, constringendo a fase laboral de execução de tarefas em busca do adensamento de força e rapidez a uma produção padronizada e volumosa, que era absorvida por mercados em expansão. Com nuances derivadas dos padrões tecnológicos adotados, a força de trabalho nascida da 1ª Revolução Técnica capitalista era mais homogênea e polarizada, comparativamente a da 2ª Revolução, notadamente mais heterogênea e hierárquica (Prioni,2006). Estas diferenças mantiveram correspondência com subjetividades e identidades operárias distintas, expressas também na predisposição a resistência e capacidade de organização sindical, mas que no geral eram administradas por um padrão de recompensa salarial e direitos reconhecidos, mas nítido no que ficou reconhecido como sistema de relações de trabalho “Fordista”.

Para uma correta articulação com as questões apontadas por Findlay e Tomphson (2017), contudo, ainda é necessário considerar os passos dados por tecnologia, trabalho e economia nos últimos 50 anos, nos quais as bases das lógicas do contexto digital da atualidade foram usinadas (Garcia, 2021). Neste período, não apenas a cibernética, miniaturização e internet que deram base ao digital se desenvolveram, como a propriedade dos meios produtivos passou às mãos do capital financeiro privado e o neoliberalismo ganhou terreno, resultando na 3ª Revolução Tecnológica. Isto constituiu uma etapa na qual os interesses da gestão do trabalho continuam voltados à segmentação de planejamento e execução, mas, sem dúvidas com a atenção voltada à potência motora ou cognitiva do trabalhador.

O que tornou possível este intento foi a construção de um protocolo de captura, simplificação e tradução em dados de qualquer ação ou condição relacionada ao terreno produtivo para , posteriormente, serem reaglutinados em sentenças lógicas (algoritmos). Estas estruturas, atualmente reconhecidas com facilidade, passaram a substituir as ações decisórias e ontocriativas da força de trabalho (Wolff, 2009), o que na prática tem resultado ou em desemprego ou em nova forma de subordinação trabalhista.

### **As condições de trabalho sob o contexto digital**

Com o avanço da digitalização, o cenário de eventual supressão do emprego e redução da renda impõe uma carga maior sobre os trabalhadores, que tendem a tolerar a exploração crescente, disponibilizando-se a exercer jornadas mais extensas ou enfrentando uma espécie de esforço mental devido ao constante estado de disponibilidade que esta base tecnológica requer. Neste tocante, houve um alargamento do espaço e do tempo de trabalho (Gandini, 2019), com a presença de smartphones e laptops que permitem aos empregadores esperar de seus funcionários acesso e disponibilidade ilimitada, independentemente de localização e de horário. Com isto, tornou-se realidade a "exaustão digital" decorrente da falta de tempo para o descanso e convívio familiar/social que, neste caso, só seria viável mediante direito à desconexão, sem repercussões no patamar de ganhos do trabalhador.

Em relação ao monitoramento e ao gerenciamento do trabalho, o que se percebe é um aumento abusivo do uso de ferramentas de vigilância, que permitem aos empregadores acompanhar o desempenho dos trabalhadores com acentuada precisão. Findlay e Tomphson destacam

que este procedimento impõe carga e pressão incomensuráveis sobre o processo de trabalho que, constantemente monitorado, induz a produção a operar constantemente em níveis máximos. Enquanto Gandini ressalta que as práticas de geração de indicadores, a partir de dados capturados do processo produtivo, têm servido de lastro para novas métricas de avaliação, sempre mais exigentes e de difícil alcance. Além disto, outra situação de controle e avaliação é constituída quando a clientela é recrutada a avaliar tarefas realizadas, o que foi iniciado pelas empresas de aplicativo e têm se alastrado por outras áreas e atividades. No conjunto, este quadro estaria mantendo trabalhadores explorados em constante estado de alerta e vulneráveis à sobrecarga emocional e física.

Requisitos de novos patamares de compromisso e engajamento dos trabalhadores também têm sido questões importantes na nova economia do trabalho. Para Findlay e Tomphson, os empregadores demandam dos trabalhadores, crescentemente, demonstrações de engajamento e fortes laços de compromisso com seu trabalho e a empresa, muitas vezes esperando que tratem seu trabalho como uma vocação e, não mais, apenas um emprego. Isto é agravado, segundo várias pesquisas, pela exigência de manifestações afetivas em posições de relacionamento com clientes que esperam além de eficiência, infinita atenção, cortesia, ilusão de vínculo e disponibilidade do trabalhador. Sob tais condições, em um mundo de likes e joinhas, o trabalhador é convocado à execução de um verdadeiro trabalho emocional

Em estado de permanente conexão, vigiados, performando afetos e vinculação aos valores empresariais, os trabalhadores vêm a corrosão dos limites entre suas vidas pessoais e o trabalho. Este, certamente, é um quadro sensivelmente agravado pelo teletrabalho, que eleva a sensação de

trabalho contínuo, de redução dos espaços de privacidade e de relaxamento. Então, elaborar avaliações da situação atual do trabalho no mundo, assim como a visualização que os trabalhadores processam deste estágio da organização produtiva, parece ser uma tarefa mais dolorosa do que difícil.

Embora a tecnologia digital, por breve período na passagem da década de 1980 para a de 1990, tenha lançado promessas de horizontalidade democrática e melhoria das condições de vida, via distribuição de ganhos de produtividade, o que vem se efetivando é o oposto – assimetria de informações, concentração de riqueza, renda e poder. Para ampla maioria de trabalhadores, a insegurança, a ampliação das jornadas e a intensificação de esforço e atenção, o monitoramento constante e a falta de limites claros entre o trabalho e a vida pessoal estão contribuindo para uma experiência laboral estressante e esvaziada de sentido.

Em síntese, atualmente, temos trabalhadores envolvidos com microtarefas e clickwork, trabalhos em regime temporários do tipo freelancer recrutados pela internet, com remunerações definidas por concurso e do tipo intermitente associado à empresas-plataforma, cujas especificidades têm atraído muitos pesquisadores brasileiros. Mas o que vejo pela observação e apontamentos de autores atentos às condições laborativas mais gerais é um novo lugar e formato sendo constituído para o trabalho, em uma morfologia que se generaliza, sob o contexto digital. Isto quer dizer que as novas experiências de trabalho, nascidas nos empreendimentos da fronteira informacional, em seu espraiamento, para além da imposição de requisitos instrumentais para a força de trabalho (uso de smartphones, domínio de linguagens e etiquetas

comunicacionais), estão alargando o alcance da gestão algorítmica e estabelecendo condições laborais aviltantes. O problema do momento é que este novo status vêm ganhando lugar político.

O que percebemos é que grandes corporações tecnológicas exercem pressão sobre os governos nacionais e outras estruturas de poder e autoridade (parlamento, academia, altas cortes), o que vêm resultando na criação de um novo marco regulatório global, cuja finalidade última é a expansão do processo de trabalho digital. Desta forma, a base tecnológica, que surgiu do desenvolvimento científico voltado à indústria de guerra e foi impulsionada por uma necessidade econômica do capital financeiro (Garcia, 2021), vem dando as cartas. Isto explica o porquê de 118 países terem promovido Reformas Trabalhistas recentemente, talhando marcos legal com muitos pontos de similaridade, que permitem a contratação de trabalhadores na Índia, Paquistão, Brasil, Bolívia, França e Inglaterra em condições análogas (Adascalitei, Morano, 2015). Isto deve nos dizer algo sobre o grau de generalização do novo trabalho digital e os níveis de satisfação/realização e demandas que impõe.

Penso que duas questões sobre as características da sociedade do trabalho atual, ainda muito gerais, estão presentes neste quadro. A primeira se relaciona ao perfil da força de trabalho que emerge do processo produtivo e das condições trabalhistas pontuadas, uma vez que tende a ser menos heterogênea que a constituída pelo fordismo. Uma segunda questão se relaciona às consequências macroeconômicas e sociopolíticas de uma lógica baseada na concentração de renda, riqueza e poder, portanto, fadada a crises de acomodação.

Em síntese, o trabalho atual apresentado aqui mais parece um fardo do que uma fonte de satisfação, em grande parte porque o

desenvolvimento tecnológico baseado no conhecimento humano tomou um curso muito específico com o capitalismo. Esta é uma generalização, sem dúvida, mas baseada em tendências reconhecidas e cujas consequências não podem ser ignoradas. No centro deste raciocínio está a evidência de que, embora vivamos em contexto de abundância de mercadorias e possibilidades de consumo, o trabalho e o trabalhador tendem a desvalorização e, por isso, participam de forma cadente dos resultados produtivos.

Além disto, na medida em a economia digital avança, também se agudiza uma crise econômica e socioambiental, o que indica que o imaterial sinaliza que não é neutro ou leve do ponto de vista energético. É evidente que há contradições emergindo, indicando que não há espaço para o traçado de convicções neste momento, mas percebemos os sinais, que não parecem promissores para trabalhadores e colocam grandes desafios para a pesquisa do trabalho. De qualquer forma, temos a esperança que a centelha acesa com a necessidade de compreender melhor as interações entre o trabalho e o digital possa se propagar, aprofundando o espaço para visões críticas da sociedade atual. Afinal, vivemos em uma sociedade que, em muitos aspectos, é opressora. Talvez seja o momento de pensarmos em outras formas de existir, de nos relacionarmos e de socializarmos – razões não faltam para nos reunirmos em torno desta faísca. Mas, aqui já falei demais, peço desculpas pela exposição prolongada e espero ter sido útil ao Grupo.



## Referências

- FINDLAY, Patricia; THOMPSON, Paul. Contemporary work: Its meanings and demands. *Journal of Industrial Relations*, v. 59, n. 2, p. 122–138, 2017.
- MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. *Revista de administração de empresas*, v. 41, p. 08–19, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, Karl. O Capital–Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.
- HUNT, R. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 2000.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. Leya, 2013.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. Duas teses sobre o trabalho no capitalismo. *Ciência e Cultura*, 2006, vol. 58, no 4, p. 23–25.
- GARCIA, Lucia. FORJA E RESULTADO: CAPITALISMO DATAFICADO. In ABS, D. Contextos Digitais: encontros, pesquisas e práticas. Porto Alegre: UFRGS, 2022.
- WOLFF, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In. ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Rui. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. *Human relations*, v. 72, n. 6, p. 1039–1056, 2019.
- GARCIA, Lucia dos Santos. O mercado de trabalho brasileiro em tempos de plataformização: contexto e dimensionamento do trabalho cyber-coordenado por plataformas digitais. 2021. 1.

ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. Labour market reforms since the crisis: Drivers and consequences. Research Department Working Paper No. 5. Geneva. International Labour Office - ILO, 2015



# Degustando entendimentos sobre o ócio

Ieda Rhoden

Vou contar aqui, a pedido do grupo, algo sobre minha transição pessoal e acadêmica. Sempre atuei como psicóloga organizacional e do trabalho. Afinal, para mim, o trabalho e a organização são conceitos integrados. Eu reconheço as diferenças teóricas, mas sinceramente, não entendo bem a crítica que se faz quando se separa a psicologia organizacional da psicologia do trabalho. Em minha prática profissional, não separo essas duas dimensões e realidades: a do trabalhador e a da organização, porque uma dimensão interfere na outra.

Portanto, não trabalho com uma concepção teórica fragmentada, mas sim, integrada. Considero-me uma psicóloga organizacional e do trabalho, atuando nessa profissão de maneira incansável. Trabalho na interface de gestão de pessoas, cultura organizacional e desenvolvimento pessoal dentro dos contextos de trabalho. Havia muita demanda, que consumia horas do meu dia nesse tipo de intervenção, principalmente em empresas de médio e grande porte, nos mais diversos segmentos, incluindo hospitais, escolas, indústria e varejo. Eu estava muito satisfeita com esse tipo de trabalho, estava numa fase de êxito profissional. Gostava do que fazia e estava financeiramente estável. Então, decidi fazer um mestrado em administração para entender mais alguns conceitos que permeavam meu trabalho. Foi um desafio, pois eu pretendia apenas

conhecer um pouco sobre administração e acabei me deparando com assuntos como “composição de carteira de ações” ou “marketing internacional”.

A dissertação do mestrado estava relacionada à gestão de pessoas. Eu me dediquei a estudar a relação entre a consciência ética do gestor ou dono do negócio e as práticas ético-sociais de sua organização. Sempre mantive um olhar para as questões da ética humana e social, da qualidade de vida e sobre o que é bom para o ser humano no contexto das organizações.

Depois de concluir o mestrado, respirei aliviada e pensei: "Preciso descansar, chega de estudar". Desde minha graduação, nunca havia parado para descansar. Porém, logo após a defesa da minha dissertação, em janeiro, fui chamada para uma reunião com a diretora do departamento. Ela me fez uma proposta: a universidade me pagaria para fazer um doutorado na Espanha.

Foi um dilema. Por um lado, eu estava esgotada e queria descansar. Por outro, vinha enfrentando uma crise num relacionamento pessoal, da qual eu queria me desvencilhar. Então, ir para a Espanha estudar seria uma oportunidade para iniciar uma nova fase. Precisei parar e ponderar. A reitoria da universidade, na época, me propôs um desafio porque queria que eu fizesse um doutorado sobre um tema que eu nem sabia que existia: ócio humanista. Ao pesquisar sobre isso, descobri que o programa de doutorado incluía temas como artes, esportes e turismo. Então, pensei, "como perder tamanha oportunidade?" Logo, deleguei as responsabilidades de minha consultoria para duas colegas e decidi partir.

Fui fazer o tal doutorado e fiquei encantada, principalmente porque a bagagem teórica que eu estava adquirindo, era também colocada

em prática no estilo de vida completamente novo que estava experimentando. Eu só tinha o compromisso com as aulas do doutorado e do espanhol. Não tinha trabalho, não tinha família para cuidar, pois fui sozinha. Então, eu tinha todo o tempo do mundo para “viver estudando e estudar vivendo”! Morar na Europa como estudante trouxe vantagens. Com a remuneração de professora tempo integral e uma bolsa da UNESCO, consegui me manter em uma cidade de aproximadamente 300 mil habitantes que oferecia uma vida cultural muito rica: teatros, orquestras, museus. A cidade, que antes tinha um perfil industrial, transformou-se em um polo de serviços e cultura. A maior parte das atrações era subsidiada, então eu podia desfrutar de muitas delas quase de graça. Durante os quatro anos e meio que passei lá, assisti a peças de teatro semanalmente, participei de eventos musicais e visitei galerias de arte. Além disso, viajei muito. A verdade é que tive uma vida que muitos gostariam de ter: sem pressão, sem estresse e com muitas experiências de ócio. Claro, eu tinha prazos a cumprir, mas isso não era um problema para mim porque sou organizada. Criei uma rotina e uma disciplina que me permitiram cumprir todos os prazos de qualificação e defesa.

Experimentei uma qualidade de vida que, depois de voltar para o Brasil, nunca mais consegui recuperar. De fato, ao voltar perdi aquele estilo de vida. Foram quatro anos incríveis, estudando e vivendo na prática o que eu estudava. Comparado à vida que eu tinha antes do doutorado, tão voltada para o trabalho, não foi difícil me adaptar a essa mudança.

Mas então, surgiu outra questão, a realidade brasileira. A maneira como as instituições se organizam no Brasil, as condições sociais, políticas e econômicas, muitas vezes atrapalham a vida das pessoas. Aqui, temos

que trabalhar muito mais para ter uma vida digna. Quando voltei, uma das coisas que mudou significativamente foi a quantidade de tempo disponível, especialmente o tempo livre, destinado a fazer coisas que são prazerosas e que nos ajudam a crescer como seres humanos. Sempre temos o obstáculo das obrigações, principalmente do trabalho.

Vamos pensar, como exemplo, no trabalho de um contador. Ele, que é formado em ciências contábeis, usa habilidades cognitivas e passa o dia em frente a uma tela de computador. Essa atividade provavelmente desenvolve nele uma atenção concentrada. Ele lida com informações quantitativas e, na maioria das vezes, trabalha sozinho. As decisões que ele toma são baseadas na legislação e nos números, não em um trabalho coletivo. Nesse sentido, este profissional acaba desenvolvendo sempre as mesmas habilidades, com uma pequena margem de variação.

Agora, imaginem que esse mesmo contador, durante o seu tempo livre, voluntaria-se para ser o contador do clube de sua comunidade. Ele continuará fazendo o mesmo que faz no trabalho, certo? As possibilidades de desenvolvimento de novas habilidades e competências ficam limitadas diante do universo de possibilidades que outras atividades de tempo livre poderiam lhe dar.

Há trabalhos que são mais generosos nesse sentido. Imaginem o trabalho do artista. Ele cria quadros e desenvolve habilidades ligadas a estética, a sensibilidade e a psicomotricidade. No entanto, ele pode enfrentar dificuldades na comunicação interpessoal. Mesmo que seja um excelente pintor, poderá ter dificuldades para interagir e se comunicar com as pessoas. Por outro lado, o trabalho de um professor, por exemplo, desenvolve habilidades como a comunicação verbal e as relações interpessoais. No entanto, dependendo da área que leccione, talvez ele não

desenvolva habilidades numéricas ou raciocínio espacial. Então, o trabalho, por mais maravilhoso que seja, tem suas limitações para o desenvolvimento do potencial humano. Cada um de nós tem um conjunto imenso de habilidades e capacidades que podem ser exploradas.

Agora, falando sobre o contexto brasileiro, temos um país onde muitas pessoas ainda não têm acesso a saneamento básico, moradia digna, saúde e educação de qualidade. Isso traz uma reflexão importante sobre as prioridades em nosso processo de desenvolvimento. Então, que experiências são possíveis em uma vida com tantas limitações como as que encontramos na realidade brasileira?

Obviamente, precisamos primeiro entender o que é Ócio. Alguns dizem que é uma vivência de liberdade, outros acreditam que depende de poder aquisitivo. A palavra "Ócio" no Brasil é prontamente associada ao termo ociosidade e segundo o dicionário Aurélio, "vagabundagem". Claramente, ninguém quer ser visto como ou se sentir "vagabundo". Na Espanha, Ócio é entendido de uma maneira diferente. É um conceito amplo que envolve o desfrute da vida. No Brasil, essas atividades prazerosas são contempladas pela expressão "lazer." Também temos a questão do tempo disponível para essas atividades ou experiências. Portanto, temos três dimensões para compreender o fenômeno do ócio: a atividade em si, o tempo disponível e a experiência subjetiva de quem protagoniza o ócio.

A área da educação física tem estudado muito o fenômeno do lazer. Estão geralmente interessados em entender quais são as atividades de lazer de maior adesão por parte da população. As pessoas que estudam o lazer geralmente abordam o tema a partir de uma perspectiva sociológica. Elas analisam as carências ou limites sociais de acesso ao lazer. Ou seja, até que



ponto o brasileiro tem disponibilidade de recursos – informações e acesso ao lazer.

O lazer também é investigado dando ênfase ao tipo de atividade: quantas pessoas praticam esportes coletivos como o futebol, quantas frequentam parques e praças; por que praticam essas atividades, etc. Tudo isso está ligado ao modo como as pessoas aproveitam o seu tempo livre ou seu lazer. Tem ainda a questão econômica e a gestão do lazer, temática que pode ser bem ampla. Estes estudos, que partem da perspectiva da educação física, se apropriaram do termo lazer. Embora o objeto de estudo possa coincidir, para quem estuda o ócio a abordagem pode ser bem diferente.

Outro aspecto importante de ser estudado é a questão temporal, de como o tempo é gerido. E temos também a questão das preferências dos indivíduos ou de determinados coletivos: por que as pessoas escolhem determinadas atividades de lazer em detrimento de outras? Dentro desse espectro amplo, encontramos a psicologia do lazer. Mas sob o guarda-chuva do "Ócio", todas estas temáticas são pertinentes. Trabalhamos tanto com as atividades de lazer em si, quanto com a questão do tempo, que é uma das minhas temáticas preferidas.

Aprofundar o tema "Ócio" implica necessariamente discutir as perspectivas temporais: a perspectiva subjetiva do tempo, a perspectiva social do tempo (o tempo que te concedem), a perspectiva histórica do tempo. Afinal, desde quando existe essa ideia de tempo livre? Isso tudo repousa sob o guarda-chuva do "Ócio", que contempla o tempo livre, a prática de atividades e as experiências subjetivas. Esta última considero minha especialidade. Não sou uma especialista em esportes ou artes, não estudo atividades específicas. Não conheço profundamente nenhuma

atividade específica. Eu não posso afirmar, por exemplo, o que uma atividade específica provoca nas pessoas.

No entanto, se sairmos do âmbito das atividades e começarmos a pensar no que as pessoas fazem e o que sentem quando estão desobrigadas, livres de pressão... aí temos algo realmente diferenciado. A experiência do ócio é algo muito particular. O que a diferencia é o fato de estarmos fazendo algo sem a pressão de uma obrigação e sem a expectativa de um retorno. A tensão e a obrigação estão presentes na maioria das coisas que fazemos na vida. Então, seria interessante pensar sobre que coisas que fazemos por pura satisfação, sem a imposição de uma necessidade.

Essa experiência de ócio pode acontecer na interação com outras pessoas ou pode ser individual. Pode ser compartilhada com a família ou vivenciada sozinha. A primeira coisa a se notar é que essa experiência é subjetiva. A percepção do que é ou não é ócio é algo muito pessoal. Um dos principais desafios na pesquisa dessa área é justamente a dificuldade de medir essa percepção. Existem alguns indicadores que podem sugerir se uma experiência é de ócio ou não, mas esses indicadores são indiretos e subjetivos. Não é um conceito que se ensina às crianças – "isso é ócio, isso não é ócio". A única coisa que realmente podemos acessar é a percepção que a pessoa tem de sua própria experiência.

No conceito de ócio, a ausência de pressão e obrigação é fundamental. Essa característica serve como um “divisor de águas”, separando as atividades humanas em atividades feitas sob pressão ou obrigação e as atividades feitas sem esses fatores.

Outro aspecto importante é entender o motivo pelo qual uma atividade está sendo realizada. Por exemplo, a atividade de fazer crochê pode ter diversas motivações. Alguém pode estar fazendo crochê para dar

um presente, podendo haver um prazo para terminar o trabalho. Isso já pode trazer uma certa pressão para a atividade. Outra pessoa pode estar fazendo crochê para vender e complementar a renda, o que também introduz a obrigação na atividade.

Por outro lado, a mesma atividade de crochê pode ser feita sem nenhuma expectativa de retorno, sem nenhuma pressão ou obrigação. A pessoa pode estar fazendo crochê simplesmente porque gosta, porque é desfrutável. Pode ser que essa pessoa se sinta realizada ao fazer crochê, que ela se esqueça do passar do tempo e das preocupações enquanto está envolvida com a atividade. Nesse caso, a atividade de crochê se torna uma experiência de ócio.

Então, é importante ressaltar que o conceito de ócio não está ligado à atividade em si, mas sim ao motivo pelo qual a atividade está sendo realizada. Se o motivo é intrínseco, se não há nenhuma razão externa para a atividade, como uma recomendação médica, por exemplo, então a atividade pode ser considerada uma experiência de ócio. A motivação para a atividade é uma característica central do ócio. Como mencionado anteriormente, a motivação precisa vir de dentro, precisa ser algo natural que te dá satisfação. Pode haver um retorno, mas esse retorno é subjetivo, é pessoal. Não se trata de um retorno concreto, como dinheiro ou status.

Por exemplo, atividades competitivas de alto nível, como esportes no contexto de campeonatos mundiais ou Olimpíadas, não são consideradas experiências de ócio com este sentido, pois há muita pressão, obrigações e expectativas externas envolvidas. Por outro lado, atividades artísticas amadoras, como a música, a dança, o desenho, a pintura e até a culinária podem ser consideradas experiências de ócio, desde que sejam

realizadas por prazer, por satisfação pessoal e não por obrigações ou pressões externas.

E, em certos casos, até mesmo o ato de "não fazer nada" pode ser uma experiência de ócio. A experiência subjetiva de relaxar, de ter um momento de pausa, de ter um instante de introspecção, pode ser uma experiência de ócio.

Outro aspecto importante do ócio é a percepção de liberdade. As pessoas precisam se sentir livres para iniciar e terminar a atividade quando quiserem. Se há uma sensação de obrigação ou pressão para continuar uma atividade além do ponto em que ela traz prazer, então essa atividade deixa de ser uma experiência de ócio.

E aqui chegamos a um paradoxo interessante: é possível ter uma experiência de ócio no trabalho? Isso dependerá muito da natureza do trabalho e da percepção do indivíduo. Se a pessoa sente prazer no que faz, se sente uma motivação interna e não se sente pressionada ou obrigada, então é possível que algumas atividades de trabalho possam se tornar experiências de ócio. Mas é importante lembrar que essa é uma percepção muito subjetiva e individual.

A relação entre trabalho e ócio é complexa e depende muito do indivíduo e do tipo de trabalho que ele realiza. Por exemplo, motoristas de aplicativos e professores universitários têm diferentes contextos de liberdade no trabalho, o que pode influenciar a maneira como experimentam o ócio. Além disso, a paixão pelo trabalho não está vinculada a um trabalho específico, mas sim ao indivíduo e à relação que ele tem com seu trabalho. Há pessoas apaixonadas pelo que fazem sendo motoristas, assim como há professores universitários que amam o que fazem.

No entanto, é importante observar que a percepção do ócio no trabalho é algo muito subjetivo e individual. Muitas vezes, a visão da sociedade sobre o trabalho não se alinha com a realidade das pessoas que estão realmente realizando o trabalho. Por exemplo, o trabalho operacional ou o trabalho em ambientes sujos, muitas vezes são vistos como algo ruim, ainda que possam ser gratificantes para algumas pessoas. A ideia de que todo trabalhador é necessariamente maltratado ou explorado é uma simplificação que não corresponde à experiência de muitos trabalhadores.

Ainda assim, é verdade que há aspectos desagradáveis em muitos trabalhos. Há obrigações, tarefas chatas, pressões e expectativas que podem tornar o trabalho desagradável no todo ou momentaneamente. No entanto, isso não significa que o ócio não possa existir no trabalho. Depende da relação do indivíduo com seu trabalho e da maneira como ele percebe a liberdade, a motivação e o prazer em seu trabalho.

Por exemplo, estar aqui com vocês, falando sobre este tema, é uma experiência de ócio para mim. Estou fazendo isso porque quero, não porque tenho que fazer. No entanto, não posso dizer que todo o meu trabalho é uma experiência de ócio. Há momentos em que o trabalho é algo mecânico, automatizado e obrigatório.

Então, em conclusão, o ócio não é necessariamente vinculado a um local ou atividade específica. Pode ocorrer no trabalho ou em casa, em atividades ativas ou passivas. O que importa é a percepção de liberdade, a motivação intrínseca e o desfrute da atividade. O ócio é algo que ocorre dentro de cada um, uma experiência subjetiva, e pode acontecer mesmo em circunstâncias desfavoráveis, desde que essas três condições sejam atendidas.

Então, a valorização das experiências prazerosas começa na Grécia Antiga, onde Aristóteles defendia que a busca pela beleza e pelo bem eram as atividades mais nobres da vida. No entanto, é importante ressaltar que essa perspectiva não era acessível a todos na sociedade grega, pois era um privilégio ser capaz de viver em função da beleza e do bem. Isso ocorria especialmente nas escolas (skolé), aonde as pessoas iam para aprender e refletir sobre conceitos como o bem e o belo, ou seja, para ter uma experiência autotélica, com um fim em si mesmo. Infelizmente, essa experiência era limitada a uma elite.

No período romano, houve uma mudança na forma como as atividades prazerosas eram vistas. Nesse contexto, essas experiências passaram a ser consideradas ócio (ou 'otium' em latim), e não mais como uma busca pela beleza e pelo bem. A percepção do ócio como algo positivo e desejável foi evoluindo ao longo do tempo, em diferentes contextos culturais e históricos. No entanto, sempre existiu a tensão entre a visão do ócio como uma experiência nobre e prazerosa, e a realidade de que nem todos têm acesso.

Ainda hoje, essa tensão persiste. Existem diferenças significativas na forma como diferentes grupos sociais e profissionais experimentam e valorizam o ócio. Por exemplo, a experiência de ócio de um motorista pode ser muito diferente da de um professor universitário. Essas diferenças são influenciadas por uma série de fatores, incluindo a natureza do trabalho que cada um realiza, as demandas e obrigações associadas a ele, e a relação individual com esse trabalho. Portanto, é importante considerar essas diferenças ao pensar sobre o ócio e o trabalho. A experiência de ócio não é universal, mas sim uma experiência pessoal e subjetiva que depende do contexto e das circunstâncias individuais.

Acredito que esta seja uma das lições mais importantes que aprendi como psicóloga do trabalho: não existe um único tipo de 'bom' trabalho, e o que é ócio para uma pessoa pode não ser para outra.

Cabe lembrar que algumas atividades consideradas de lazer como, esportes de massa e grandes festas, podem ser utilizados como instrumento de controle social. Lembram do "pão e circo" romano? Como naquele filme "O Gladiador", onde os trabalhadores(servos) assistiam as lutas, e no final, além de se divertirem, ainda ganhava pão, já que o imperador também distribuía comida. Era uma festa enorme, com muita catarse. A concepção romana de ócio, ou "otium" em latim, é a de que o lazer é um meio para outro fim. Oferece-se ao povo a oportunidade de se divertir para que, após extravasarem na arena, retornem ao cotidiano em que continuarão trabalhando e com forças para suportarem suas dificuldades.

Esta concepção de lazer, ainda presente na modernidade, é uma forma de controle social. Sociologicamente falando, é uma compensação que se dá para o trabalhador depois do expediente, depois da obrigação cumprida, para que possa descansar e recuperar energias para voltar ao trabalho. Isso é como o "ócio romano" ou exotélico – um meio para outro fim – ou seja, voltar ao trabalho depois de um momento de descanso e diversão.

É aí que entra o conceito de "ócio criativo". O trabalho numa concepção moderna é basicamente oferecer lazer e ócio aos executivos para que depois estes voltem e trabalhem ainda mais ou melhor. Porém, em uma perspectiva crítica, podemos entender o ócio como uma experiência autotélica, ou seja, não como um meio para outro fim, mas sim como um fim em si mesmo. Esta é uma diferença entre o ócio sobre

o qual estou conversando com vocês e algumas concepções mais comuns de lazer.

Essa concepção de lazer vem mudando ao longo da história. Após os romanos, os cristãos trouxeram uma concepção diferente de ócio. Para eles, o ócio era contemplação, conexão com Deus, o que pode estar dentro de nós. Isso já tem uma profundidade maior, nada a ver com ativismo ou ocupação. A concepção cristã é muito mais próxima do que chamamos de ócio autotélico.

Ao longo da história, o conceito de ócio tem mudado. Eu trabalho com uma concepção de ócio como experiência subjetiva, autotélica, que não é instrumental, que não serve a nada além do próprio sujeito. Mas existem outras concepções e outras formas de trabalhar esse tema.

Alguns veem o ócio como uma oportunidade de negócio, como por exemplo, no turismo. Estes querem saber como tornar uma localidade mais atrativa. Curiosamente, a palavra "negócio" significa a negação do ócio.

Nessa jornada histórica, houve um momento de organização do trabalho em que começaram a surgir as conquistas dos direitos do trabalhador. Uma dessas conquistas foi o descanso remunerado no fim de semana. A outra foi o período de férias remunerado. E a terceira foi a aposentadoria remunerada. Quando a gente pensa em ócio, é importante entender que não podemos ficar apenas esperando por esses momentos, como o final de semana ou as férias, para poder aproveitá-los. Nós precisamos aprender a incorporar o ócio em nosso cotidiano, na nossa realidade. Isso está muito relacionado com a natureza humana.

Se você vai para um lugar com alta vulnerabilidade social, vai ver crianças e jovens brincando, fazendo festa, mesmo na carência. A



necessidade de momentos de descontração e relaxamento é universal, não tem a ver com poder aquisitivo. Claro, o poder aquisitivo proporciona situações mais estruturadas, mas não necessariamente mais prazerosas. Por exemplo, uma pessoa rica pode ter experiências incríveis jogando golfe, mas isso não quer dizer que uma brincadeira simples não possa trazer tanta alegria quanto. A qualidade da experiência não está diretamente relacionada ao dinheiro. Claro, o dinheiro facilita o acesso a experiências mais estruturadas, mas não é tudo.

Quando falamos sobre o lazer, podemos experimentá-lo de maneira passiva ou ativa. Posso assistir a uma banda ou aprender a tocar um instrumento e curtir cada momento. O importante é aproveitar as oportunidades, sejam elas passivas ou ativas.

Agora, voltando para a questão histórica, a partir do momento em que foram criados direitos para os trabalhadores, como o tempo de lazer, nasce o conceito de lazer. E aí, surgem instituições como o Sesc, por exemplo, que foi criado para oferecer opções de lazer para os trabalhadores, para que ocupem seu tempo livre de modo mais “saudável”. Apesar de inicialmente ter sido uma forma de controle social, foi se tornando realmente benéfico, pois estas estruturas proporcionam acesso ao esporte, às artes e ao turismo.

Há tempo o lazer é considerado atividade de tempo livre, geralmente nos finais de semana. Mas essa divisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer está cada vez mais difusa. Hoje, o que importa é a autonomia e a capacidade de cada pessoa gerenciar seu próprio tempo, seu bem-estar e sua integridade. A autogestão está se tornando cada vez mais importante na sociedade contemporânea. Por conta da pandemia, muitas empresas que não utilizavam o home office começaram a adotar

essa prática. Perceberam que era vantajoso para elas, economizando água, luz, papel e muitas outras coisas.

Mas nem todos se adaptaram a isso. Certa vez, orientei uma pesquisa de um aluno da graduação sobre a experiência de trabalhar em home office durante a pandemia. A pesquisa mostrou que a adaptação ao home office era algo bastante individual. Há pessoas que têm um perfil mais disciplinado e organizado, conseguindo produzir mais com essa liberdade. E essas pessoas ficaram muito gratas por terem tido a oportunidade de trabalhar em home office. Por outro lado, metade dos participantes da pesquisa tiveram dificuldades. Acabavam procrastinando e, por conta disso, ficavam atrasados em relação as suas tarefas. Quando chegava o dia de entregar relatórios, passavam o final de semana inteiro trabalhando. Autogestão é algo que exige habilidades específicas como a disciplina e foco e nem todos estão capacitados para isso.

Nesse contexto, o ócio em uma realidade híbrida de trabalho e lazer demanda uma educação específica. Há um livro chamado "Pedagogia do Ócio" que defende a ideia de que as pessoas precisam aprender o valor do ócio desde a infância para conseguirem ter uma vida adulta equilibrada. Se não aprenderem sobre isso desde cedo, sempre irão se sentir em dívida, correndo atrás para satisfazer as demandas dos outros.

Portanto, considero-me privilegiada por ter aprendido a balancear meu tempo. Equilíbrio entre o tempo pessoal e o coletivo, o tempo privado e o público. A questão do tempo é um gatilho para muitas reflexões interessantes. Um dos pontos que destaco é o paradoxo do tempo. Menciono uma experiência que foi realizada com seminaristas – aqueles que se preparam para a vida religiosa na Igreja católica – e serve para ilustrar este paradoxo. Imaginava-se que quem escolhia uma vida

religiosa teria uma tendência a ser mais generoso, já que optou por uma vida de renúncia e abnegação. Então, convidaram seminaristas para darem uma pequena palestra em um local não tão distante e marcaram horários diferentes para cada um. Então, contrataram atores para simularem, no trajeto entre o seminário e o local da palestra, situações de dor e necessidade.

Para um seminarista, disseram que ele estava atrasado para a palestra. Quando este seminarista passou pelo ator fingindo estar ferido e precisando de ajuda, simplesmente apressou seu passo. Para outro, disseram que estava adiantado. Quando este seminarista passou pelo ator, parou para conversar e ajudar da melhor forma possível.

O resultado dessa pesquisa? A solidariedade também está relacionada ao tempo. Pessoas se tornam mais ou menos sensíveis, mais ou menos solidárias, de acordo com a sua relação com o tempo. E isso tem muito a ver com a nossa realidade atual. A pandemia nos obrigou a repensar nosso tempo. Todos tivemos que adiar planos e a pandemia nos ofereceu uma oportunidade para reflexão e auto-observação.

O desemprego também tem sua própria forma de ócio. Mesmo que a situação seja desafiadora, não significa que a pessoa desempregada não vá gostar, por exemplo, de almoçar no domingo com a família, caminhar pela quadra onde mora ou ler um jornal. Portanto, o desemprego não é incompatível com a vivência do ócio.

Claro, há problemas de outra ordem. É difícil encontrar equilíbrio quando a sobrevivência está em risco, quando não se tem dinheiro para pagar o aluguel ou comprar comida. Mas isso não significa que pessoas nessas situações não tenham ócio.

Considere o caso de pessoas presas. Mesmo nessa situação, uma pessoa pode ter experiências de ócio. Evidentemente, não podemos pensar no ócio do mesmo modo que pensamos quando somos livres para, digamos, escalar uma montanha ou assistir a um show. Mas é possível desassociar o conceito de ócio da atividade física e pensar na experiência subjetiva. Temos vários relatos autobiográficos de pessoas que, mesmo estando presas ou doentes, conseguiram produzir obras significativas ou tiveram momentos de ócio. As experiências de ócio podem não ser tão abundantes, prolongadas ou intensas nessas condições, mas ainda assim, elas ocorrem. E é sobre isso que eu gostaria de deixar uma mensagem...o ócio é uma faceta da vida saudável e de qualidade. Não a única, nem a mais importante, mas necessária.

#### Referências

ARGYLE, M. The social psychology of leisure. London: Penguin Books Ltd., 1996.

ARISTÓTELES. Política: la educación en la ciudad ideal. Madrid: Gredos, 1988.

BOSCOLO, L.; BERTRANDO. Os tempos do tempo: uma nova perspectiva para a consulta e a terapia sistêmica. Belo Horizonte: ArteSã, 2009.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Fluir: Una psicología de la felicidad. Barcelona: Kairós, 1997.

CSIKSZENTMIHALYI, M.; CSIKSZENTMIHALYI, S. Experiencia Optima: Estudios psicológicos del flujo en la conciencia. Bilbao: Desclee de Brouwer, 1998.

- CUENCA CABEZA, M. Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.
- CUENCA CABEZA, M. Temas de pedagogía del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto, 1995.
- DUMAZEDIER, J. Hacia una civilización del ocio. Barcelona: Estela, 1964.
- DE GRAZIA, S. Tiempo, trabajo y ocio. Madrid: Tecnos, 1966. Tradução de Parga, C. V. (Original publicado em data não identificada).
- FERNADEZ-ZOILA, A.; SIVADON, P. Tiempo del hombre, tiempo de trabajo. Madrid: Pirámide, 1982.
- GUNTER, B.; GUNTER, N. Leisure styles: a conceptual framework for modern leisure. *Sociological quarterly*, n. 21, p. 361-374, 1980.
- HONORÉ, C. Devagar. Como um movimento mundial está desafiando o culto à velocidade. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ISO-AHOLA, S. E. Social psychological perspectives on leisure and recreation. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1980a.
- ISO-AHOLA, S. E. The social psychology of leisure and recreation. Dubuque: Brow Company, 1980b.
- KELLY, J. Leisure identities and interactions. London: George Allen and Unwin, 1983.
- MURPHY, B. O Zen e arte de tricotar. Los Angeles, 2002.
- MUNNÉ, F. Psicopsicología del tiempo libre: Un enfoque crítico. 2. ed. México: Trillas, 1985.
- NEULINGER, J. The psychology of leisure. 2. ed. Springfield: Charles C. Thomas, 1981.
- NEULINGER, J. Key questions evoked by a state of conceptualization of leisure. *Society and Leisure*, v. 7, n. 1, p. 25-36, 1984.

- PARKER, S. The sociology of leisure. London: George Allen and Unwin Ltd, 1976.
- PIEPER, J. Leisure the basis of culture. New York: Pantheon Books, 1952.
- PEDRO, F.; GARCIA. Ócio y tiempo libre: ¿para qué?. Barcelona: Humanitas, 1984.
- PUIG ROVIRA, J. M.; TRILLA J. La pedagogía del ocio: la educación fuera de la escuela Ámbitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 1987.
- RHODEN, I. Experiencias personales de ocio: desarrollo de una herramienta para identificación de sus cualidades subjetivas. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004.
- RHODEN, I. Ócio construtivo e o desenvolvimento humano. In: CABEZA, M. C.; MARTINS, J. C. (Org.). Ócio para viver o século XXI. Fortaleza: As Musas, 2008. p. 57–78.
- RHODEN, I. O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. Revista Mal-estar e Subjetividade, v. 9, n. 4, p. 1233–1250, 2009.
- SERVAN-SCHREIBER, J. L. El nuevo arte de vivir el tiempo: contra el estrés. España: Paidós, 2001.
- SHAW, S. The meaning of leisure in everyday life. Leisure Sciences, v. 7, n. 1, p. 1–24, 1985.
- TINSLEY, H. E. A.; TINSLEY, D. J. A Theory of the attributes, benefits, and causes of leisure experience. Society and Leisure, v. 8, n. 1, p. 1–45, 1986.

TINLSEY, H. E. A.; KASS, R. A. The latent structure of the need satisfying properties of leisure activities. *Journal of Leisure Research*, v. 11, p. 278-291, 1979.

TRILLA, J. *La educación no formal*. Barcelona: Barcano, 1984.

VEBLEN, T. *The theory of the leisure class*. Dover Publications, 1994.

# Conversas cartográficas

Vilene Moehlecke

Quando pensamos na cartografia, ela não possui um caminho pré-definido ou pré-organizado. Vamos refletir sobre essa ideia de autores contemporâneos, que propõem a construção de pistas. Então, como aprendemos a fazer cartografia? Como concebemos uma formação, que possibilite a alguém experimentar cartografia ou tornar-se cartógrafo? Creio que eles propõem a ideia de pistas, as quais seriam indicações, sugestões de como operar com a questão da cartografia.

Essa é a proposta que quero explorar com vocês hoje, discutir a questão do rizoma e da rede, a partir de Deleuze e Guattari (1995). E, em seguida, trazer um pouco da discussão da cartografia, a qual consiste em um método de pesquisa e intervenção, com uma indissociabilidade entre o conhecer e o fazer.

Começaremos com Deleuze e Guattari e a questão do rizoma (1995). Importante frisar que eles trabalham com a perspectiva pós-estruturalista, ou seja, não partem de uma estrutura para entender as coisas. Não trabalham com a questão da estrutura e nem com a questão da representação, pontos cruciais no pensamento da esquizoanálise. Isso difere da psicanálise que trabalha com a ideia da representação, uma imagem ou um inconsciente que funciona a partir da representação de símbolos e signos. A esquizoanálise pensa na perspectiva não representacional, onde o inconsciente é formado através de máquinas e agenciamentos entre semióticas distintas.



Dáí surge a ideia do rizoma, que fala muito de multiplicidade. Assim, Deleuze e Guattari (1995) trazem a ideia do "n menos um", onde "n" é a multiplicidade e "menos um" é o que subtraímos dessa multiplicidade. Cada um de nós poderia ser pensado a partir da noção de "n menos um", daquilo que subtraímos dessa multiplicidade maior, sempre entendendo que isso é da ordem de uma singularidade. Isso se aplica à própria escrita, pois Deleuze e Guattari (1995) argumentam que a escrita faz parte do método. Nesse sentido, podemos desconstruir a noção de uma escrita representacional que pretende representar ou descrever algo, ao compreender uma expressão escrita construída a partir dessa multiplicidade, desse agenciamento entre diferentes problematizações e o exercício dessa multiplicidade.

Desse modo, Deleuze e Guattari (1995) trazem a imagem do rizoma, inspirada na botânica, e citam exemplos de animais e plantas para pensar o rizoma. Sua filosofia não parte de um antropocentrismo, ou seja, o sujeito não está no centro. É uma filosofia que parte de uma perspectiva do cosmos, por isso, eles buscam exemplos em animais e plantas, descentralizando o foco no sujeito. Por exemplo, eles usam a vespa e a orquídea para falar do "devenir", o exercício de transformação que também ocorre no universo e na natureza. Eles mencionam a grama e a imagem de ratos rolando uns sobre os outros como exemplos de rizomas, mostrando o movimento caótico desses animais.

Vamos discutir isso de uma maneira mais expressiva, certo? Quando falamos de uma imagem de movimento, estamos nos referindo a algo em constante mudança e fluidez. Por exemplo, um grupo de ratos se movendo de forma caótica, onde um está sempre rolando por cima do outro. Mas eu, particularmente, prefiro a imagem da grama. Por quê?

Porque tem a questão da rede. Uma organização sem início, meio ou fim. A rede pode ser isso. Ela compõe um todo. As entradas não têm um centro, não há uma ordem pré-determinada.

Ora, Deleuze e Guattari (1995) são bastante generosos conosco, os leitores, porque introduzem o que eles chamam de princípios do Rizoma. Esses princípios nos ajudam a entender como eles aplicam o conceito da botânica, para pensar sobre questões relacionadas aos reinos animal e vegetal. Como eles buscam esse conceito, para que possamos refletir? Como o conceito de Rizoma pode nos ajudar a entender determinados sistemas, organizações e até a própria noção de subjetividade?

Os princípios 1 e 2 do Rizoma se referem à conexão e à heterogeneidade. Isso significa que qualquer ponto do Rizoma pode se conectar a qualquer outro ponto. Não há uma determinação prévia de qual ponto se coordenará com qual outro, o que contrasta com uma árvore ou raiz que estabelece um ponto fixo e uma ordem.

Dessa maneira, Deleuze e Guattari (1995) diferenciam entre o sistema rizomático e o sistema arborescente. O sistema rizoma pratica a ideia de rede, enquanto o sistema arborescente é organizado com um início, meio e fim, com um direcionamento pré-determinado, é mais linear. O Rizoma pode ser pensado como uma composição de várias cadeias semióticas heterogêneas, que podem se conectar em qualquer momento. Por exemplo, cadeias biológicas, políticas, econômicas e linguísticas podem se conectar a qualquer momento, sem uma ordem pré-estabelecida.

Na nossa experiência de intervenção com professoras, no NISE – Núcleo Interdisciplinar de Saúde na Escola – temos experimentado a construção de rizomas. Elas produzem conexões entre a história de um

ofício que se dava na escola, com algo novo e diferente, como a interface tecnológica. Para Yves Clot (2010), o ofício não está situado apenas no aqui e agora do trabalhador, mas também em uma história do coletivo em cada trabalhador. No caso das professoras, elas estão aprendendo a usar a plataforma Google Classroom, alterando a maneira como entendem e constroem seu papel de professoras, decidindo quais conteúdos ensinarão aos alunos e quais não, além de gerenciar sua relação com a administração escolar e a prefeitura. Então, trata-se de correntes semióticas de linguagem, história, tecnologia e afetos que podem estabelecer conexões entre si, sem uma ordem predeterminada. Se não houver conexões, isso pode trazer sofrimento ou até paralisia. Assim, os professores que não conseguem estabelecer conexões podem achar muito difícil ressignificar seu papel neste momento.

No entanto, isso não significa que toda conexão seja sempre positiva. Precisamos considerar o que estamos conectando, que agenciamentos estamos fazendo. Isso nos leva ao segundo princípio do rizoma, a heterogeneidade. As conexões que fazemos não são homogêneas, mas heterogêneas. Elas envolvem coisas diferentes e podem se estabelecer de maneiras diferentes. Segundo Deleuze e Guattari (1995), os dois primeiros princípios, conexão e heterogeneidade, são bastante interligados e formam uma base sólida para a compreensão do conceito de Rizoma.

Portanto, eu acho bastante interessante que os dois primeiros princípios, conexão e heterogeneidade, sejam apresentados juntos no texto. Eles propagam a ideia de que qualquer ponto pode se ligar a qualquer outro, produzindo conexões completamente heterogêneas

entre si, sem pré-determinações ou juízos de valor sobre o que pode ou não se conectar, ou o que deve ou não se conectar.

Deleuze (1992), no *Conversações*, apresenta a analogia da massa de pão, para ilustrar a ideia de conexão. Para os que gostam de cozinhar, é um exemplo fácil de entender: quando amassamos o pão, vamos virando a massa, produzindo conexões entre os pontos de farinha, os ingredientes, o ovo, e assim por diante, produzindo as conexões mais variadas possíveis. Isso nos ajuda a imaginar diferentes cenários, para entendermos um pouco melhor esse pensamento em rede, que se afasta de um pensamento representacional.

Às vezes, isso exige um certo esforço de nossa parte, já que muitos de nós fomos educados sob uma lógica mais linear, como a linha do tempo usada para estudar história. Por um lado, pensar em rede pode ser desafiador, mas, por outro lado, talvez nem tanto. Acredito que a tecnologia, cada vez mais presente em nossas vidas, nos ajuda a entrar nessa lógica da rede. Então, enquanto temos uma narrativa histórica mais linear, temos também nossos encontros com a tecnologia, que creio estarem nos aproximando mais da experiência da rede.

### **E Sobre Rizomas e Agenciamentos?**

Eu diria que não podemos afirmar que rizomas e agenciamentos são sinônimos, mas, a partir de Deleuze e Guattari (1995), rizomas operam por meio de agenciamentos. Eles funcionam por deslocamentos, porque o conceito de agenciamento implica na ampliação das conexões, ou seja, em colocar as conexões em funcionamento. Dessa forma, entendo que o agenciamento é aquilo que vai possibilitar a criação do rizoma, permitindo que ele se movimente de alguma maneira. Então, são

termos que caminham muito próximos. Eles estão muito ligados, de tal modo que, quando nos referimos ao rizoma, acabamos falando de agenciamento. Isso nos faz pensar também na dimensão da intensificação das conexões que podem ocorrer em qualquer direção, o que nos remete à ideia de complexidade. Então, é um agenciamento para  $n$  dimensões, ou seja, para qualquer dimensão possível.

Por exemplo, quando alguém faz conexões entre o que está sendo dito e a sua pesquisa, podemos pensar em um exercício de agenciamento. Tal processo nos remete à própria experiência de aprendizagem, que pode ser interpretada nesse conceito de rede. Você pode estar ouvindo algo e logo começar a conectar isso com sua problemática de pesquisa. Esses agenciamentos também acontecem pela ampliação dessas conexões, ativando memórias, ideias, pensamentos, afetos e composições, as quais vão modulando a nossa problemática de pesquisa.

Eu também entendo e me faz pensar que a própria problemática de pesquisa pode ser uma experiência de rizoma. Ela nunca está pronta, definida, parada. Está sempre em movimento, sendo constantemente agenciada. Quando temos uma aula, lemos um livro, ouvimos uma música que nos toca, podemos perceber em como estamos possibilitando a ampliação das conexões da nossa problemática de pesquisa.

Ela não é algo definido, não é apenas uma frase decorada. Podemos entender a problemática de pesquisa como essa rede, que está sempre aberta, conectando-se com outro fluxo, com um afeto, um desejo, um novo pensamento que se conecta com uma ideia e traz um desdobramento para aquela pergunta inicial. Então, aquela pergunta se desdobra em várias perguntas. E aí podemos entender tanto o processo de aprendizagem como a composição do problema de pesquisa nessa

experiência do rizoma, daquilo que vamos agenciando a partir das n dimensões possíveis.

Então, vou prosseguir, mas em breve faremos algumas pausas para discutir, certo? Às vezes, brinco que estamos desenvolvendo estratégias diferentes para a experiência online. Na aula presencial, costumamos perceber quando o aluno está prestes a falar; há uma mudança na postura, um movimento, uma respiração que sinaliza que algo está prestes a ser compartilhado. Aqui, no ambiente online, não temos isso, pois não conseguimos escutar da mesma forma. No entanto, existem outras possibilidades: percebemos quando alguém desmuta o microfone ou fazemos uma pausa, para perguntar se alguém tem algo a compartilhar. Acredito que estamos nos reinventando nessa experiência remota.

### **Conexões e Rupturas**

Nunca gostei, como o Daniel sabe, de discursos muito queixosos em relação à tecnologia. Muito pelo contrário, acredito que nos reinventamos como parte dessa experiência tecnológica. Isso é algo que temos sentido no nosso trabalho. Quando a pandemia chegou, inicialmente, no nosso trabalho no NISE, ficamos em choque e paramos completamente, pensando: "Como vamos trabalhar? Nossa atividade é baseada em grupos presenciais na escola. Como vamos fazer isso agora?" Mas, quando percebemos que a pandemia seria um cenário duradouro, pensamos: "Não podemos ficar parados. Primeiramente, precisamos cumprir com nossa responsabilidade enquanto servidores públicos. Não podemos simplesmente deixar de trabalhar." Assim, começamos a pensar na experiência remota, nos grupos remotos.

E temos nos surpreendido bastante. Muitas demandas surgiram por parte das escolas, desde a necessidade de compartilhar sobre as dificuldades e angústias provenientes da experiência de estar em casa, até questões relacionadas ao ensino remoto e ao desafio de alcançar os alunos que não têm acesso à tecnologia. Estamos percebendo que é possível fazer o trabalho em grupo de forma remota. Claro, é diferente, mas muitas questões surgem. Estamos bastante impressionados com a vivacidade disso tudo.

Vamos refletir sobre os platôs, então. Deleuze e Guattari (1995), ao falarem de platôs, estão considerando muito a questão das forças. Estão discutindo sobre intensidades que se intensificam ainda mais a partir da força. É possível compreendermos essa questão, por meio da ideia de um encontro de forças que produzem intensidades. Eles não estão falando de formas aqui, porque trabalham muito com essa noção das formas e das forças, do molar, do molecular, do plano visível e do plano das composições. A ideia do platô é de um local de maior intensidade em relação às forças.

Por isso, Deleuze e Guattari trazem a ideia dos "mil platôs" (1995). Quer dizer, um agenciamento de forças, o qual vai se intensificando a partir dos seus encontros. Aqui temos uma questão importante, que implica na dimensão das forças, e isso para a cartografia é fundamental. Ou seja, a cartografia produz um mapa, no sentido de acompanhar, de fazer um tipo de desenho, ainda que transitório. Podemos nos questionar como é que a gente fala sobre essas forças, se não podemos representá-las? Como produzimos conhecimento sobre isso? Então, aí entra a ideia da cartografia, como um mapa.

Entre essas questões, temos o terceiro princípio, depois de termos visto o primeiro e o segundo – o da conexão e da heterogeneidade – é o princípio da multiplicidade. Assim, as multiplicidades são rizomáticas. Isso nos faz pensar sobre a questão das linhas. O rizoma pode ser feito por várias linhas, múltiplas entre si. Nesse processo, o rizoma opera pelo agenciamento, ou seja, o crescimento dessas dimensões numa multiplicidade.

Na continuidade, temos o quarto princípio – o a-significante. É uma ideia de que, assim como estamos falando em conexão, Deleuze e Guattari (1995) vão dizer que o rizoma pode ser rompido ou quebrado em qualquer lugar. Então, ele pode produzir a ruptura, a quebra. Isso é interessante pensar no trabalho com grupos, uma vez que, quando um grupo também experimenta uma ruptura a-significante, ele vive uma quebra dos significados que estavam ali, ele precisa de uma fuga dessas linhas, de uma desterritorialização dessas linhas. Então, trata-se de romper de alguma forma com os significados pré-estabelecidos. A ruptura a-significante tem a ver com a quebra daquilo que já estava estabelecido.

### **Rupturas dos fascismos**

Félix Guattari (1981) vai nos dizer que o fascismo é um tema-chave, para abordarmos a questão do desejo no campo social. Nesse sentido, os grupos ou indivíduos contêm fascismos à espera de cristalização. Ora, o fascismo é pensado como uma linha de segmentarização, uma linha dura que tem ali toda uma ordem de violência. A ruptura a-significante pode vir como uma quebra dessa lógica fascista. Com isso, como nós podemos pensar nesses embates? De que maneira nós podemos construir diferentes formas de embate? Como



promovemos uma ruptura a-significante? Eu fico pensando que esse embate, se a gente partir da ideia dos platôs, seria uma forma de romper com as lógicas dos fascismos. E produzir uma ruptura e, conseqüentemente, a necessidade de uma linha que foge, de uma linha de fuga, a qual vai produzir agenciamentos, ou seja, conexões com outras linhas, criação, composição com outros sentidos?

Por que há uma ruptura a-significante? Essa é uma ótima questão para refletirmos. Creio que a ruptura a-significante tem a ver com a quebra de sentidos. Como rompemos a lógica do sentido em meio ao caos? No entanto, o a-significante pode apresentar não apenas uma lógica única de ruptura, mas se manifestar em diferentes dimensões também. Penso que está na lógica da quebra da representação. E por que é uma ruptura do significante? Entendo que se trata da ruptura da representação. Não se trata de uma ruptura que desmonta uma representação para representar outra coisa. Ela quebra a representação e não busca substituí-la. Se não, estaríamos apenas trocando uma representação por outra, mas continuaríamos presos à lógica da representação.

Para Guattari (1981), ao lado do fascismo dos campos de concentração, desenvolvem-se novas formas de fascismo molecular: microfascismos. Ao mesmo tempo, vivenciamos uma micropolítica do desejo. Isto é, tudo depende do talento dos grupos humanos em se tornarem sujeitos da História, em agenciar as forças materiais e sociais que se abrem para um desejo de viver e mudar o mundo.

Um bom exemplo para ponderarmos é a arte, particularmente a arte moderna. Como ela rompe com a arte antiga? A arte antiga trabalhava com a lógica da representação. Por exemplo, um retrato de nobres representava a imagem e a essência desses nobres. Quando a arte

moderna surge, ocorre uma quebra da representação. A arte moderna não pretende representar algo específico. Ela simplesmente apresenta uma composição de múltiplos sentidos possíveis ou até mesmo de nenhum sentido possível. É essa ideia da quebra do mimetismo na arte moderna, a ruptura da representação. Então, acredito que a arte seria um excelente exemplo de uma ruptura a-significante.

### **Tecnologias em Devir**

É interessante pensarmos sobre a ideia de evolução paralela que Deleuze e Guattari (1997) apresentam ao discutir o conceito do devir. Essa imagem é trazida, no encontro entre a vespa e a orquídea. Ou seja, corpos heterogêneos se afetam e se transformam, rompendo com hierarquias e previsibilidades. Eles fazem isso em diversas obras, referenciando a literatura, o cinema, entre outros, demonstrando uma abordagem transdisciplinar em suas filosofias.

Aqui, ao recorrerem à biologia e à botânica, eles procuram desconstruir ou, até mesmo, romper a-significantemente com a noção convencional de evolução, que é entendida como um sistema arborescente, ou seja, um organismo com um caminho evolutivo predefinido. Ao citar o encontro entre a vespa e a orquídea, Deleuze e Guattari (1997) se referem a dois seres heterogêneos que se encontram e se transformam. Mas a transformação que vai ocorrer não é previsível, o que difere da visão tradicional de evolução. Eles também usam a expressão 'núpcias entre reinos distintos', para enfatizar essa ideia de encontros entre heterogêneos que produzem diferença.

Vejo sentido em pensar a evolução paralela a partir da alteridade, pois essa compreensão implica na intensificação da diferença, como fruto

do encontro entre entidades diversas. O devir não é uma simples transformação. Eler surge do encontro entre seres heterogêneos – sejam eles animais, vegetais, humanos, tecnológicos, entre outros – e nesse encontro, ambos se transformam. Mas essa transformação não é representativa, nem evolutiva no sentido tradicional. A ideia da evolução a-paralela é essa: a diferenciação ocorre de forma imprevisível e é produto do encontro, e não de algo predefinido.

Este é um ótimo tema, muito relevante e em constante inquietação. Entendo que, às vezes, há um discurso de queixa em relação às tecnologias, que soa fatalista, limitado, mas não concordo com essa visão. Podemos pensar, seguindo Deleuze e Guattari (1997), que nada é intrinsecamente bom ou ruim; tudo depende da relação que estabelecemos com as coisas.

Assim como discutimos em relação às drogas e à Redução de Danos, a tecnologia em si não é boa nem ruim. Não é a salvadora da humanidade, nem o grande vilão do capitalismo. Tudo depende das relações que estabelecemos com ela e como somos afetados por ela. E faz muito sentido trazer a discussão para o conceito do corpo. Que mecanismos de intensidade ou criatividade são possíveis, a partir desse encontro entre corpo e tecnologia? Essa é uma questão crucial, especialmente em tempos de pandemia e pós-pandemia.

No NISE, em nossas intervenções em escolas, muitas vezes, nos surpreendemos com as potencialidades das tecnologias. Há muita coisa que estamos vivenciando em relação aos possíveis encontros com a tecnologia. É importante mapear e acompanhar o que está acontecendo. Quais são os possíveis encontros entre o corpo e a tecnologia? Quais são

as forças em jogo? Quais são as conexões que são estabelecidas entre uma plataforma, a interface tecnológica, o corpo e os afetos?

Podemos pensar nas potencialidades desse encontro, assim como nas estratificações. O conceito do rizoma, por exemplo, busca desconstruir uma lógica dicotômica. O rizoma contém linhas de estratificação, mas também linhas de fuga. Nesse sentido, temos a chance de mapear essas linhas, que produzem fuga, desterritorialização e intensificação de energia, assim como as que estão estratificando, ordenando a linguagem e o encontro.

Esse pensamento está diretamente ligado à nossa conversa sobre a reinvenção da presença em tempos de pandemia. Muitas vezes, ouço queixas de que não estamos verdadeiramente presentes. No entanto, cada encontro que temos através de uma plataforma digital é intenso. Então, como esse corpo se reinventa? Não é o mesmo corpo, mas não é um fracasso. Podemos, então, mapear essas linhas e acompanhar os possíveis agenciamentos.

A ideia consiste em desconstruir a lógica representacional. Podemos trabalhar na noção da construção de sentidos, em vez de descoberta de sentidos. Isso é uma operação muito cartográfica: não estou descobrindo o sentido que já estava ali, mas construindo um novo sentido a partir da experiência do encontro, da força, da desconstrução do que já estava estabelecido. Assim, os sentidos que construo são limitados, provisórios, mas são novos.

A semiótica pode ser uma ferramenta valiosa para compreendermos certas questões. Existem perspectivas bem interessantes sobre isso, que nos ajudam a entender essas questões.

Por exemplo, considerando os planos de estudo, os autores fazem uma discussão significativa sobre a representação. Eles utilizam o mito da caverna de Platão para explicar o conceito de representação, a ideia da sombra representando algo mais. Isso é semelhante ao pensamento gestáltico, que também trabalha com a ideia da figura representando algo diferente do fundo.

Nesse contexto, Deleuze e Guattari (1997) introduzem a ideia do plano. Eles desmancham a ideia de figura e fundo, desafiando a noção de que algo mais profundo e mais valioso está à espera de ser descoberto. Em vez disso, eles falam de um plano com múltiplas linhas. Este plano tem uma variedade de linhas, seja de rigidez, de fuga, de bifurcação ou de ruptura. Assim, temos a desconstrução da noção de representação da essência platônica e da ideia de profundidade.

Regina Benevides (2007), ao discutir sobre grupos, rejeita a ideia de que o grupo é profundo. Ela critica o trabalho em grupo, afirmando que um grupo não é profundo, porque não estamos trabalhando com a noção de profundidade, mas com a noção de plano. Este é um conjunto de linhas que podem se mover em qualquer direção. Daí vem toda a lógica do rizoma, com princípios de generalidade e conexão. Então, não existe a noção de profundidade, não há nada escondido que precise ser trazido à superfície e revelado. Em vez disso, há uma ênfase na potência da superfície. Posteriormente, Deleuze (2006) vai trabalhar com o conceito de imanência, o que significa que tudo está no mesmo plano. Este plano contém as intensidades, as linhas e, conseqüentemente, toda a sua ética e originalidade.

Às vezes, é difícil superar a ideia comum de profundidade, de algo que será revelado. No entanto, acredito que essa noção do plano é

importante para pensar sobre a cartografia. A pesquisa cartográfica não procura descobrir ou revelar algo oculto na profundidade. Ela busca mais traçar um plano, fazer um pequeno mapa desse plano.

O conceito de território pode estar relacionado à ideia de superfície. O território é formado na superfície e, embora não sejam sinônimos, esses conceitos podem estar de alguma forma dialogando entre si. É interessante pensar sobre a relação entre o mapa e o território, já que pode haver algumas conversas entre eles.

Os princípios finais trazidos por Deleuze e Guattari (1995) se referem à ideia de decalcomania. Este conceito se aproxima da lógica arborescente, ou seja, da linearidade, reprodução e representação. Nesse sentido, uma árvore estrutura e hierarquiza os decalques, os quais podem ser pensados como folhas de árvores, uma ideia de reprodução. Há uma perspectiva de descoberta e reprodução, uma espécie de colagem da imagem que já está definida.

Em contraponto, o princípio da cartografia ou do mapa pressupõe a experimentação, não a representação. O mapa é aberto, conectável e pode se deslocar em qualquer direção. Ele tem limites e, nesse sentido, está mais relacionado à experiência do que à representação. Implica em uma performance, enquanto o decalque é uma competência. Isto é interessante, especialmente quando consideramos a pedagogia das competências.

Assim, as competências se referem ao que deve ser aprendido. Quando nos referimos a elas, estamos na ordem do decalque, ou seja, estamos trabalhando com algo pré-estabelecido. Em contrapartida, a ideia de cartografia nos permite pensar em como mapear essas linhas. Fazer um

mapa ou um pequeno território, de uma força, de uma experiência, de uma paisagem que nos toca e nos afeta.

O autor Deligny é citado por Deleuze e Guattari (1995), para falar sobre mapas. Ele trabalha com a ideia do mapa dos gestos, como o mapa dos movimentos de uma criança autista. A ideia de combinar vários mapas é interessante. A partir disso, podemos pensar em mapear coisas diversas, seja o movimento de uma criança, uma problematização de pesquisa ou uma intervenção.

Por meio de diálogos cartográficos, podemos entender o princípio da cartografia ou da produção de mapas como a construção de mapeamentos. Este princípio pressupõe que o mapa tem um limite e não opera por generalização. Ele trabalha mais com a ideia de efemeridade do que de representação ou tentativa de generalização. É possível mapearmos tecnologias em devir, ao acompanharmos encontros heterogêneos entre corpos, fluxos, imagens e redes virtuais, em que ambos se transformam e se afetam.

## Referências

CLOT, Yves. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DELEUZE, Gilles. A ilha deserta: e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol 4. São Paulo: Ed 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol 1. São Paulo: Ed 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Ed 34, 1992.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981.

BARROS, Regina Benevides. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.





# Comunicação, corpo e mundo digital

Nísia Martins do Rosário

Esse texto é fruto de um encontro com o Grupo de Pesquisa Contextos Digitais e Desenvolvimento Humano, permitindo um diálogo com área afim à comunicação e, dessa forma, consolidando um território interdisciplinar. Quero expressar o quão importante considero estabelecer essas relações. Além disso, gostaria de dizer que a pesquisa sobre o Metaverso, conduzida pelo professor Dr. Daniel Abs, marca uma interação investigativa científica que tem estimulado muito o meu interesse pela área do digital, da inteligência artificial e das corporalidades construídas por algoritmos.

A proposta para esse capítulo é trazer um pouco do que tenho pesquisado nos últimos anos sobre a linguagem do corpo. Planejei falar sobre dois ambientes das corporalidades desde o ponto de vista da comunicação e que penso se conectarem com os interesses do grupo: o corpo do cotidiano e o corpo midiático. Embora o que vai ser explanado não esteja diretamente relacionado ao metaverso, muito do que trago aqui pode ser apropriado para esse outro território.

Parto do pressuposto de que a existência dos seres humanos se dá em função da comunicação, tendo em vista sua necessidade de humanidade relacional, através de trocas sociais, de interação e de atuação no mundo para sobreviver. Defendo que, com ela os seres vivos

conseguem transcender a existência pura e simples. A comunicação, seja verbal ou não verbal, todos já sabemos, se realiza por meio das linguagens comuns que compartilhamos e que permitem a expressão e a manifestação em todos os campos – não apenas no social –, dela dependem os mundos do trabalho, das artes, da saúde, da família, do ensino, entre outros. Nesse processo, gostaria de observar que se deve considerar a relevância da linguagem não verbal, que muitas vezes não recebe a devida atenção, ela tem papel importante porque comunica até mais que a verbal e revela muito sobre os seres de modo geral.

Entendo, também, que a comunicação se dá a partir dos corpos que interagem presencialmente ou mediados pelas tecnologias. Harry Pross, um pensador alemão, em sua obra “Medienforschung” (Investigação da Mídia), publicada em 1972, defende que a comunicação começa e termina no corpo e argumenta que ele é o meio primário de comunicação. Essa perspectiva dá amplitude ao próprio campo da comunicação porque passamos a entendê-lo para além dos meios de massa, permitindo o estudo das corporalidades em diversos ambientes, em variados contextos, sob diferentes linguagens e códigos. Por um viés crítico, Pross colabora, também, para que se pense o corpo na cultura, na vida social, na esfera do trabalho e em outros domínios, considerando um conjunto de elementos analíticos singulares: verticalismo e horizontalismo das relações de valor, modelos culturais binários, organização escolar, segregação, entre outros.

O corpo, entretanto, não pode ser entendido apenas como uma divisão entre físico e mente ou entre outras binaridades que povoam e ainda estão muito solidificadas em nossa cultura: alto / baixo, direita / esquerda, forte / fraco, rico / pobre, bonito / feio, magro / gordo etc. Ele

precisa ser compreendido a partir de uma multiplicidade de elementos entre os quais mente, subjetividade, aspectos físicos, emoções, imaginação, contexto e até mesmo aspectos transcendentais como os das crenças. As corporalidades, desse modo, se constituem em pluriarticulações de elementos, assumindo maior complexidade no quadro teórico.

Quando falamos de linguagem numa perspectiva mais ampla, incluo a cultura como um eixo crucial para explicar a comunicação. Segundo a semiótica da cultura, linha com a qual trabalho, a cultura assume um caráter de mecanismo pensante, engendrada por sistemas semióticos dinâmicos e complexos que permitem a expressão da vida, a articulação de memórias coletivas, linguagens, códigos, tradições, valores, crenças e, portanto, comunicação. Ao estudar os mecanismos semióticos da cultura, Lotman e Uspenski entendem a linguagem como sistema de comunicação que organizam os signos de modo particular, proporcionando ao grupo social a “hipótese de comunicabilidade”. No que diz respeito às linguagens do corpo, posso dizer que os traços distintivos que vão compor a sua comunicabilidade se mostram, principalmente, na cor da pele, no gênero identificável, nas formas físicas, nos traços étnicos, nos gestos, nas posturas, nas expressões faciais, nas vestimentas, nos adereços, nos usos do espaço e, claro, na expressão verbal.

Gosto, também, de usar a reflexão de Bergson sobre o virtual e o atual para compreender as corporalidades, elas são virtuais, existindo em potencial, em devir e, dentro de determinados padrões, se atualizam em diversos ambientes, de várias maneiras. O pensamento de Peirce sobre o signo também ajuda a entender as corporalidades. Se nos comunicamos

por meio de signos, é importante considerar que um signo nunca carrega a totalidade de seu objeto, sobram sempre aspectos não representados, assim, fica evidente que o corpo constituído em signos deixará de fora muitos aspectos do “corpo em si”. Ao prever a constituição de uma cadeia de significação – um signo que leva a outro signo – na constituição da semiose, Peirce nos permite prever a impossibilidade de o enunciatário ter controle sobre os eventos interpretantes e, nessa perspectiva, mesmo que as linguagens nos auxiliem a organizar e sistematizar a comunicação, não é possível controlar os seus resultados.

Nesse viés, tenho pensado as corporalidades em vários territórios e, como pesquisadora da comunicação, não posso escapar de pensá-las nas mídias, sendo que nomeei essa instância a dos "corpos eletrônicos". Ou seja, todos aqueles corpos que se mostram por meio das mídias eletrônicas e digitais, como televisão, cinema e internet. Esses corpos podem ser estudados de várias maneiras: pelos modelos hegemônicos assumidos, pelos usos das tecnologias midiáticas, pela algoritmização, bem como pelas linhas de fuga e de resistência que engendram nesse território e em outros.

Para se constituir como corpo eletrônico é necessário estar em conexão com as linguagens midiáticas e, minimamente, se adaptar às especificidades de funcionamento de cada meio. Com isso, quero dizer que todo corpo que aparece na televisão, no cinema, nas redes sociais, nas plataformas, ou mesmo na convergência dessas mídias, se adapta de alguma forma aos seus formatos, técnicas, pautas, estética e éticas. Um ponto que não se pode esquecer é que as telas não exibem o corpo biológico em si (de carne, ossos, músculos), mas a sua representação eletrônico digital, portanto, são corpos de algoritmos e conjuntos

numéricos. Ainda que interpretemos essas imagens e sons como “ali está uma pessoa”, é preciso entender que o que está posto são camadas de linguagens técnicas que se mostram como “uma pessoa”. É, portanto, a simulação de que fala Baudrillard – que, muitas vezes, chega ao simulacro. De maneira não formal, mas pela experiências, os usuários “não profissionais” das mídias, vão apreendendo as estratégias de comunicação mais adequadas pela observação das regularidades, continuidade e previsibilidades que se mostram no meio e, por vezes, eles se tornam especialistas.

Numa reunião online, por exemplo, intuímos, pela observação, que devemos enquadrar o rosto na câmera. Esse primeiro plano parece ser crucial na comunicação via videoconferência, a ponto de nos sentirmos perdidos quando as câmeras dos demais são fechadas e/ou quando não escutamos qualquer som. Claro que é possível o uso de outras formas de enquadramento, uso de planos ou focos para os corpos, contudo há um padrão, uma regularidade que nos habilita a essa comunicação e que aprendemos pela observação e exoerência. Por outras palavras, o formato proposto pelo meio e a sua função vão definindo o comportamento dos emissores e dos públicos, definindo as escolhas que se faz para o uso midiático. Por exemplo, o Chatroulette, um videochat pouco conhecido, em que você se comunica com pessoas de forma aleatória e pode alterar o interlocutor pressionando o "next", que o leva para outra pessoa aleatória, ao encontrar alguém que lhe agrade pode estabelecer uma interação. Nesse ambiente, é possível se deparar com todo o tipo de corpo eletrônico e, também, com vários enquadramentos que não se limitam ao rosto, apesar da tela ser a

intermediária, a câmera passeia por órgãos sexuais desnudos, ou o vazio de um cenário caseiro, ou o desfoque do rosto e assim por diante.

As práticas comunicacionais trazidas pela internet, ao mesmo tempo que se basearam nas regularidades dos meios que lhe antecederam, com o passar do tempo, também romperam com padrões midiáticos de longa data, provavelmente pela necessidade de inovação e por abrir-se para produções "não profissionais". O que vemos em redes sociais, no que tange às imagens dos corpos, entretanto, na grande maioria das vezes é a reprodução da estética hegemônica dos corpos caucasianos, cisgêneros e neoliberais, sendo que, no âmbito verbal, predominam as mensagens curtas e superficiais - repercutindo sobre a tendência de mídias que "nasceram" bem antes. Todavia, algumas linhas de fuga são produzidas por corpos pretos, indígenas, lgbtqiap+, com deficiência, pobres, entre outros.

Quando se trata de mídias tradicionais, as regras são ainda mais rigorosas. É preciso seguir com mais austeridades as regularidades, continuidades e previsibilidades para se adequar àquilo que já está legitimado e ter a garantia de agradar a audiência e os anunciantes. Se você for entrevistado na TV, por exemplo, procurará um posicionamento na frente da câmera que melhore a sua imagem: assumirá uma postura mais ereta, se puder, escolherá o melhor ângulo, é possível que opte por maquiagem para retirar o brilho do rosto e as olheiras e escolherá as palavras ao falar. São corporalidades eletrônicas que incorporamos, linguagens que assimilamos e reproduzimos muito mais por critérios estéticos do que éticos. Não se pode esquecer que os corpos eletrônicos são moldados pelas regularidades e repetições, raramente se produz o novo, a tendência é reproduzir o que está legitimado pelo uso.

Requena, um estudioso espanhol, diz que esses corpos midiáticos são "descorporizados", pois materializam-se como imagens compostas de linhas, números e pontos, o que vai ao encontro do argumento de Santaella que os entende como "desencarnados" e simulados.

Entre as estratégias desse corpo eletrônico está a encenação da naturalidade. Por exemplo, um influenciador pode postar uma foto fazendo exercícios que parecem espontâneos, mas na verdade o quadro foi cuidadosamente planejado e produzido em um cenário alugado. Outra estratégia é a simulação do espontâneo e do imprevisos, quando roteiros previamente elaborados e ações ensaiadas conduzem a comunicação, mas, na interpretação, tudo parece tão natural. O êxito está justamente em conectar características do cotidiano às regularidades midiáticas e ao léxico imagético, construindo a naturalização sobre o artifício. Nesse processo, o corpo performa, simula e faz de conta para fabricar credibilidade e legitimidade com o auxílio dos recursos técnicos e digitais do corte, da edição, da gravação, da manipulação de suas formas, visando conquistar a audiência, os seguidores, os fãs, os likes.

O corpo eletrônico tem a qualidade de dar visibilidade ampliada ao corpo, multiplicando-o, permitindo que assuma diferentes papéis e aparências ao mesmo tempo, fazendo-o circular em diferentes territórios sincronicamente e ad infinitum, liberando-o das temporalidades e espacialidades e, mesmo que o corpo físico morra, o corpo midiático persiste, adquire imortalidade e pode assumir poderes extraordinários. Nessa perspectiva, ainda que os procedimentos estéticos e as tantas tecnologias associadas à saúde possam remodelar e ressignificar o corpo, é no mundo eletrônico digital que ele extrapola seus limites, inclusive



tornando-se outro. Essas ressignificações podem ser vistas sobretudo na ficção (filmes, séries, novelas, peças publicitárias etc.)

Entre os tantos corpos que se transfiguram tornando-se diferentes de si mesmos, estão os seres tecnológicos e imaginários que carregam consigo o antropomorfismo, mas se distinguem em vários aspectos do humano. São eles: monstros, robôs, mutantes, cyborgs, vampiros, seres fantásticos, alienígenas, zumbis e outros.

Quanto maior a diferença desses corpos eletrônicos em relação aos humanos, mais estranhamento causam e mais sentidos de monstruosidade conseguem impor, um bom exemplo são os protagonistas dos filmes *A bolha assassina* (1988) e *Venom* (2018). Em outras obras, os personagens assumem traços de antropomorfismo mais marcados, os quais se manifestam em formas estilizadas de braços, tronco, pés e rosto, como o ET do filme *E.T. o extraterrestre* (1982), ou *Optimus Prime* de *Transformers* (2023). Pode-se pensar, ainda, em objetos que incorporam personas falantes, com olhos, boca e nariz como a *Madame Samovar*, de *A Bela e a Fera* (2009, 2014) e *Bob Esponja* (2004, 2015, 2020) de filme de mesmo nome. Apesar de serem objetos (um bule e uma esponja do mar), ambos os personagens atuam a partir de um gênero, de uma faixa etária e são atravessados por subjetividades. O último exemplo nesse sentido refere-se a um jogo – que conheci por meio do Daniel – em que os artifícios antropomórficos não se mostram relevantes e os avatares são bolinhas – apenas bolinhas.

É interessante observar que esses corpos eletrônicos criam camadas outras de sentidos que, de acordo com o enredo, vão compondo corporalidades eletrônicas distintas das costumeiras, amplificando o desempenho desses corpos no metaverso. Pela capacidade inventiva, essas

construções se tornam cada vez mais complexas e diferenciadas, recuperando e criando sobre o imaginário, os mitos, os rituais e os desejos que circulam na cultura. Ao mesmo tempo, o auxílio das tecnologias torna tais personagens mais realistas, sofisticadas e qualificadas.

Essas narrativas parecem refletir os sentimentos humanos de limitação, inadequação e desconforto com sua materialidade, bem como o desejo de diferenciação, de mutação e de superação. É justamente isso que os corpos eletrônicos permitem. O metaverso oferece possibilidades infinitas de transmutação – até mesmo para uma bolinha se assim se desejar –, oferece a experimentação da outridade e a possibilidade da desvinculação de identidades já experienciadas.

A história da humanidade mostra que estamos constantemente tentando superar nossas limitações físicas, biológicas, psíquicas e intelectuais – inclusive vencer a morte –, seja por meio de ferramentas e tecnologias, seja por meio do racional ou de rituais e da metafísica. Nessa perspectiva, a memória é ampliada pelo celular, pelo pen drive ou pela nuvem; a visão é melhorada pelo uso de óculos, lentes de contato ou pela cirurgia; a ausência de uma perna é compensada por uma prótese biônica; o descontentamento com o tamanho do tórax ou dos seios é compensado pelo silicone; um coração que falha é apoiado por um marca-passo ou trocado em um transplante; as rugas são melhoradas pelo botox; a manipulação genética elimina possíveis doenças e assim por diante. Portanto, o corpo não é apenas o corpo do senso comum, mas passa a incorporar todas essas invenções, isto é, não é mais apenas físico, mente, psique e subjetividade – como dito no início do texto – é também tecnologia e virtualidade.

Por outras palavras, podemos afirmar que somos todos ciborgues – seres que misturam o orgânico com o inorgânico – e, também, somos todos mutantes – se considerarmos a linha diacrônica da humanidade, a existência da vida começou por mutação e só chegamos aonde estamos por meio da mutação genética. Donna Haraway, em seu "Manifesto Ciborgue", ajuda a pensar sobre os limites do corpo definidos pela pele. Ela questiona se existe realmente uma separação entre o sujeito-corpo e o avatar que o representa em um jogo digital, tendo em vista que essas fronteiras estão borradas, assim como as fronteiras entre a ficção e a realidade. Maria Augusta Babo, uma semioticista da Universidade Nova de Lisboa, sugere que a prótese revela o que poderia ser considerado uma falha inicial no ser humano. Ela inverte a perspectiva, questionando se não seria o inorgânico que desperta o devir orgânico. Assim, essas potências que estão fora dos corpos dos seres vivos, quando combinadas com partes não originais, como peças mecânicas, implantes e DNA, proporcionam uma ampliação das reflexões teóricas sobre as corporalidades e seus devires.

No mundo “real”, os corpos já são híbridos, já estão alterados e são atravessados pela tecnofilia, uma vez que os avanços científicos são retratados de forma otimista, com promessas de um futuro melhor e, nessa perspectiva, a ciência é vista como campo cheio de potencial para melhorar nossas vidas. Na ficção, entretanto, o uso desses aparatos e mecanismos sofisticados nos corpos e para a criação de corpos pode resultar em tensões importantes sobre o que é o humano, inclusive estimulando uma certa tecnofobia. Essa é, frequentemente, manifestada em histórias onde a tecnologia e/ou criaturas geneticamente modificadas ameaçam a humanidade de alguma forma em filmes como *A Mosca*

(1987), Tropas Estelares (1998), Resident Evil (2002, 2012, 2017) e Ex Machina (2015), os quais representam o medo do desconhecido e dos possíveis perigos da ciência e de tecnologias descontroladas. Outros filmes que fazem pensar essas relações são Eu, Robô (2004), Substitutos (2009), Robocop (2014), Exterminador do Futuro (1984, 1991, 2003, 2009, 2019), Matrix (1999,2003, 2021).

Os avanços científicos e tecnológicos fortalecem o imaginário e a subjetivação de um corpo cada vez mais híbrido. É interessante perceber como a ficção científica atua como uma espécie de espelho para nossas ansiedades, esperanças e medos em relação à evolução tecnológica. Nos quadrinhos de super-heróis, como Homem-Aranha e O Incrível Hulk, vemos exemplos de mutações genéticas trazendo superpoderes, mas também grandes desafios e conflitos para os personagens marcados pela exclusão social. Estes enredos, muitas vezes, refletem nossas próprias incertezas sobre os possíveis futuros abertos pela manipulação genética e pela ciborguização.

Esse cenário oferece duas correntes de pensamento opostas e mais evidentes: uma que teme as possíveis consequências negativas da evolução tecnológica e científica e outra que vê essas mudanças com otimismo e esperança. Essas duas perspectivas podem coexistir e até mesmo influenciar uma à outra.

Para finalizar, gostaria de enfatizar que as representações de corpos estranhos, mutantes, ciborgues etc. podem ajudar a refletir sobre nosso próprio corpo e identidade. Como estamos constantemente evoluindo e nos adaptando, essas imagens podem nos ajudar a visualizar e explorar possíveis futuros para nós mesmos e para a humanidade como um todo.

## Referências

- BABO, M. A. Do corpo protésico ao corpo híbrido. *Revista de Comunicação e linguagem*. Universidade Nova Lisboa, Lisboa, n.33, 2004. p. 25-35.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulações*. Lisboa/Portugal: Relógio D'Água, 1991.
- BERGSON. H. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HARAWAY, D. *Manifesto ciborgue*. In: TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOTMAN, I.; USPENKI B.; IVANOV, V. *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- PROSS, H. *Medienforschung*. Darmstadt, Alemanha: Carl Habel, 1972.
- REQUENA, J. G. *El discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad*. Madrid: Cátedra, 1995.

# Corpos digitais que dançam

Carlise Scalamato Duarte

Quero explicar um pouco sobre minha formação para que vocês compreendam melhor de qual perspectiva faço essa reflexão. Minha jornada na dança começou muito cedo, aos três anos de idade, com balé clássico. Posteriormente, explorei outras modalidades como jazz, sapateado e dança tradicional gaúcha, paralelamente ao balé. Essa paixão me levou à universidade, onde cursei Bacharelado e Licenciatura em Dança pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP-PR), atual UNESPAR. Simultaneamente, estudei dança afro fora da faculdade e dança aérea numa escola de circo.

Após a graduação, decidi seguir numa especialização em ‘Corpo Contemporâneo’, também na FAP. Neste período tive meu primeiro contato com a semiótica, graças às professoras: Helena Katz e Christine Greiner (2005), ambas da PUC de São Paulo e especialistas no estudo do corpo através da semiótica.

Alguns anos depois, decidi seguir a carreira acadêmica e me mudei para o Rio Grande do Sul para cursar mestrado em Comunicação, com foco em dança. Posteriormente, fiz meu doutorado em comunicação na UFRGS. Meus orientadores foram Alexandre Rocha da Silva durante o mestrado, e Nísia Martins do Rosário e Daniel Abs durante o doutorado, apenas para vocês terem uma ideia da minha trajetória.

Minha pesquisa sempre esteve voltada para a dança. Não fiz o mestrado em dança porque, na época, o único programa do país era na

Bahia, e ir para lá significaria começar do zero. Além disso, a comunicação sempre foi um antigo interesse meu, desde antes da graduação em dança. Cheguei, inclusive, a tentar vestibular para publicidade e propaganda.

Acreditei que, ao estudar comunicação, eu conseguiria unir essas duas paixões: dança e comunicação. Minha primeira pesquisa, por exemplo, focou no audiovisual, explorando as coreografias que surgem a partir da edição e montagem de vídeo e cinema e são próprias do audiovisual.

No doutorado, iniciei com um projeto focado em jogos digitais, que era outra grande paixão. No entanto, ao longo do doutorado, meu interesse se voltou para a Semiótica da Cultura, área que eu já apreciava, e comecei a estudar especificamente espetáculos de dança contemporâneos que incorporavam tecnologias digitais.

O que eu buscava entender era que, para realizar um espetáculo de dança, há uma interação com a imagem, seja em tempo real ou gravada, e um "corpo" próprio do audiovisual. Assim, vários conceitos de dança e comunicação começaram a se entrelaçar.

O eixo central da minha pesquisa de doutorado girou em torno dos processos de tradução, ou seja, como as qualidades da dança são traduzidas para o meio audiovisual, seja num espetáculo de teatro, ou num espetáculo televisionado, ou mesmo gravado, como um videoclipe. Queria entender, por exemplo, o que acontecia quando a dança deixava a sala de aula, o teatro, o palco e ia para essa mídia digital. O que era culturalmente produzido nesse processo? Quais eram as nuances deste processo de tradução?

Toda dança tem um código. Quando eu ensino esses códigos, os quais são os passos, os gestos e as poses, para as pessoas, elas começam a decodificar, a reconhecer o código. E quando eu começo a criar em cima desses passos, ocorre uma recodificação. No processo de tradução, há uma transcodificação: o código é transformado em um código numérico, binário, para o computador ou para a mídia digital, e depois é traduzido novamente em imagem.

Portanto, é sempre um processo de tradução que se repete. Meu objetivo era entender, a partir do que escrevi na tese, o que se produzia nestes processos de tradução, como a dança se reconfigurava dentro do meio digital e quais mudanças isso trazia para a cultura digital e a cultura da dança.

Quando falo de dança, muitos tendem a pensar nela como um movimento ritmado do corpo, intencional ou não. No entanto, temos várias modalidades de dança, como o balé, o jazz, a dança de salão, a dança de caráter e as danças históricas e rituais. Cada uma delas tem seu próprio código, sua "semiosfera" – um espaço de troca de comunicação específico dessa dança. Isso é algo que discuto em profundidade em meu trabalho.

Às vezes, a dança à qual estou me referindo ocupa o centro de uma "semiosfera", ou processo de comunicação, enquanto outra, que não está em destaque, encontra-se mais à margem. Porém, esses papéis vão se alternando, pois não existem lugares fixos. Quando dou visibilidade a uma dança, ela se torna central.

Um exemplo disso é o que vemos no YouTube hoje. No Brasil, temos o funk e a dança do passinho, que eram consideradas danças marginais, mas hoje são centrais, inclusive em videoclipes, como os da



cantora Anitta. Portanto, essa dança se reconfigura, saindo da periferia e ocupando o centro da comunicação em alguns momentos.

Para entender isso, comecei a categorizar as danças e os corpos que apareciam nesses vídeos e a analisar os processos de edição. Alguns conceitos que utilizei na minha dissertação reapareceram, como o das molduras de Suzana Kilpp (2003). Ela propõe que a plataforma onde o vídeo está sendo exibido assume um formato específico e promove uma comunicação particular em função dessa moldura, ou seja, do que é apresentado na plataforma.

Isso é algo que estou trazendo para o novo projeto de pesquisa que estou desenvolvendo para a Universidade Federal de Santa Maria, onde trabalho no curso de licenciatura em dança, dentro do centro de educação física.

Portanto, este recorte da pesquisa envolve o corpo na era digital e o conceito de corpo pós-humano, a partir do qual partirei para essa nova ideia que abordarei mais adiante. Essa pesquisa que estou propondo visa compreender como a dança está se reconfigurando, especialmente dentro das plataformas digitais no período específico de isolamento social.

Isso abrange aulas de dança online, academias que tiveram que se reinventar através do vídeo e pessoas que apenas criam coreografias. Incluí também plataformas que ainda não pesquisei, como Instagram ou TikTok, além do FaceTime no Facebook e o YouTube como uma plataforma de armazenamento de vídeos.

Muitas vezes, as pessoas filmam simultaneamente no Instagram, Facebook ou YouTube. Por isso, me interessa entender como isso acontece em cada plataforma.

Para chegar a essa nova ideia de pesquisa, preciso voltar um pouco e falar sobre o conceito do corpo. Vamos tentar entender um pouco o contexto digital, o corpo nessa era digital. Passarei rapidamente pelos conceitos, baseados principalmente nos trabalhos de Lucia Santaella (2003; 2004; 2021; 2022) e Marshall McLuhan (2007), para entendermos a era digital, ou seja, as mídias como extensões do corpo humano.

Então, quais são as mídias digitais? Por experiência, todos nós temos uma ideia aproximada. São aparelhos ou dispositivos tecnológicos para a comunicação humana, conectados em rede, como celulares, redes, protocolos, aplicativos, dispositivos multimídia.

McLuhan (1969; 2007), quando escreveu sobre as mídias como extensões do corpo humano, propôs entender uma expansão da consciência individual para um modo conectivo. Então, mesmo antes da explosão da internet na década de 90, McLuhan já pensava nessas mídias digitais como um prolongamento do corpo.

Imagine o mouse como se estivéssemos emergindo e nos conectando dentro da rede, como se fosse um corpo exteriorizado capaz de lidar com as informações de diversas maneiras. Temos áudio, vídeo, a questão do toque na tela, o que é algo bem recente, mas que ele já previa. E ele já entendia que isso causaria diferenças culturais.

A era digital nos proporciona uma integração de várias mídias. Hoje, nossos celulares são mini computadores. Temos nanotecnologia, câmeras, filmadoras, aplicativos de som e imagem, televisão, rádio, jogos digitais, exames por imagem, impressoras 3D e muito mais. Muitas coisas já foram desenvolvidas e continuam a ser. Atualmente, as pessoas estão estudando a internet das coisas, inteligência artificial e robótica, inclusive dentro do contexto das cirurgias.

Com essa integração de mídias, surge o conceito de "corpo pós-humano". Este seria um corpo conectado em rede, que vai sendo modificado em sua essência. Esse corpo esquelético e emocional que temos sofre alterações culturais. Santaella (2003; 2004) apresenta uma série de corpos para nos explicar o conceito de corpo pós-humano. Ela aborda o corpo construído e remodelado. Então, Santaella menciona vários tipos de corpos: protético, ciborgue, escaneado, conectado, digitalizado e molecular. Na minha dissertação, trabalhei com quatro conceitos de corpos: o eletrônico, o robô, o avatar e o ciborgue.

O corpo eletrônico, por exemplo, é a nossa imagem conversando agora, uma representação do corpo e não o corpo em si. Segundo Nísia Martins do Rosário (2008), esse corpo pode ser uma construção de uma persona, como um apresentador de TV, cuja imagem é construída naquela bancada, ou um personagem de novela.

Em seguida, temos o corpo robô, inspirado no futurismo e na arte. Surgido após a Segunda Guerra Mundial, trata-se da mistura do humano com a tecnologia. No audiovisual, temos um imaginário sobre esse corpo, como o Robocop, uma mistura do cérebro humano com um corpo robô.

O corpo avatar é a incorporação dentro de um personagem para se movimentar em ambientes virtuais. Como nos jogos MMORPG, precisamos de um avatar.

E o corpo ciborgue é um corpo mutante, que sofre alterações por mutações moleculares, como quando alteramos a genética. Quando tomamos uma vacina, por exemplo, deixamos de ser um corpo puro e nos tornamos um corpo híbrido ou mutante.

Antes desses corpos, Santaella fala do corpo humano construído, ou "bodybuilding", que é desenvolvido através da musculação. Este também pode ser considerado quase mutante, quando há ingestão de proteína acima do normal ou uso de anabolizantes. Ele não nasceu assim, foi desenvolvido dentro da genética humana.

E temos o corpo remodelado, que é o corpo da cirurgia plástica. Santaella escreveu bastante sobre isso já há algum tempo. Em 2003, ela já tinha livros com esses conceitos.

Como era o corpo antes e após a cirurgia? Hoje sabemos que existem, por exemplo, enxertos de silicone para remodelar peitoral, abdômen, glúteo, tanto para homens quanto para mulheres.

Depois, temos o corpo protético ou ciborgue. Isso nos leva a considerar conceitos de inclusão. Por exemplo, como isso muda a dança para uma pessoa que usa prótese? Ela trocaria a prótese de salto por uma sapatilha ou tênis para se exercitar.

O que seria o ciborgue? Seria qualquer extensão do nosso corpo: óculos, tatuagem, brinco, piercing. Todas as extensões dos nossos sentidos – visão, audição, olfato, tato, paladar – estão dentro do conceito de corpo ciborgue.

Depois temos o corpo escaneado, seja em um jogo digital ou numa balança moderna nos Estados Unidos que, enquanto a pessoa gira sobre ela, escaneia e fornece todo o percentual de massa muscular, ósseo, gordura, e indica o que essa pessoa precisa fazer para modelar o corpo.

O corpo conectado, ou plugado, seria a imersão, representada pelo avatar nos jogos digitais. E o corpo digitalizado é a própria imagem do corpo, vista em câmera lenta, permitindo o estudo da amplitude de movimento, como no caso de uma ginasta.

Finalmente, temos o corpo molecular, que é quando conseguimos estudar, por exemplo, o sequenciamento do DNA através de um microscópio óptico ligado a um computador.

A "hiper história" seria uma história pós-desenvolvimento humano. É a preocupação em entender esse conceito de corpo pós-humano, particularmente em relação à conservação da memória. E, com a tecnologia digital, entendemos que as tecnologias da informação e comunicação são forças que criam e transformam nossa realidade.

A tecnologia busca o armazenamento da memória, regulado pela produção e preservação do conhecimento através da inteligência artificial. Hoje temos comunicação com a inteligência artificial por meio de aparelhos como a Alana e a Siri, que fazem pesquisas por nós.

Perguntas como "onde está tal coisa?" podem ser respondidas pela inteligência artificial que localiza informações dentro do aplicativo ou da rede. Seja uma música ou um filme, a inteligência artificial consegue localizar.

Em seguida, temos as mídias digitais e as relações de movimento na arte, algo que se relaciona mais com a minha área. A edição de movimentos e design nos proporcionam uma criação imagética que não era prevista pela representação humana, seja na dança ou no teatro. Isso abre um leque de infinitas possibilidades de criação nas artes visuais, teatro, música e outros.

Vamos discutir o Neo humano agora, ou seja, o que estaria além do humano sob a perspectiva sensório-motora. Isso envolve a expansão da consciência, a projeção da imagem, a interação com essa imagem em tempo real e a reconfiguração da imagem virtual.

Por exemplo, há uma lona chamada linóleo com sensores que, quando o ator ou bailarino se move no palco, cria uma música para a pessoa dançar. Essa inovação muda nossa percepção sensorial e afeta nossas emoções.

Na literatura, vemos isso em criações de romances que envolvem o romantismo impossível entre o robô e o humano. Assim, o imaginário artístico e audiovisual expande-se. Existe uma série de exposições interativas em ambientes digitais, como a Galeria de Tóquio em 2019. As pessoas entravam em uma sala cheia de telas LED 3D, que tinham som, luz, perfume de flores e a sensação de estar dentro de uma cachoeira, tudo de forma virtual. Na dança, temos espetáculos interativos e conceitos como dança digital, dança telemática e dança com projeção digital em 3D. Como exemplo, a obra "Pixel" da Companhia Käfig (MERZOUQUI, 2014). Todas as imagens são projetadas do chão ao teto, dando a impressão de que os dançarinos estão em um jogo de realidade virtual. A tecnologia também nos permite criar hologramas, projeções em 3D de um corpo. Analisei o espetáculo de Michael Jackson no Billboard Awards de 2014, após sua morte, onde parecia que ele estava vivo e dançando entre os bailarinos. Depois descobrimos que era um holograma.

Portanto, temos uma ampla gama de possibilidades na arte e na mídia de movimento, seja em performances em tempo real ou em exposições interativas. A arte e a tecnologia podem se combinar para criar experiências verdadeiramente únicas.

A dança telemática envolve a interação com a imagem do próprio corpo projetada em tela durante a performance, dando a nós uma noção sobre os tipos de corpos envolvidos. As referências que usei para esta

palestra foram focadas no corpo, pois foi isso que me pediram para falar sobre. Mas, o que realmente me interessa é o que vai além.

Agora, planejo estudar o processo de tradução da dança nessas plataformas digitais, como TikTok, Instagram, Facebook e YouTube. Durante o período de isolamento social, me ocorreu um problema de pesquisa. Quando vamos fazer um projeto, partimos de algo que queremos verificar ou investigar.

Percebi que minha pesquisa é sistêmica, porque sempre se relaciona com a dança e o meio em que ela ocorre. É também fenomenológica, porque é um fenômeno. Ou seja, é no encontro que a dança acontece. A partir disso, comecei a desenvolver categorias de análise para entender como a dança está se reconfigurando nessas plataformas digitais, especialmente durante esse período de isolamento social.

Meu objetivo é verificar essa reconfiguração. Então, vou observar as plataformas, selecionar uma média de 3 à 5 vídeos por plataforma, descrever o que acontece ali e analisar a relação entre as qualidades dos processos de tradução da dança nas plataformas digitais e os sentidos semióticos produzidos.

Outro aspecto que me interessa é a inteligência artificial. Quero entender o que já está dado dentro da plataforma e o que é de fato uma criação. Dentro do processo de tradução semiótica, existe algo chamado transdução, que Júlio Plaza menciona como sendo além da tradução, uma criação. Quero saber se há criações também.

No contexto cultural, temos o conceito de "explosão cultural", que é algo imprevisto na cultura que se atualiza naquele momento, como as vanguardas estéticas. Por exemplo, na história da arte, temos várias

vanguardas estéticas. Há períodos como o medieval, com a arte barroca, e o renascimento, com as danças de corte. Então, tenho uma dança elitizada e uma dança popular, e ambas passam por mudanças ao longo do tempo.

Dentro disso, teremos classificações: temos a "danse basse", que é uma dança deslizante, e a "haut danse", uma dança mais saltitante, geralmente realizada pelos homens em festas e comunidades. A vanguarda estética se manifesta quando surgem os primeiros tratados de dança e, mais adiante, o balé clássico. Este se torna clássico quando um mestre de dança codifica uma técnica específica para ensinar a dança, tornando-a algo elitizado. Isso significa que surgirão profissionais de dança para popularizar o balé, que a dança sairá dos salões de festas para se tornar uma profissão.

Com o tempo, essa vanguarda estética evolui e surge o balé romântico, influenciado pelo romantismo literário, pelos amores impossíveis e pela busca pela espiritualidade, fugindo da realidade. Aí surgem as sapatilhas de ponta, usadas pelas bailarinas para representar essa fuga da realidade.

Depois disso, ocorre uma ruptura de padrões estéticos e surge o modernismo. Este movimento artístico busca refletir sobre o seu tempo, abordando temas como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a organicidade do corpo, a respiração, a fome, o frio. Dentro do modernismo, teremos diferentes subdivisões estéticas, como o futurismo, dadaísmo, cubismo, expressionismo, impressionismo, abstracionismo e surrealismo.

No Brasil, tivemos a Semana de Arte Moderna em 1922, que influenciou tanto a literatura quanto as artes visuais. Cada vanguarda



estética é algo que não estava previsto, surgiu e criou suas próprias características. Isso também influenciou o cinema, que surgiu no século XIX paralelamente a essas transformações artísticas e também foi se especializando. Portanto, para entender como tudo isso se conecta, precisamos voltar ao começo.

E então, por que esse desvio ocorreu? O que mais poderia ser diferente? Mas por favor, fiquem à vontade para interagir e contribuir, vamos falar sobre isso. O que me intriga nessas plataformas é a explosão cultural, o que não estava previsto no sistema. Estou interessada em outra categoria: a decodificação e a recodificação, ou seja, como a combinação de códigos reformula essa dança? E o que faz parte da transcodificação?

Considerando as possibilidades da inteligência artificial de uma plataforma ou de um aplicativo, como o TikTok, que me permite dublar – isso está previsto no sistema. Então, o que estaria fora deste sistema? O que poderia ser considerado uma burla? Portanto, o que está fora do sistema é o que interessa para a transcodificação ou transdução.

Segui separando em categorias de análise, de acordo com os conceitos de semiótica da cultura. Então, quero entender o que é essa semiosfera dentro da plataforma, entender o que está nessas categorias para poder analisar e ver como isso opera e quais sentidos surgirão. Por exemplo, no TikTok, vejo cães e gatos dançando, então o conceito de corpo também não se limita ao corpo humano. Isso é a representação do movimento do corpo humano num corpo audiovisual.

Em relação à pesquisa, o que pretendo com ela? Portanto, a metodologia será essa análise. Os resultados serão publicados em artigos de revistas científicas, apresentados em congressos, seminários e encontros acadêmicos online. Devido ao isolamento social, não vou focar

em aulas de dança nessas plataformas. Além disso, por exemplo, o TikTok não tem aulas em vídeo, mas tem uma subcategoria que acredito que vou dividir: a dança caseira. Tem muitos vídeos familiares lá, e o que seria uma dança especializada?

Porque existem muitos vídeos específicos, por exemplo, de dança do ventre e balé. Surgem questões de gênero, então, vídeos específicos de homens dançando, vídeos específicos de mulheres dançando, e outras questões de corpo e gênero entram em jogo. Portanto, vão aparecer outras categorias, que surgirão à medida que a pesquisa se desenvolver. Minha ideia é que vocês me ajudem a pensar sobre isso, certo? Dentro da metodologia ou do referencial teórico, o que mais poderia acontecer?

Então, o que penso sobre isso? No TikTok, isso surge como uma brincadeira, mas existem várias dublagens ali. Aconteceu com a Regina Duarte, certo? Mas já existiam outras dublagens de filmes e outras situações na plataforma. Isso é trazido para a comédia, o deboche, mas como uma crítica que chama atenção para aquele fato. Muita gente que não viu o discurso da Regina Duarte no momento em que foi feito, precisa buscar o contexto para entender quando e como aquilo aconteceu. Está descontextualizado, está recortado. Mas faz parte de um processo que eu chamaria de transdução, uma criação artística baseada naquele material, como um deboche. Teria que analisar melhor, porque não se trata apenas do discurso, mas da interpretação desse discurso. Então, todo um contexto entra em jogo.

Quando eu proponho estudar essa "semiosfera", é isso que quero entender: em que contexto isso acontece. Há uma questão de período histórico, certo? A sincronicidade da coisa. Entender que isso aconteceu exatamente durante esse período de isolamento social, nos dois meses em

que ela era a Secretária da Cultura. Precisamos reconhecer que estávamos muito mal representados, diga-se de passagem. Entender que havia um outro contexto político, que era a figura do presidente que indicou essa pessoa para esse cargo. O que estava acontecendo no Brasil? No meio de uma pandemia, certo? E as mortes? E então, quando isso é recortado e levado para essa plataforma, por que se torna cômico? É tão trágico que se transforma em comédia, certo?

Portanto, estou tentando entender também a diacronia da coisa. Então, dentro da semiótica, da cultura, temos esses conceitos para entender o que é diacrônico, que é o recorte, e o sincrônico, que é o contexto. Onde estava naquele período e como foi atualizado. Esse processo de atualização, essa transcodificação, está transformando isso em outro código, em outra plataforma, em arte ou brincadeira.

O código é central, especialmente dentro da semiótica e da cultura (MACHADO, 2003). Quando autores como Iuri Lotman (1978; 1996; 2000) e Roman Jakobson (MACHADO, 1998) propõem o conceito de código, estão falando de linguagem. Por exemplo, a primeira linguagem a que temos acesso é a linguagem corporal, desde que nascemos. Quando somos pegos no colo por nossos pais ou cuidadores, sentimos o cheiro deles, vemos suas expressões faciais, sentimos a temperatura do corpo e o toque. Nesse caso, a primeira linguagem que estabelecemos é a das expressões faciais. Portanto, antes de aprendermos a falar, escrever, ler, reconhecemos o código corporal. Por exemplo, o olhar é um código. Quando nossa mãe nos olha amorosamente, identificamos aquilo como algo bom. Quando ela franze a testa, percebemos que algo está errado.

Então, nesse caso, o código da linguagem corporal são as expressões e os sentidos. Decodificar é quando atribuímos um sentido

para esse código. Na linguagem, temos o código das palavras e coisas. As coisas têm nomes porque atribuímos signos a elas. Por exemplo, só sei que uma garrafa é uma garrafa porque alguém me ensinou quando eu era pequeno a chamar isso de garrafa. Decodifico toda vez que vejo uma garrafa, seja de vidro, de plástico ou qualquer material, eu sei que isso é uma garrafa.

A recodificação é quando transformamos algo, como o material daquilo que é feito, ou quando dou um novo sentido àquela garrafa, pode ser uma garrafa de 2 litros, de 3 litros, então vou recodificando aquilo, transformando o código original de garrafa em outras coisas.

A transcodificação é uma transformação de uma linguagem para outra. Tenho a imagem da garrafa, tenho o nome da garrafa, tenho o som para garrafa. A transcodificação, de acordo com Lotman e na semiótica da cultura, ocorre quando saímos do analógico para o digital. Para transformar uma imagem no computador, por exemplo, transformo aquela imagem em números. A memória do computador lê, ou seja, transforma aquele código numérico, reconhece, decodifica, recodifica e transcodifica em uma imagem. Não alteramos o código, transformamos o código em outro material. Portanto, do número se transforma em uma imagem, pode ser um vídeo, uma foto, um som, mas para cada coisa tenho um código.

E por que precisamos entender o que é um código, decodificação, recodificação e transcodificação? Quando transformamos um texto escrito em uma leitura, já é uma transcodificação da imagem escrita para o som. Quando transformamos isso em uma peça de teatro, pegamos Shakespeare e transformamos em Romeu e Julieta, temos uma transcodificação para outra linguagem, que é o teatro. Quando

transformamos isso em um filme para o cinema Romeu e Julieta, estamos transcodificando aquele texto original daquela peça de teatro para um filme. Então, é sempre a transformação de um texto para outro texto e aqui me interessa a transcodificação para a mídia digital.

Além da linguagem, preciso entender o que é um texto. Aqui não me refiro apenas ao texto escrito ou falado, mas também à imagem que é um tipo de texto, assim como o som. Se entendermos que a imagem e o som são diferentes tipos de texto, vamos perceber que um filme é a sobreposição de vários textos. Compreenderemos então que sempre existe um processo de tradução envolvido. Existem traduções intersemióticas, que ocorrem dentro da própria linguagem, por exemplo, sinônimos de palavras. Também há traduções que vão além da linguagem, de uma língua para outra, ou de uma linguagem para outra linguagem. Por exemplo, quando danço uma música, estou traduzindo essa música em movimentos corporais. Esse é o conceito de tradução intersemiótica.

A transdução é o processo de criação baseado na tradução. Importante salientar que toda tradução nunca é idêntica ao texto original, sempre há algo que se perde no processo ou algo que é criado, porque de uma língua para outra não se têm as mesmas palavras. Isso é perceptível tanto na tradução de línguas quanto na transposição de um texto para outro formato, como um vídeo. Quando edito ou monto um vídeo, perco algo do registro original, mas também construo algo novo. Eu direciono a percepção através do processo de montagem, o que representa uma reconfiguração do texto.

Vamos tomar o teatro como exemplo. Quando faço uma montagem teatral e adapto um texto, estou passando por um processo de

tradução. Quando montei um musical americano da Broadway, por exemplo, passei por esse processo.

A reconfiguração pode, ou não, alterar o código, mas sempre representa uma forma de reorganização. Neste ponto, entramos nos conceitos de sincronia, economia e, lembrando, atualização. O que é atualização, certo? É a transição do virtual para o real, do potencial para o atual.

Por exemplo, vamos pegar a dança Charleston, popular na década de 1930. A maneira como essa dança era realizada, em um contexto específico, não era destinada ao palco, mas aos salões de dança, em festas nas casas. O Charleston nasceu em uma festa específica e, posteriormente, foi levado para o palco. Era uma dança característica daquela época.

Hoje, quando remonto um Charleston, tiro essa dança de seu contexto sincrônico original e a trago para a diacronia do século 21. Atualizo-a. A dança já não é mais a mesma que foi criada. Mesmo que tente recriar a estética original, nunca encontrarei as mesmas roupas, nem terei os corpos daquela época. Os corpos atuais trazem outras informações, representando a dança do Charleston sob uma nova perspectiva. Isso é parte do processo de tradução e também de atualização.

Assim, na intersecção entre sincronia e diacronia, há a questão de como atualizar o código. Estou reconfigurando o que entendo como a dança Charleston, com a sua música característica. Não é mais o Charleston original, mas sempre uma versão atualizada dele.

Quando falamos de jogos, a transição de uma história para um jogo já representa uma transcodificação. O prefixo "trans" se refere a tudo que vai além do original, então transcende-se o código original. Suponha que esse código seja o roteiro, a história escrita. Quando o jogo é criado,

quando os gráficos são desenvolvidos e o personagem é criado, proporcionando ao jogador uma conexão como um avatar, temos uma transcodificação.

Lembrei-me de Huizinga (2010), um autor que uso muito. Ele traz um aspecto específico relacionado à interação. Embora você não interaja diretamente com ele, Huizinga proporciona a ilusão de estar interagindo com um vídeo. Assim, toda plataforma tem esse elemento, pois todo programa ou aplicativo é um algoritmo, já em si um processo de tradução. Portanto, quando falamos sobre decodificação e codificação, transcodificação é o que está previsto nesse código. E, além disso, temos o que acontece na imagem, onde entra, por exemplo, o conceito de explosão cultural, que é algo imprevisto na cultura.

Penso que a plataforma TikTok é muito rica para a análise da comunicação no contexto digital. Para a dança, talvez nem tanto, a menos que consideremos as provocações que propõe. A plataforma tem vídeos de dança especializada, assim como outros tipos de conteúdo, os quais possuem um grau de previsibilidade. Um exemplo são os vídeos de pessoas esticando a perna contra uma parede como se fosse o ponteiro de um relógio, testando sua flexibilidade. Isso está previsto no sistema do TikTok. O que não está previsto são as avós praticantes de ioga fazendo o mesmo, ou ginastas, por exemplo.

No TikTok, também existe a possibilidade de simplesmente registrar imagens, independentemente da música que está sendo usada. A música está prevista no sistema, mas a imagem não. Por exemplo, você pode encontrar ginastas ou dançarinos andando na rua e fazendo acrobacias, algo não previsto na imagem.

No caso do Instagram, a plataforma tem sido bastante usada para fazer transmissões ao vivo durante o período de isolamento. Essas lives têm suas próprias características, podendo ser entre duas pessoas com várias assistindo, ou permitindo que as pessoas interajam durante a transmissão. Particpei de uma formatura online, através de uma live, onde cada convidado entrava, fazia um brinde, tirava uma foto e assim que saía, o próximo entrava. Isso é diferente das lives tradicionais, onde apenas uma pessoa fala para a câmera, com os espectadores comentando. Isso também é possível no Facebook e no YouTube. Então, temos que pensar: o que é semelhante e o que é diferente? Aí entra novamente a ideia das molduras (KILPP, 2009). Há uma moldura dada pelo próprio sistema, relacionada a essa algoritmização.

Durante a pandemia, comecei a pensar muito sobre aulas, especialmente aulas online e EAD. Aí percebi que, na verdade, muitas pessoas não estavam dando aulas, mas sim, fazendo mini coreografias. Elas dançavam para a câmera acreditando que o aluno em casa reproduziria aquele modelo, algo similar aos jogos do Xbox 360, como Just Dance e Dance Central. Nesses jogos, quando se utiliza a câmera do Kinect, por exemplo, a partir do corpo rastreado através do sensor de luz ou calor, há um gráfico que dá um retorno pro usuário – “Você atingiu tantas estrelas, fez determinado movimento”. Na videoaula, essa retroalimentação não acontece.

Eu me afastei da ideia de "aula", que é muito específica e foquei em quem está 'dando aula' se é um instrutor certificado, se é professor ou não, graduados e não graduados, entre outras questões. Por que a dança acabou migrando para essas plataformas, como o TikTok, por exemplo?



Quando digo que há uma dança especializada e uma não especializada, é porque vi muita gente dançando em casa, pessoas que, talvez, nunca pensaram em dançar. Pais e filhos dançando juntos; pessoas que não podiam encontrar-se pessoalmente recorrendo ao TikTok para 'paquerar'. Gravavam vídeos dançando e já tinham uma dança e uma música previstas ali.

Entram aí questões culturais, por exemplo, o que é essa cultura da dança feita em casa para a semiótica da cultura? O que é dança para essas pessoas? Não preciso entrar numa questão especializada da dança ou de ensino de uma dança específica. Há muitos vídeos de danças urbanas, jazz, do passinho do funk. Eu também vejo ballet clássico – ou melhor, neoclássico, uma reinvenção da dança clássica.

Existe muita coisa de ginástica, muita coisa amadora que, de alguma forma, está se especializando na plataforma. Tem crianças, adultos, avós dançando no TikTok, o que eu acho fantástico. O TikTok tem algo diferente das outras plataformas.

Outro conceito que me vem à mente é o de remediação – fazer um vídeo para o TikTok, postar esse vídeo no Facebook, no YouTube, replicar a imagem, a informação. Isso acaba gerando um processo de transcodificação de uma plataforma para outra. E quando eu retiro esse vídeo da plataforma original, ele perde muito do sentido original, produzindo outros sentidos, tanto estéticos quanto semióticos. Vejo muitas pessoas postando vídeos do TikTok no Facebook e quem não conhece o TikTok, não entende o porquê daquele vídeo estar lá, perde o sentido, a graça. Porque o TikTok tem uma dinâmica diferente, onde você vai passando de um vídeo para outro, se não, fica vendo o mesmo vídeo várias vezes. Aí entram questões de tempo e espaço. Quais

molduras eu tenho ali? Qual tipo de som? Qual tipo de iluminação, qual tipo de imagem?

No TikTok a maioria dos vídeos são caseiros, feitos em frente à casa ou dentro da casa, no quarto, no banheiro, na cozinha. Então há um contexto onde ele acontece que nos outros vídeos eu não vejo. Isso revela outras questões sociais.

### Referências

BAKHITIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRAGOSO, Suely e ROSÁRIO, Nísia Martins. Just like me only better. In: Cultural attitudes towards technology and communication. Murdoch: Murdoch University, 2008, v. 1, p. 314–327.

GREINER, Christine. O Corpo: pistas para estudos indisciplinados, São Paulo: Annablume, 2012.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KATZ, Helena; GREINER, Christine (Orgs.). Arte e Cognição: corpomídia, comunicação e política. São Paulo: Annablume, 2014.

KILPP, Suzana. Ethicidades televisivas. São Leopoldo, RS. Editora: Unisinos, 2003.

LOTMAN, Iuri. A Estrutura do Texto Artístico. Tradução de Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

\_\_\_\_\_. Cultura y Explosion. Lo Previsible y lo Imprevisible en los Procesos de Cambio Social. Tradução de Delfina Muschietti. 1ª edição. Barcelona: Editorial Gedisa, 1996.

\_\_\_\_\_. La Semiosfera III. Semiótica de las Artes y de la Cultura. Tradução e seleção de Desiderio Navarro. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 2000.

MACHADO, Irene. Escola de Semiótica: A Experiência de Tártu-Moscou para o Estudo da Cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_ (org). Semiótica da Cultura e Semiosfera. São Paulo, Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. O filme que Saussure não viu: o pensamento semiótico de Roman Jakobson. Vinhedo, Horizonte, 2008.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. Tradução de Décio Pignatari. Editora: Pensamento - Cultrix, São Paulo, 1ª edição, 1969; 2007.

ROSÁRIO, Nísia Martins. Discursos de Audiovisualidades: corpos eletrônicos. In.: Veredas (UNIMAR), v. 51-69, 2006.

SANTAELLA, Lucia. Cultura e artes do pós-humano. São Paulo: Paulus, 2003.

\_\_\_\_\_. Corpo e Comunicação: sintoma de cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. Humanos Hiper-Híbridos: linguagens e cultura na segunda era da Internet. São Paulo: Paulus, 2021.

\_\_\_\_\_. Neo-Humano: A sétima revolução cognitiva do Sapiens. São Paulo: Paulus, 2022.

SANTAELLA, Lucia e FEITOZA, Mirna (Orgs). Mapa do jogo. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

# A “mania” de ser professor e o tempo pandêmico

Simone Bicca Charczuk

Antes de iniciar essa exposição, gostaria de contextualizar o convite que recebi para estar aqui com vocês. Daniel vem insistindo para que eu participe há algum tempo em algum encontro do grupo, mas sempre ocorre alguma coisa que impede minha presença. Então, há alguns dias, compartilhei com ele uma ideia que tive para um evento do qual pretendo participar. Preciso inscrever-me neste evento pois faz parte do meu trabalho no grupo de pesquisa em psicanálise e educação. Então, é preciso apresentar um trabalho. No entanto, tem sido difícil pensar e escrever durante este período pandêmico. Surgiram algumas ideias e eu as enviei para o Daniel perguntando: "O que você acha desse título e dessa problemática?". Em seguida, ele começou a fazer algumas provocações e surgiu a ideia de conversarmos hoje aqui. Tenho a expectativa de que a partilha de minhas reflexões e a conversa com vocês me ajude na elaboração do texto para o evento!

Embora seja um debate inicial, confesso que estava receosa. Como apresentaria algo se ainda não possuo uma construção concreta a respeito, se ainda não tenho estabelecido um processo de raciocínio mais elaborado? Apesar desta minha insegurança, aceitei o desafio. É mais confortável quando estamos em um espaço familiar, como uma sala de aula ou com um grupo mais conhecido. Mesmo havendo pessoas conhecidas aqui, ser convidada a falar em um espaço novo é diferente de

uma aula e causa sempre desassossego. Acho que nos colocamos de forma diferente e isso também tem a ver com o que espero que possamos conversar hoje.

Uma das coisas que vem provocando minhas reflexões acerca do ensinar e aprender, em especial, nesse tempo pandêmico, foi um vídeo que vi nas redes sociais de um aluno conversando com sua professora durante as aulas remotas. Talvez alguns de vocês possam ter visto esse vídeo. Nele, o menino compara o auxílio que recebe da mãe e o suporte que a professora produz ao ensinar. Diz que é muito difícil aprender com a mãe, porque sua “mania”, sua “especialidade” é cozinhar. Quem tem “mania” de ensinar é a professora.

Isso me levou à pergunta: "O que define, afinal, ser professor?". O menino diz à professora: "Você tem mania de ensinar, minha mãe tem mania de cozinhar". Então, o que é essa "mania" de ser professor? O que define e caracteriza ser professor? Fiquei pensando nisso. O que é essa "mania"? O que caracteriza essa "mania" de ser cozinheiro? Ou ser psicólogo? Ou ser administrador? Cada um de nós tem uma "mania" que nos define como profissionais da área que escolhemos para nos formar e trabalhar.

A questão que se segue é: como sustentamos essa "mania" de ensinar, considerando a necessidade de não estarmos juntos fisicamente? Historicamente, temos o espaço da escola como o local onde exercemos essa "mania". Claro, existem alternativas de educação à distância, mas isso ainda é muito novo e não está disponível para todos. Portanto, é necessário pensar e, mais do que isso, é uma realidade. Nas nossas redes de ensino, encontramos várias manifestações de professores e alunos

falando sobre essa experiência de encontrar-se em um espaço educativo diferente, que não é a escola.

A maioria dos relatos que acompanhei, tanto de professores quanto de alunos do ensino fundamental e médio, fala de uma dificuldade enorme em se apropriar desse espaço e de um grande desconforto causado por ele. Isso também tem ocorrido no ensino superior. Mas penso que os relatos do ensino fundamental e médio tocam mais nesse aspecto, questionando como a mudança de encontro, que ocorre em um espaço diferente do físico da escola, tem causado desconforto, estranhamento e até mesmo uma certa recusa ao processo de aprendizagem.

Essas duas questões são as que me ocupam mais: o que define ser professor e, mais especificamente, como sustentar esse papel quando temos a necessidade de distanciamento físico. Por isso, defini alguns pontos para tentar dar possíveis respostas a essas perguntas. Parto primeiro do conceito de educação, volto aos fundamentos. Muitas vezes a discussão fica invertida, as pessoas querem lidar principalmente com a relação com a tecnologia ou com a ausência do espaço da sala de aula.

Antes de pensarmos sobre a viabilidade didática do processo de ensino-aprendizagem, precisamos ter um conceito de educação. O que é educar? Ao nos confrontarmos com isso, percebemos que quando pensamos em contextos de educação, precisamos definir o que é educar.

Podemos fazer isso de uma forma mais informal ou mais conceitual. Pode ser transmitir conhecimento, ensinar algo a alguém que ainda não sabe sobre aquilo, ou compartilhar a experiência. São várias definições que podemos criar sobre o que é educação. Algumas são cotidianas, mas se procurarmos autores que pensam a educação, vamos encontrar várias teorias.

O que estou querendo dizer é que pensar sobre educação não é um pensamento neutro. Ele vai estar próximo de alguns teóricos, quer tenhamos consciência disso ou não. Na pedagogia, começamos falando o que pensamos sobre a educação e tentando aproximar isso das teorias pedagógicas. O mesmo acontece quando pensamos no que é aprendizagem na psicologia. A aprendizagem não é um conceito unívoco, ela tem várias proposições teóricas, vários autores que se ocupam de tentativas de definição.

Muitas vezes as pessoas se precipitam nas técnicas e metodologias, mas não questionam os fundamentos. Então, é importante voltar a eles. No meu caso, eu trabalho a partir da perspectiva da psicanálise. Quando penso no conceito de educação, penso a partir dessa ideia, da filiação do sujeito a uma determinada cultura. Lembro de Lajonquière, que apoia-se em Lacan, e define a educação como a transmissão de marcas de desejo (Lajonquière, 1997). Ou seja, a transmissão daquilo que me funda como sujeito, o que eu consigo compartilhar com o outro no sentido de uma transmissão.

Quando penso na educação como a transmissão de marcas de desejo, a filiação do sujeito em uma determinada cultura, começamos a questionar o que é a função do professor. A psicanálise diz que o ser humano tem uma diferença importante em relação aos outros animais. Enquanto o animal é movido por instintos, o ser humano é um ser de desejo (Jerusalinsky, 1999). Nós criamos nossas "necessidades". Sempre brinco em sala de aula que não temos fome de qualquer coisa, temos fome de pizza, de sushi, de carpaccio. Nós comemos não só para nos alimentar, mas para extrair algo além da simples nutrição.

Então, quando Lajonquière (1997) diz que a educação remete à transmissão de marcas do desejo, ele está se referindo à ideia de que o professor é aquele que compartilha com o outro aquilo que deixou marcas nele, aquilo que ele deseja, a forma como ele lida com os objetos de conhecimento. O que o professor consegue fazer é dar testemunho da forma como ele lida com os objetos. Por exemplo, enquanto estou falando do conceito de educação para a psicanálise, não estou apenas repetindo o que os autores dizem. Eu os menciono, mas faço isso da maneira que consegui pensar sobre o que eles dizem, reformulando e dando testemunho do quê e como aprendi isso com eles.

Vamos percorrer outro exemplo que costumo usar com minhas alunas na pedagogia. É diferente aprender a apreciar e propor uma leitura deleite, aquela leitura que fazemos por prazer, daquela que realizamos ou propomos por uma razão técnica, porque autores dizem que isso é importante. Essa posição que assumimos, mais “técnica” em relação à importância da leitura é muito diferente do que quando realmente gostamos de ler por prazer e compartilhamos isso com as crianças, como nossos alunos. Sempre enfatizo para minhas alunas que as crianças percebem isso. Uma professora que adora ler algo que faz parte de sua infância e compartilha essa leitura com suas crianças, lembrando dos adultos que leram para ela e mostraram o quanto a leitura é importante, fará isso de uma maneira muito diferente daquela professora que apenas entende tecnicamente que a leitura é importante para o desenvolvimento da linguagem da criança. Algumas professoras me perguntam por que as crianças prestam atenção em certas coisas e não em outras. E isso tem a ver com a maneira como falamos sobre o que estamos transmitindo, e nossa relação com isso.



Lembro que, quando eu ministrava aulas de várias disciplinas, não me envolvia com o conteúdo e ensinava todas da mesma maneira. Havia algumas disciplinas que gostava mais de trabalhar do que outras. Os alunos que faziam mais de uma disciplina sabiam que sempre tentava introduzir meus temas favoritos em todas as aulas. Uma aluna uma vez me disse em aula: "Simone, é impressionante como seus olhos brilham quando você fala de psicanálise, mas isso não acontecia quando você falava das outras teorias".

Mas isso não quer dizer que, se você não gosta de ler, não pode realizar uma hora do conto. Eu estou apenas dizendo que sua hora do conto será diferente daquela de alguém que ama ler. Da mesma forma, uma aula de matemática será diferente se ministrada por alguém apaixonado por números e alguém que não é.

A ideia aqui é que podemos ensinar melhor e de forma mais envolvente, produzindo uma marca mais profunda nos outros, quando ensinamos a partir da nossa própria experiência e da forma como nos relacionamos com o assunto. Christian Dunker (2020) tem um jeito interessante de falar disso. De acordo com este autor, “professores disciplinados transmitem disciplina; professores críticos transmitem perguntas; professores amorosos transmitem sua capacidade de amar; e há tantos tipos de professores quantos modos de relacionar desejo e saber” (Dunker, 2020, p. 199). Isso quer dizer que ensinamos algumas coisas melhor do que outras.

Agora, podemos pensar em diálogo com outras teorias. A psicanálise não é a única leitura que podemos ter acerca do conceito de educação e de aprender, ela está em diálogo com outros modelos de aprendizagem, se contrapondo a eles ou entrando em certa sintonia.

Grosso modo, podemos pensar em três modelos conceituais de aprendizagem principais: empiristas, inatistas (ou aprioristas) e interacionistas (Becker, 2001).

O modelo empirista argumenta que o indivíduo se constitui a partir do que o ambiente oferece. O meio é que constitui o sujeito. Já o modelo inatista ou apriorista sugere que o sujeito já nasce com determinadas estruturas cognitivas, habilidades e qualidades que ele vai aprimorar e desenvolver ao longo da vida. As teorias interacionistas, por outro lado, argumentam que nem o sujeito nem o ambiente, isoladamente, determinam a constituição do sujeito. É o encontro do sujeito com o meio.

O essencial é questionar o que importa. O que devemos perguntar quando lemos um autor? É a concepção que ele tem de sujeito e de sociedade. É uma pergunta importante porque nos ajuda a entender e distinguir entre diferentes perspectivas e autores.

As diferenças nas abordagens são essenciais. Nesse sentido, para pensar a relação ensino-aprendizagem de uma forma mais crítica tendemos a nos aproximar das abordagens interacionistas. Entre elas incluo a perspectiva de Piaget, Vygotsky, Wallon (De La Taille, Oliveira e Dantas, 1992) e, também, a psicanálise. O que essas teorias tem em comum é a ideia de que o sujeito não é apenas o produto do seu ambiente, mas um ser em desenvolvimento ao longo da vida. Cada uma dessas teorias e autores apresentam suas especificidades, mas há uma semelhança epistemológica fundamental no conceito de aprendizado que é pensado sempre como depende do outro. Ninguém aprende sozinho. Isso nos permite estabelecer algumas aproximações teóricas, não necessariamente

por terem a mesma concepção de sujeito, mas por compartilharem um fundamento epistemológico semelhante.

Chegando a outro ponto, temos a falsa dicotomia entre presencial e a distância. Muitos debates começam aqui, com opiniões que, às vezes, são nostálgicas e baseadas em experiências passadas, como a suposta superioridade do quadro verde tradicional em relação às ferramentas digitais. Essas discussões costumam se centrar mais no espaço físico do que nos fundamentos do ensino e da aprendizagem. Se queremos resolver a questão do espaço, devemos primeiro perguntar: qual é a minha concepção de ensinar e aprender?

Independentemente do espaço, podemos realizar um trabalho pedagógico, seja enchendo um quadro de informações sem perguntas dos alunos, ou utilizando ferramentas tecnológicas avançadas. O que importa são as abordagens pedagógicas que estamos oferecendo, não a distância ou a presencialidade em si.

Isso não significa que o espaço físico ou o território não importam. O ambiente em que estamos pode nos oferecer diferentes possibilidades de trabalho, mas também limitações. Podemos fazer coisas aqui que seriam difíceis numa sala de aula tradicional com 40 alunos, mas precisamos pensar em como vamos lidar com isso quando as aulas retornarem.

Reenfatizo, não estou dizendo que o espaço físico não importa, mas não é o elemento definidor. Deve vir depois de outras considerações mais fundamentais. Por exemplo, estava conversando com um colega, novo professor de matemática, que estava preocupado por não conhecer bem a tecnologia. Sugeri que ele primeiro definisse o que é importante

para seus alunos aprenderem e então poderíamos pensar juntos sobre quais recursos seriam necessários para isso.

Em vez de ficar angustiada com a questão da tecnologia, devemos primeiro considerar o que queremos ensinar aos nossos alunos e como queremos ensinar. A partir daí, podemos pensar nos recursos que serão úteis para alcançar nossos objetivos.

Se não resolvermos essa questão, nos sentimos bastante angustiados. Isso tem a ver com a interface. Então, mesmo que não estejamos cara a cara, consigo manter uma conversa com vocês. Se tivermos paciência, conseguimos lidar com a comunicação escrita também.

Agora, se eu fosse uma professora mais instrucionista, empirista, eu apenas forneceria informações durante o nosso bate-papo, traria diversas teorias e textos e sairia da sala. Mas o que realmente me interessa é conversar com vocês, saber o que estão pensando. Portanto, não posso apenas falar ou escrever e não responder aos comentários ou perguntas que vocês fazem.

Voltando à questão da interface, ela pode facilitar ou dificultar. Há a questão do síncrono ou do assíncrono. No síncrono, estamos compartilhando o mesmo espaço, seja ele físico ou virtual, e isso possibilita um diálogo mais imediato. Aqui, vocês podem sinalizar para eu parar e perguntar algo. Já no assíncrono, precisarei esperar suas perguntas para responder, o que traz uma dinâmica diferente. Mas isso não elimina a necessidade e a importância de diálogo se eu me ancorar em uma perspectiva interacionista.

É preciso aprender a lidar com um novo território, um novo espaço. Se, como professores, estamos acostumados com a sala de aula

tradicional, com suas cadeiras e mesas, teremos que aprender a lidar com um novo ambiente. Isso envolve questões práticas, como inserir slides ou apresentações de PowerPoint, e pode exigir uma maior preparação inicial, que pode ser mais cansativa do que o trabalho em uma sala de aula tradicional.

De acordo com a teoria interacionista, o aluno aprende para além e aquém daquilo que é ensinado pelo professor. Não somos os únicos responsáveis pelo processo de aprendizagem. Como educadores, às vezes escapa algo em nossa fala. Apesar de nos atermos a apresentações de PowerPoint, algo sempre escapa.

Muitas vezes, nós professores nos deparamos com o desafio de ensinar a grandes turmas sem recorrer à simples entrega de pacotes prontos de conteúdo. No entanto, acredito que a questão está muito mais na forma como pensamos sobre os modelos de aprendizagem do que no território em si. Precisamos começar a pensar sobre o que nos assusta ou paralisa em relação à mediação da tecnologia digital no processo de aprendizagem.

Em suma, acredito que não devemos cair na falsa dicotomia de que a tecnologia é uma prótese que substitui o professor. Na verdade, a tecnologia é uma ferramenta que facilita ou dificulta, dependendo do contexto. Em relação à aprendizagem, é preciso lembrar que o professor tem uma certa vantagem em relação ao aluno no que diz respeito ao conhecimento tido como acadêmico ou científico, o professor é alguém que percorreu um caminho em torno daquele conteúdo e pode ocupar o lugar de partilhar este conhecimento.

Chega um momento para todos nós, professores, em que nos vemos como guias que vão um pouco à frente dos que seguem depois.

Por exemplo, se eu concluí um curso, posso me candidatar a ensiná-lo. Já percorri aquele caminho e, assim, posso ajudar os que vêm depois. Isso é ainda mais verdadeiro se eu for um professor universitário, pois passei por um processo de formação que me autoriza a ensinar – mesmo que, às vezes, nos custe assumir essa autoridade. O que a tecnologia e os ambientes digitais fazem é inverter essa lógica de forma bastante radical e isso pode assustar, paralisar muitos professores. Muitas vezes, são os alunos que têm algo a ensinar aos professores. E a reação dos professores, muitas vezes, é de medo ou de negação. Não aproveitamos isso como um recurso, mas sim, nos fechamos para ele. Por exemplo, podemos pensar "Ah, não sei como funciona o TikTok". E é verdade, há ambientes digitais que nem sabemos que existem até que um aluno nos apresente a eles. Mas isso não deve nos impedir de aprender.

Há várias maneiras de lidar com isso. Podemos nos fechar para o novo e nos apegar ao que dominamos, mesmo que a ideia de dominar algo seja uma ilusão. Ou podemos nos abrir para o novo e dizer "me mostra como é, me mostra como funciona". Penso que uma das características do trabalho interacionista é exatamente essa. Nos preocupamos em dar conta do semestre letivo, mas ainda não ouvimos muitas ideias dos alunos.

Lembro-me de uma reunião recente sobre o ensino remoto da qual estava participando. Estávamos imersos em uma longa discussão quando me dei conta de que havia um aluno representante na sala. Então, perguntei a ele: "O que vocês estão pensando sobre isso? Como está sendo para vocês?" Aí percebi que estávamos, nós professores, discutindo como se tivéssemos que resolver tudo sozinhos. E os alunos, como estão vendo tudo isso? Talvez uma solução para essa situação seja uma solução

construída em conjunto com os alunos. Isso vale não só para a universidade, mas também para os primeiros anos de escola. Conseguimos criar uma alternativa para que isso possa ser construído de forma mais compartilhada?

Estamos vivendo um momento ímpar, que nos forçou a pensar nessas questões. Talvez não da melhor maneira, pois não estamos tendo tempo para isso. Mas talvez essas reflexões tragam bons frutos no futuro. As soluções que vamos encontrar agora serão um pouco às pressas. Vamos fazer coisas muito estranhas, sem muita reflexão, quase como uma reação à pressão dos acontecimentos. Mas se não perdermos de vista essa provocação legítima e nos dispusermos a pensar em outros modos de entender a educação, talvez esse seja um movimento interessante.

Esses são pensamentos muito iniciais que tenho. Mas a inquietação que surge também fala de um desejo. Surge porque estou nesse lugar de professora, questionando-me sobre essas coisas. Gostaria de compartilhar essas reflexões com vocês e ouvir o que vocês pensam sobre isso. Isso trará novas perguntas, que me farão pensar.

Acredito que ser professor é construir meu testemunho a partir das perguntas que os alunos me fazem. E quando essa possibilidade de ter que pensar seriamente em um modelo mais híbrido, ou mais distante fisicamente, foi colocada na mesa, foi a coisa mais difícil para eu pensar. Como vou dar aula se não estou com alguém me fazendo perguntas ou, enfim, como crio condições para que isso seja possível sem compartilhar o mesmo espaço? Essas perguntas são parte da reflexão que preciso fazer agora para construir respostas também para minha prática docente.

Estive aqui pensando enquanto ouvia vocês, sabe? Alicia Fernández (Fernández, 1990) destacou uma coisa: geralmente, quando o

professor começa a falar de sua prática, o primeiro movimento é o da queixa. A partir dessa queixa, a transformação pode começar a acontecer. Será que essa reação inicial [de queixa em relação ao ensino remoto] não é, de certa forma, um passo necessário para a gente? Agora precisamos desdobrar isso em algo diferente. Estou falando isso de um lugar muito pessoal, pois quando tudo isso começou, minha primeira resposta também foi reativa. Do tipo: "Isso não serve para mim". Justamente quando eu tinha conseguido me apropriar melhor do modelo presencial e me desgarrar um tanto da educação à distância que foi a marca inicial na minha carreira docente, parece que tenho que voltar para esse cenário novamente. Então, penso que essa reação inicial, essa queixa, é muito comum, principalmente diante do desconhecido, ou de algo que a gente não quer reviver.

Só porque a gente é analisado não significa que vamos nos livrar desse movimento. O professor, quando fala, se queixa, é algo comum. E talvez essa queixa seja a primeira manifestação de algo, o primeiro indício de que algo está errado, que desacomoda. Claro, uma reação defensiva pode ser problemática, porque é um mecanismo de defesa do ego que pode obstruir a manifestação do inconsciente. Mas agora precisamos de tempo para que o inconsciente se manifeste. Já reclamamos, mas agora, o que vamos fazer com isso?

Estamos em uma situação em que as pessoas estão buscando modelos para ajudar a passar por isso. No entanto, os modelos que estão sendo buscados não parecem ser suficientes. As pessoas buscam formas de entender o que está acontecendo, aplicando modelos de situações que não são semelhantes à nossa. Não temos um cenário similar ao que estamos enfrentando agora. Então, acho que precisamos de um tempo em



que as pessoas experimentem esses modelos até perceberem que eles não são adequados. E quando perceberem, talvez seja pela força do real que insiste em se apresentar.

Estou vendo muitas ofertas de cursos de capacitação para usar recursos digitais, mas calma. A oferta de capacitação não é a solução. Talvez precisemos aprender a usar alguns recursos que ainda não conhecemos, mas não apenas por meio de uma capacitação formal. Precisamos perguntar: "Você usa isso? Como é que se usa isso? Como você acha que isso poderia ser usado para ensinar e aprender?"

Outro ponto importante: precisamos pensar também na dimensão do contrato de trabalho do professor. Este é um ponto relevante para outros profissionais que também estão passando por um processo de reinvenção. Eu não posso simplesmente me reinventar como profissional de uma hora para outra. Meu contrato de trabalho é para fazer algumas coisas, e não outras. Precisamos reconstruir essa estrutura.

Agora, com todos esses desafios, vamos precisar aprender a estabelecer alguns limites, que ainda não sabemos bem como fazer. Como funcionária da universidade, há coisas que, enquanto funcionária, são importantes para delimitar. Mas há outras coisas, como estar aqui com vocês agora, que são escolhas que faço.

Estamos diante de situações inéditas de trabalho, mas acho que algumas coisas ainda precisam ser preservadas, como a segurança e a saúde mental do trabalhador. Não podemos exigir demais dos professores. Muitas vezes, o professor já é pressionado a fazer mais do que pode por amor ao trabalho, e isso é um problema. É preciso pensar em formas justas de remuneração e valorização do profissional da educação. Não podemos

normalizar a situação de professores que estão com o salário atrasado, por exemplo. É uma questão complexa que precisa ser discutida.

Sem dúvida, não podemos ser professores sem uma metodologia, não é? Precisamos de um método de trabalho. Mas a minha provocação é a seguinte: o método é derivado de uma posição mais subjetiva. Em outras palavras, eu posso aprender vários métodos e técnicas, mas se a técnica ou método que escolhi usar não se sintoniza com a minha posição subjetiva, o risco de não favorecer um processo de ensino-aprendizagem é muito grande.

Isso também questiona a noção de que algumas didáticas são melhores que outras. Recentemente, a pedagogia tem discutido algo que já não gostava na psicologia: as metodologias didáticas baseadas em evidências. Para mim, é um problema quando isso se torna algo externo à relação professor-aluno. A ideia de que, se funciona para a turma do Daniel, também vai funcionar para a turma da Simone, ou que se a Simone aplica esse método com todas as turmas vai funcionar igual, é simplista. Isso não leva em conta que a técnica e a metodologia precisam estar encarnadas em uma pessoa.

Nesse sentido, a metodologia e a técnica têm que passar pelo professor, o professor precisa metabolizá-las. Sobre esse aspecto, Piaget (1993) nos brinda com uma ideia muito interessante: segundo esse autor, é preciso que as reformas educacionais e a apropriação teórica à respeito de conceitos sobre a aprendizagem e a psicologia infantil, por exemplo, precisam ser acompanhadas de uma incorporação e uma tradução próprias e singulares por parte dos professores. Caso contrário, toda reforma e conhecimento podem passar incólumes à prática docente. É como uma metáfora alimentar: temos que ingerir isso e transformá-lo em outra coisa.

Concordo quando dizem que nem todos se sentem bem sendo atletas profissionais, administradores, psicólogos, médicos e nem todos vão se sentir bem sendo professores. Há uma ilusão de que basta saber para ensinar. Por exemplo, o fato de eu saber ler e escrever não me garante a habilidade de alfabetizar uma criança. Temos professores que são excelentes pesquisadores, mas como professores, não posicionam-se tão bem nesse lugar de ensino. Além disso, nem todos os professores serão ideais para todos os alunos.

Quando comecei a trabalhar, enfrentei o desafio de manter os alunos na sala de aula. Eu me sentia angustiada quando as pessoas iam embora. Conversei sobre isso com uma colega que tinha sido minha professora e ela me disse algo que me tranquilizou: "Você nunca vai conseguir estabelecer transferência com todo mundo". Isso me fez perceber que os alunos podem ter outras razões para ir embora além de não gostar da minha aula. Também me fez aceitar que nem todos vão gostar da minha aula ou do que estou ministrando.

Ser professor é difícil, e uma das coisas mais difíceis de aprender é que não conseguiremos estabelecer um vínculo com todo mundo e não precisamos. Em uma formação acadêmica, nem todos os alunos vão se identificar com a psicanálise, eles podem se identificar com a terapia cognitivo-comportamental ou outras teorias. E está tudo bem.

Há uma pressão social para que o professor tenha todas as respostas, o que é injusto e não realista. Acredito que chegar ao ponto de poder dizer "não sei" para uma turma é um grande avanço. Ser professor é um processo de construção contínua. Não somos professores hoje da mesma forma que fomos ontem. Isso implica pensar que nos tornamos professores também pela forma como o aluno nos vê ou não nesse lugar.

Para sermos professores, precisamos dos alunos e, a partir do feedback dos alunos, constituímos nossa própria abordagem pedagógica. Claro, professores no início de suas carreiras tendem a se apegar a metodologias pré-definidas, pois ainda estão aprendendo o ofício. É semelhante ao processo de aprender a conduzir uma entrevista em psicologia. No começo, seguimos rigidamente um roteiro de perguntas e nem sempre prestamos atenção suficiente às respostas.

Vocês trazem a questão do engajamento. Que a presencialidade garantiria e o ensino remoto não. Penso que não podemos perder de vista que existem diferenças substanciais entre esses modos de ensino, mas acredito que a questão está em evitar a dicotomia. Por exemplo, poderia entrar nesta conferência, deixar meu nome visível, mas desligar meu microfone e até mesmo não estar realmente ouvindo. Na verdade, poderia até começar a assistir Netflix. Assim como na sala de aula presencial, eu poderia estar fisicamente presente, mas mentalmente em outro lugar. Então, a presença física ou virtual por si só não garante engajamento.

Às vezes, a presença física pode ser enganosa. Por exemplo, um aluno pode faltar a uma aula, mas conversar com um colega sobre o conteúdo, ler o material e depois participar da próxima aula como se tivesse estado presente na anterior. O mesmo pode acontecer no ambiente virtual. Acho que o principal é que existem diferenças e singularidades entre os ambientes físico e virtual, mas não vejo isso como uma cisão. Na sala de aula física, também podemos usar recursos digitais, e no ambiente virtual, podemos nos tornar "fisicamente" presentes ao ligar a câmera, ao comentar ou perguntar algo no chat.

Quando investigamos algo, precisamos fazer recortes e deixar algumas coisas de lado, mas a realidade é complexa e interligada. Nossa análise é limitada pelo âmbito da nossa pergunta de pesquisa. Por exemplo, se estou questionando o que significa ser um professor, não posso ignorar a posição do aluno, seja em um ambiente físico ou virtual. Ouvindo vocês nesta reunião, fiquei pensando que tudo isso que vocês trazem para a conversa está relacionado, produz outras tantas ramificações da discussão. É como se estivéssemos pensando em diferentes artigos derivados de vários tópicos que se inter-relacionam, mas partem de diferentes perguntas. Que possamos seguir perguntando!

#### Referências

- BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- DE LA TAILLE, Y., OLIVEIRA, M. K., DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
- DUNKER, C. Paixão da ignorância: a escuta entre psicanálise e educação. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FERNÁNDEZ, A. A mulher escondida na professora. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- JERUSALINSKY, A. Psicanálise e Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- LAJONQUIÈRE, L. Dos "erros" e em especial daquele de renunciar à educação: Notas sobre psicanálise e educação. Estilos clin., São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-43, 1997.
- PIAGET, J. Psicologia e pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

# **A pesquisa sobre o digital: expansões, dispersões e convergências**

Daniel Abs

Este pequeno ensaio é resultado de uma conversa realizada em um encontro entre o Grupo de Pesquisa Contextos Digitais e o Grupo de Pesquisa Audiovisualidades da Dança, coordenado pela Profa. Carlise Duarte. O convite para esse encontro foi muito afetuoso e direcionou a fala para um plano geral sobre o digital e sua relação com o processo de pesquisa. Tentei tecer algumas considerações que traduzissem um pouco da trajetória de estudos sobre o digital e algumas indicações, despretensiosas, para iniciantes. Eis o registro.

Estou aqui com meu café, que é sempre bom para aquecer momentos como este e me acompanha neste convite especial de falar sobre o digital. Hoje, me vejo diante da tarefa desafiadora de conduzir uma discussão com base em algumas provocações que temos compartilhado em nossos grupos de pesquisa. Pretendo alinhar essas provocações com o que gostaria de abordar e com o que acredito que possa ser relevante para os nossos grupos neste momento. Portanto, temos três diretrizes para nosso encontro de hoje, que podem servir tanto para desatar nós como para impulsionar novas reflexões. Com esse objetivo em mente, vou compartilhar algumas reflexões que minimamente organizei.

Em um primeiro momento, gostaria de falar sobre este lugar a partir do qual estamos conversando e que considero muito relevante no processo da pesquisa. Essa colaboração entre nossos grupos é especialmente significativa, pois destaca onde a produção de conhecimento realmente acontece no Brasil: nos grupos de pesquisa de instituições de ensino. Esses espaços universitários são o cruzamento entre o ensino e a pesquisa em si, e espero que em breve também possam acolher mais as práticas de extensão, que devolvem para a sociedade o conhecimento produzido. E das instituições de ensino, é principalmente nas universidades públicas, que a maior parte do conhecimento é produzida no Brasil. E essa produção não acontece só pela vontade de quem coordena esses grupos, mas também pela curiosidade, dedicação e organização de todos os membros. Então, as provocações que trago hoje são direcionadas para todos que fazem parte dessa rede colaborativa. Um grupo é um ecossistema onde compartilhamos e cooperamos com nossos pensamentos e ideias, contribuindo para a construção coletiva do saber.

No entanto, só o debate não é suficiente. Tenho investido meu esforço naquilo que considero ser a parte mais difícil dessa jornada: a escrita, a materialização do conhecimento. Essa etapa muitas vezes nos traz um certo sofrimento, pois é difícil e doloroso traduzir em palavras o que nos toca ou mobiliza. Como Nietzsche já apontava, algo se perde na fala – “na fala se vulgariza o falante” – algo se perde na subida à consciência das ideias geniais que são gestadas em nós. Eu acrescentaria que algo também se perde na escrita. As ideias podem perder o brilho original quando saem da nossa mente e chegam ao papel. E esse processo de deixar ir, de sucumbir à fatalidade da ideia que nasceu é quase como um luto. Em vez de celebrar a concretização de uma ideia brilhante, enfrentamos

a morte dessa ideia que, agora imóvel na grafia e que até então, só existia em nós, irá renascer em novas ideias em outras paragens. O processo de escrita pode ser mais doloroso do que alegre, contrariando aquela ideia romântica de que escrever é sempre um ato de criação. Na verdade, muitas vezes sinto que é um ato de finalização e de encerramento. Para quem está em um grupo de pesquisa, é crucial entender que esse processo tem um ciclo, e não é algo que se conclui em uma semana ou em seis meses. O grupo precisa de cada um, mas mais do que isso, a sociedade e o mundo precisam. Existe um certo espírito público na produção do conhecimento que deve ser inspirado, para além de uma vontade privada. E há um outro aspecto que corresponde as estruturas que nos sustentam aqui como grupos e que são públicas. Estamos em universidades públicas, o que significa que esse espaço é mantido por recursos públicos para a produção de conhecimento. Portanto, é oportunidade e dever aproveitar esse espaço ao máximo e investir nele com toda a dedicação possível.

Então, para que uma ideia realmente tome forma, para que haja debate e porosidade suficiente para que ela se materialize em palavras, acredito que um período menor do que um ano em um grupo de pesquisa seria apenas um passeio. E não há nada de errado em passeios. Porém é importante deixar isso claro para ajudar as pessoas a se organizarem. Um grupo não é um curso onde se tem aulas, nem se configura como um grupo de estudo onde o compromisso do conhecimento se encerra antes da devolução para a sociedade. Sim, a gente estuda e debate, mas o objetivo final é produzir conhecimento e devolver isso para o mundo, e para isso, precisamos de tempo. Então, é bom não alimentar ilusões sobre o que se pode ou não realizar em um grupo de pesquisa.



A cooperação é vital aqui! Precisamos uns dos outros. Não só dentro do nosso grupo, mas em contato com outros grupos e disciplinas. Isso significa que temos que estar abertos e receptivos a todos os tipos de conhecimento. Se alguém da computação está falando, por exemplo, não posso simplesmente ignorar porque acho que "não é da minha área". Isso vale para outras disciplinas como economia, sociologia, design e comunicação. Precisamos entender em que aspectos essas áreas produzem laços com nossos interesses e inquietações.

E as inquietações não podem se extinguir! Elas são o motor de qualquer pesquisa. Cada um de nós, em algum momento, precisa dar ouvidos às suas próprias perguntas, aos seus próprios incômodos. Quem não consegue se conectar com suas próprias inquietações, simplesmente não consegue trilhar muito tempo o caminho da pesquisa e do conhecimento. Por outro lado, orientar alguém é sustentar essa busca, esse desejo nômade e inconstante e que merece um lugar de pausa para virar palavra em uma tese, um artigo ou um poster. Se não for dessa forma, não vejo como valeria a pena. Isso traz um desafio enorme, tanto interno quanto externo. Internamente, é sobre como me conectar com o que realmente me importa, e externamente, é sobre minha dedicação, meu comprometimento, minha cooperação e até minha capacidade de "matar" minhas ideias ao colocá-las em palavras. É um desafio gigantesco, realmente, mas é por isso que estamos aqui.

Quanto ao cenário atual, especialmente quando falamos de digital, vou tentar ser breve para aproveitar ao máximo o espaço que temos. Então, o cenário atual é que estamos vivendo uma revolução tecnológica profunda e essa revolução tem um impacto enorme em vários aspectos da sociedade. Um dos pontos que mais chama a atenção, principalmente

quando falamos de tecnologias digitais e suas relações com a psicologia ou com a subjetividade, é o efeito dessa revolução no mundo do trabalho. A revolução tecnológica que vivemos não só altera os modos de produção, mas também muda algo fundamental na organização humana e, conseqüentemente, na estrutura da sociedade e nas nossas relações pessoais. Estamos em um momento de virada, semelhante ao que aconteceu na revolução industrial. A última grande mudança tecnológica que tivemos dessa proporção foi a industrialização, e agora estamos enfrentando uma revolução digital. Essa mudança é profunda, especialmente no cenário do mundo do trabalho, vide a automação dos processos, o trabalho por aplicativos, as estratégias de controle e de home office, e nas nossas formas de interação social, que todos sentem e que aparecem nas interações desde o WhatsApp até as redes sociais.

Mas não para por aí. O nível de transformação dessa revolução vai muito além das relações de trabalho. Afeta também a forma como nos relacionamos socialmente, dentro das famílias e em nossas relações afetivas. Até a nossa relação com o próprio corpo e a nossa identidade estão em jogo. E o mais impressionante é que essa transformação está acontecendo de forma tão rápida e intensa que o cenário atual é de uma grande insegurança e incerteza. Então, a primeira coisa a entender é que estamos vivendo uma revolução tecnológica. E a segunda é que essa revolução está mexendo profundamente não só com o trabalho, mas também com todas as formas de relação e interação humanas.

Dessa equação, então, o que temos é uma sensação intensa de insegurança. Estamos todos um pouco perdidos sobre o que o futuro reserva, especialmente quando se trata de tecnologia. Não dá mais para olhar para o passado e traçar uma linha, reta ou curva, de predição até o

futuro. Tudo está mudando tão rápido que é difícil fazer previsões ou mesmo criar estratégias sólidas. Esse ritmo acelerado de mudança cria um ambiente volátil, e isso afeta nossa racionalidade, nossas emoções e até nossa capacidade de nos manter com saúde mental.

Frente a essa realidade, qual é o caminho a seguir, principalmente quando estamos nos aproximando cada vez mais de uma era híbrida com o digital? É um cenário desafiador! No nosso grupo de pesquisa, para fazer resposta, estamos trabalhando em uma estratégia de três passos. O primeiro movimento é se abrir ao fenômeno em questão, estar disposto a explorar todos os aspectos dele. E a arte aqui tem um papel incrível, como a profa. Lúcia Santaella aponta em sua obra. A arte catalisa anseios e nos mostra em primeira mão aquilo que o espírito humano está conseguindo digerir do digital. Estar aberto significa não só estar conectado, mas também estar atento às emoções e sensações que surgem em meio a essa digitalização. Estar no Uber e entender o que significa trabalhar por meio dessa plataforma e estar poroso as suas ambivalências. Participar de uma reunião online e entender a dinâmica de estar "presente" numa tela. Observar os afetos que tumultuam as redes, as trocas e desencontros provocados. As identidades inventadas e os discursos alucinados. Porém só essa observação atenta não basta.

O segundo passo é formalizar esse fenômeno, ou seja, tentar estabelecer alguma lógica ou modelo para entendê-lo melhor. Isso envolve teorias e diferentes perspectivas que podem ajudar a organizar nossos pensamentos. Reconhecer as teorias e os pressupostos que nos guiam no entendimento da realidade e abrir mão daqueles que são só platitudes ou senso comum. Essa parte nos exige disciplina, rigor e muita

honestidade para consigo. Há que se ler, dialogar e burilar exaustivamente o pensamento.

Em resumo, ser pesquisador nesse cenário é ser curioso e estar atento, mesmo quando as coisas parecem não fazer muito sentido. A ideia é se aproximar do fenômeno, explorá-lo e depois tentar reconhecer os sentidos e significados. Porque a realidade é que estamos todos tentando entender um mundo que está mudando mais rápido do que jamais imaginamos.

Organizar as ideias é o que permite que elas sejam compreensíveis. Sem essa formalização, tudo é caos. O objetivo é entender a estrutura desse conhecimento, a lógica, o marco teórico, a epistemologia, os seus efeitos no mundo e suas transformações. Em outras palavras, você precisa reconhecer de onde está olhando para o mundo. O processo de formalização pode parecer complicado e assustador, especialmente para os alunos. Mas é aí que o grupo de pesquisa entra em ação, ajudando a corrigir trajetórias e possíveis equívocos. Para isso, não tenha medo de errar. A ciência avança justamente através dos erros. Quando você acerta, ali avança pouco. Quando erra, você avança mais e reconhece possibilidades. Então, se você falar algo errado, não é uma tragédia. É uma oportunidade para aprender e avançar.

A próxima etapa é analisar para criar uma síntese, uma contribuição original ao conhecimento. E depois que você publica, as pessoas vão fazer o que quiserem com isso. Vão te elogiar, te criticar, e efetivamente não importa tanto. O importante é a qualidade da sua contribuição, que está ali para o mundo. As pessoas vão interagir com isso da forma que puderem e conseguirem. Portanto, enfrentar nossas inseguranças e medos é parte fundamental para produzir um trabalho significativo.

Descrevi o percurso que temos feito no grupo para compreender o digital. No entanto, ao se aproximar desse território já aparece ao horizonte que além de ser complexo o tema, é arisco a definições razoáveis. Esse tumulto é possível de ser escutado se nos aproximamos também de como o digital foi sendo construído no imaginário das pessoas ao longo do tempo.

A Rose dos Jacksons na década 60, os replicantes de Blade Runner, Star Trek e seu futuro utópico são lembranças presentes de como o audiovisual moldou a forma como percebemos o digital hoje, na oscilação entre a euforia e o clima cyberpunk distópico. Principalmente quando falamos do tema mais emergente como as inteligências artificiais. No entanto, o que eu quero dizer é que tem uma grande diferença entre esse imaginário todo e o que o digital realmente é.

Essa é uma pergunta inquietante. Afinal, do que se trata o digital, se há tanta fumaça no ambiente? Bem, nessa imensa rede de sentidos e possíveis autores, há um ponto que considero nevrálgico na relação com o tecido social, que é o surgimento das redes sociais na internet. Apesar de não serem uma invenção de ontem. Elas têm uma história, começando lá na década de 70 com o nascimento da internet, passando pela World Wide Web, os chats e as salas de bate-papo. Tivemos nesse caminho o IRC, MSN e a construção de toda uma linguagem de interação. Então, o que eu quero dizer é que não foi de repente que surgiram as redes sociais e toda essa sociabilidade online. Até os emojis que a gente usa hoje têm uma origem com os emoticons, que se fazia com sinais =D para criar rostinhos felizes ou tristes.

As redes sociais se fizeram dessa forma um marco importante, principalmente no Brasil com o surgimento do Orkut em 2004, seguido

pela disseminação do Facebook em processo nos anos seguintes. Após, muitos outros se seguiram. Twitter (Agora X), SnapChat, Instagram, LinkedIn e TikTok e tantas outras que também foram incorporando recursos de sociabilidade e que hoje são palcos da política, da economia, do mundo do trabalho e das emoções e desejos de cada um. Tecnologias como inteligência artificial, realidade aumentada e realidade virtual também entraram nesse jogo. A produção de imagens vetoriais nos possibilitou navegar tridimensionalmente em mundos projetados e articulados para a sociabilidade. Esse caminho nos levou aos mundos virtuais permanentes, como o Second Life e os jogos MMORPGs, alguns já idosos como World of Warcraft, lançado em 2004 e com 29 milhões de jogadores ativos em 2020, e que foi objeto de minha tese em 2012.

Ao perceber esses caminhos e tecnologias se sobrepondo, vamos identificando uma forte tendência do digital: a convergência. Tecnologias que são incorporadas, atualizadas, mescladas novamente em novos dispositivos e novas plataformas. A cada lançamento, as novidades vão escondendo esse rastro de tecnologias e histórias que são necessárias para o seu entendimento. Uma das tarefas é resgatar esse fio perdido para compreender o que tece cada plataforma. O primeiro aprendizado de fôlego no encontro com o digital é certamente entender que não é possível apreendê-lo sem olhar para sua história. Sempre há essa convergência de tecnologias. Ao analisar meu objeto digital, caberia então perguntar: como surgiu e se desenvolveu? Que lógicas do audiovisual, do áudio, do vídeo, da rede, da linguagem de programação, até dos algoritmos foram envolvidos? Como cada fio de história se integra na tecnologia digital que eu estou analisando agora? Que novos fios econômicos e políticos tecem junto essa trama? Perguntas inquietantes e

que podem ter diversas soluções dependendo do caminho epistemológico de cada um. A mim coube um encontro feliz. Prof. Alexandre me apresentou a obra da Prof. Lúcia Santaella. E nessa forma didática de estudar o digital, o lugar central é da linguagem. Essa perspectiva é um laço possível com o que me inquieta nos dilemas que a subjetividade, e seus conceitos, impõe. A linguagem foi o caminho possível que consegui percorrer e me ajudou a compreender para além do jeito que a gente se comunica e para além das linguagens de programação que habitam as mentes e máquinas. Para este momento tive que ajustar meu microfone, organizar minha fala, acertar a câmera, lidar com a apresentação no PowerPoint, me compor e recompor. (E agora revisar em texto). Tudo isso envolve diferentes tipos de linguagem. E isso tudo também cria uma cultura própria no mundo digital. Um terreno fértil para quem gosta de pensar.

No entanto, há desafios concretos. É a mãe que não sabe o que fazer com a criança que não larga as telas. É o adolescente em exposição nas redes. É o bullying, as fake news, a ansiedade crescente com o WhatsApp e com os grupos do trabalho. É também o trabalho, que acabou e a opção é se cadastrar em uma plataforma que oferece a promessa de ser patrão do seu tempo e que, ao mesmo tempo, recolhe 50% do que era destinado ao teu serviço. São problemas que exigem respostas! A sensação de confusão nesse ponto do caminho é bem comum. A saída para nós, no grupo, foi formalizar aquilo que conseguimos apreender. Nosso modelo de trabalho é baseado no pensamento sistêmico e tem essa natureza ontológica. Desloca a ideia do digital do dispositivo e do software e o contempla como relação. Estamos em interrelação profunda com um contexto que é digital. Esse contexto é diferente de outros

contextos já estudados na literatura pois se difere com o avanço das máquinas, das linguagens digitais e das transformações no corpo. Não vou me aprofundar nesse modelo agora, mas ele está disponível no nosso livro anterior para quem quiser conferir. A lição aprendida até o momento: o digital está tão entranhado na nossa vida que precisa ser estudado de forma séria e organizada.

Temos pensado que os estudos sobre o digital, ou as formas como ele tem se apresentado a nós, têm acontecido em um movimento de expansão, dispersão e agora novamente de convergência. Nesse movimento é muito comum se perder na literatura. Vou indicar alguns autores que foram e são referência para nós nessa trajetória e podem auxiliar a quem está iniciando seus passos. Em primeiro lugar, eu indico três obras da professora Lúcia Santaella: "Ecologia da Comunicação", "Linguagens Líquidas na Era da Mobilidade" e "Culturas e Artes do Pós-Humano". Esses livros são um ótimo ponto de partida. Há uma extensa literatura produzida pela professora sobre o assunto.

A partir do fenômeno das redes, e que marca muito os estudos sobre cibercultura, há um conjunto de temas em dispersão e que constituem verdadeiras áreas distintas. Temos os games, aprendizagens, mundos virtuais, inteligência artificial, algoritmização, cibercultura. Esses temas têm sido debatidos há anos e continuam relevantes. Quanto aos mundos virtuais (prenúncio do metaverso que virá) recomendo o trabalho da Profª. Eliane Schlemmer, e da rede de pesquisa do prof. Massimo Di Felice. No campo dos games, o trabalho da profª. Suely Fragoso para mim é referência inicial. Quanto ao pensamento sistêmico pensado ao digital, os trabalhos da profª. Alê Teixeira, incluindo sua tese publicada no "Interação Mediada por Computador". Sobre redes



sociais, obra obrigatória para quem inicia é o livro da Profª. Raquel Recuero: “Redes Sociais na Internet”. É claro que há outros valorosos trabalhos. Indico aqui os que considero leitura imprescindível aos meus orientandos. Em relação à cibercultura, Prof. André Lemos é um nome importante. Outra obra que vale a pena é sobre métodos de pesquisa na internet, escrita pelas professoras Adriana Amaral, Raquel Recuero e Suely Fragoso.

Notem que todas essas referências de obras remontam a um período anterior ao pós-digital. Esse termo instaura a crítica necessária aos processos do digital, resgatando os interesses econômicos e geopolíticos que sustentam hoje as lutas na arena do digital.

Bem, o cenário atual que temos é este: tivemos uma expansão dessas redes de pesquisa e trabalho, e cada uma dessas temáticas e autores se dispersou. Isso gerou uma série de discussões paralelas que podem confundir quem está começando. Temas como fake news, plataformação do trabalho, inteligência artificial e até mesmo cibersegurança e blockchain parecem dispersos, mas em realidade, eles estão interconectados. Importante não se enganar com essa aparente dispersão. Esses tópicos irão convergir em algum momento, porque essa é a tendência do digital, que aprendemos na nossa trajetória.

Cada uma dessas tecnologias estão se sobrepondo, interrelacionando e se conjugando cada vez mais, e essa intersecção é a grande aposta para a próxima década. Assim é o já anunciado Metaverso. Concordamos que é um termo perigoso, visto que teve seu ‘hype’ e oportunismo. No entanto, a ideia é mais complexa e certamente terá um grande impacto nos próximos anos. Sobre o Metaverso, o que desejo dizer é que ele é uma convergência intensa de várias tecnologias. Porém,

para que isso aconteça, e pensando no nosso conceito de contextos digitais, é preciso que três elementos estejam alinhados e propícios: as máquinas, as linguagens e o corpo humano. Essas são as condições, no meu julgamento, para que se efetive alguma proposta de Metaverso. Ou seja, temos um longo caminho pela frente em desenvolvimento tecnológico, seja em hardware ou seja em programação, e até mesmo na nossa forma de interagir e se mover dentro desse espaço. Metaverso é uma aposta para o futuro. O que nos garante que ele virá é essa tendência esmagadora do digital de convergir seus avanços. O que existe hoje já se alinha nessa direção.

Para pensar o futuro, considero importante revisitar algumas obras. Sugiro inicialmente um bom encontro com os teóricos da comunicação. Um autor específico que facilitou algumas reflexões minhas é o Lucien Sfez. Ele tem livros como "Crítica da Comunicação" e "A Comunicação". Em outro caminho, se for falar de corpo no mundo digital, inclusive numa perspectiva psicossocial, não dá para ignorar McLuhan! Ele é fundamental com sua tese sobre a expansão do corpo no ambiente digital. Outra leitura importante é Flusser, que tem trabalhos como "O Mundo Codificado" e "Filosofia da Caixa Preta". Simondon é um autor que tenho apreço pelo que fala sobre a relação da tecnologia com o ser humano em "Do modo de existência dos objetos técnicos". E pra entender como a gente se constrói socialmente no mundo digital, além de tantos autores que abordam o assunto, destaco Goffman. Um clássico que me ajudou em algumas reflexões.

Essas são algumas indicações iniciais, e poderia me prolongar em muitas outras. Em resumo, ao estabelecer o desafio de conversar hoje sobre pesquisa e digital, me vi cheio de recomendações para vocês. Um

erro. Essa tentativa de poupar o outro de enganos e equívocos quase sempre é infrutífera e contraproducente. Está na aprendizagem a busca de novos caminhos e está no ato da pesquisa e do ensino não o poupar disso, mas o acompanhar. Meu convite é para que sigamos em rede e que a utopia dos imaginários tecnológicos nos inspire nessa busca para “audaciosamente irmos onde ninguém jamais esteve”.

### Referências

- ABS, D. Contextos Digitais de Desenvolvimento Humano. In ABS, D. Contextos Digitais: encontros, pesquisas e práticas. Porto Alegre: UFRGS. 2022.
- BENTZ, I. M. G. Cultura pela Semiótica. In: SILVA, A.R.; BENTZ, I.M.G. (Org.). Percursos Semióticos: significação, codificação, semiose e interface. São Paulo: Kazuá, 2012.
- BENTZ, I. M. G. Retomando os fundamentos sobre o sentido. In: ROSÁRIO, N.M., OLIVEIRA, L.Z., PARODE, F. (Org.). Entresemióticas. São Paulo: Editora Kazuá, 2013.
- FLUSSER, V. Filosofia da caixa preta. São Paulo:
- FLUSSER, V. O Mundo Codificado. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GOFFMAN, E. Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUARANY, W.C.; BENTZ, I.M.G. Metacomunicação. Bento Gonçalves: FERVI, 1974.
- LEMO, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

- MCLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 2011.
- NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. *Psicologia: Teoria e pesquisa*. Vol. 18, n.2, p 193-202, Mai-ago. 2002.
- SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, L. Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTAELLA, L. A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.
- SANTAELLA, L. Redação e Leitura: guia para o ensino. São Paulo: Cengage, 2017.
- SIMONDON, G. Do modo de existência dos objetos técnicos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.



## Sobre os autores

**Alexandre Rocha da Silva**

in memoriam

Graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), mestrado em Semiótica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003), doutorado-sanduíche em Sémiotique - Centre d'Étude de La Vie Politique Française (2002) e pós-doutorado na Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (2005-6). Foi pesquisador do CNPq (bolsista produtividade), professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Semiótica, Teorias da Comunicação, Audiovisualidades e Micropolíticas. Autor de *A dispersão na semiótica das minorias* e *Comunicação e minorias*, também participou da organização de livros, entre os quais *Imagem e tecnologias da representação*, *Audiovisualidades da cultura*, *Do audiovisual às audiovisualidades: convergência e dispersão nas mídias*, *Percursos semióticos: significação, codificação, semiose e interface*, *Semiótica da comunicação*, *Semiótica e linhas de fuga*. Foi editor das revistas *Rastros e Em Questão*, da *Revista Intexto* e sub-editor da *Revista Fronteiras*. Foi coordenador do Grupo de Pesquisa *Semiótica da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*

(Intercom) e coordenador do Diretório CNPq Semiótica e culturas da comunicação (GPESC). Foi vice-coordenador do PPGCOM/UFRGS em 2015 e 2016.

### **Carlise Scalamato Duarte**

Bacharel e Licenciada em Dança pela Universidade Estadual do Paraná/ Faculdade de Artes do Paraná (UNESPAR/Curitiba Campus II/FAP). Especialista em Corpo Contemporâneo pela UNESPAR/Curitiba Campus II/FAP. Mestre em Ciências da Comunicação pelo PPGCom da UNISINOS/RS com a dissertação "Coreografias Audiovisuais- This is it". Doutora em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com a tese "Tradutibilidades do Digital para Cultura da Dança: espetáculos contemporâneos". Professora do Curso de Dança- Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), lotada no Departamento de Desportos Individuais (DDI) do Centro de Educação Física e Desporto (CEFD). Coordenadora do Projeto de Ensino e Extensão Interdisciplinar em Artes: Musical UFSM - Chicago In Concert (2018), patrocinado pelo Fundo de Incentivo ao Ensino (FIEN) da UFSM. Coordena o Grupo de Pesquisa em Audiovisualidades da Dança (GPAD) - linha de pesquisa Dança e Tecnologias Digitais. Pesquisa: Dança, Corpo, Semiótica da Cultura, Audiovisual e Cultura Digital. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Contextos Digitais da UFRGS.

### **Daniel Abs**

Pós-Doutorado em Psicologia Social no Institut de Recerca de Qualitat de Vida da Universitat de Girona (Espanha) e no Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), Graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e Mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Contextos Digitais (CNPq). Tem atuado em: Interações e Tecnologias Digitais, Games, Imersão e Engajamento em ambientes virtuais, Human-Computer Interaction, Saúde Mental e Trabalho, Desemprego, Precarização e Trabalho Digital.

### **Ieda Rhoden**

Doutorado em Psicologia Social - realizado integralmente na Universidad de Deusto/Espanha no Programa de Ócio e Desenvolvimento Humano, do Instituto de Estudos do Ócio (2005); Mestrado em Administração, com ênfase no Comportamento Organizacional, pela PUC-RIO (1999); Especialização em Humanidades pela UNISINOS (2015) e Psicologia Social pela PUCRS (1992); Psicóloga graduada pela PUCRS(1987). Integrante do GT Tempo, Trabalho e Ócio da ANPPEP; Pesquisadora associada da OTIUM - Asociación Ibero-Americana de Estudios de Ócio. Professora convidada do Laboratório de Estudos Sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre, do PPG em Psicologia, da UNIFOR. Professora da UNISINOS



nos cursos de Psicologia e MBAs. Consultora de Instituições/Organizações na área de Projetos de Qualidade de Vida e Desenvolvimento Humano.

### **Ione Bentz**

Doutora em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo, Estágio pós-doutoral na Université de Paris 3, Sorbonne, Mestre em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Especialista em Teoria Literária pela Universidade de Lisboa ( Fundação Calouste Gulbenkian), Graduação em Letras. Tem experiência em docência, pesquisa e orientação (mestrado e doutorado) nas áreas de Linguística e Comunicação, com ênfase em sistemas de linguagem, processos de significação e linguagens sincréticas. Atuação anterior (1994–2004) no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – Mestrado e Doutorado da Unisinos. Atualmente, é professora pesquisadora e orientadora no curso de Pós-graduação em Design, nível de Mestrado e Doutorado, integrante da Escola Indústria Criativa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e integra o Grupo de Pesquisa Design Estratégico para inovação cultural e social e o Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (UFRGS), ambos inscritos no Diretório CNPq. Atua em docência na Graduação de Design, Moda e Produtos, na disciplina Semiótica; orienta bolsistas de Iniciação Científica em projetos de Design e de Moda. O projeto mais atual concentra-se na crítica de paradigmas teórico-metodológicos do design, com ênfase no design estratégico.

### **Lucia dos Santos Garcia**

Graduação em Ciência Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993) e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021). Atualmente é professora da Escola Ciências do Trabalho – DIEESE e técnica – supervisor do Sped – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Estatística Socioeconômica, atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, distribuição de renda, pesquisa socioeconômica, emprego industrial e economia internacional. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Contextos Digitais (UFRGS).

### **Nísia Martins do Rosário**

Doutora em Comunicação Social pela PUC/RS (2003), mestre em Semiótica pela Unisinos (1997) e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Bolsista Pós-doutorado Sênior CNPq. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em comunicação e dos cursos de comunicação da UFRGS. Coordena o GPESC (Grupo de Pesquisa Semiótica e Culturas da Comunicação), participa do grupo de pesquisa PROCESSOCOM (Processos comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção) e da REDE AMLAT (Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina). Participa também da Red Iberoamericana de Investigación en Comunicación y Feminismo para la Justicia Social (IBERFEMCOM).

### **Simone Bicca Charczuk**

Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003), graduação em Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Especialização em Tutoria em Educação a Distância pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atualmente é professora da Faculdade de Educação FAGED/UFRGS. Tem experiência na área de Psicologia, Psicanálise, Educação e Educação a Distância, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia, psicanálise, ensino superior, professores, ambientes de ensino na web e novas tecnologias.

### **Vilene Moehlecke**

Pós-Doutorado em Psicologia Social e Institucional, PPGPSI/UFRGS. Doutorado em Informática na Educação, PGIE/UFRGS (2011). Mestrado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e Mestrado Sanduíche em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa (2005). Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2001). Professora do Curso de Psicologia da UNISINOS. Docência em Direitos Humanos, com ênfase em Feminismo Decolonial, Cartografia e Processos Grupais. Atua como psicóloga na SEDHU – Secretaria de Direitos Humanos. Estuda e intervém com os seguintes temas: cartografia como método de pesquisa, psicologia social e institucional, corpo, clínica ampliada, interfaces entre saúde e educação, direitos humanos e grupos.





Grupo de Pesquisa Contextos Digitais 2023

[ufrgs.br/contextosdigitais](http://ufrgs.br/contextosdigitais)